

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MESTRADO EM PSICOLOGIA

PAOLA ZANOTTI EPIFANIO

**Nos caminhos da roça:
representações sociais e processos identitários entre jovens
rurais do estado do Espírito Santo**

**VITÓRIA
2016**

PAOLA ZANOTTI EPIFANIO

Nos caminhos da roça:
representações sociais e processos identitários entre jovens rurais
do estado do Espírito Santo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
da Universidade Federal do Espírito Santo,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mariana Bonomo.

VITÓRIA
2016

Dedico este trabalho aos meus amados avós, Maria Delleprani (in memorian) e Dionísio Zanotti (in memorian), exemplos de força e superação.

Aos meus tesouros, Roseli Helena Zanotti e Dejair Antonio Epifanio, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo que à distância. Meu amor por vocês é indescritível.

Aos meus amados tios, Rosilene Maria Zanotti e Sebastião Augusto Barbosa de Menezes, obrigada por tudo.

Às minhas queridas irmãs Lara e Giliana; e às minhas queridas primas Bárbara e Bruna. Amo vocês!

Ao meu amor, Diemerson Saquetto, obrigada por tornar tudo mais belo e suportável.

AGRADECIMENTOS

*“Não há no mundo exagero
mais belo que a gratidão”*
(Jean de La Bruyère)

Este trabalho foi construído com o apoio de muitas pessoas, e a todas elas o meu muitíssimo obrigada!

Obrigada aos generosos participantes desta pesquisa: os alunos das escolas rurais, e os casais entrevistados, que compartilharam suas histórias de vida comigo. Obrigada a todos os funcionários das Escolas Família Agrícola e dos Sindicatos rurais, que confiaram em mim dando todo o suporte para a realização da coleta. Obrigada por cada cafezinho, por repartirem o pão comigo, por cada gesto de empatia.

Obrigada a todas as pessoas do campo, que de alguma forma me inspiraram a realizar um trabalho digno. Foi por nós e para nós que este trabalho foi idealizado e concretizado. Obrigada ao meu querido Sobreiro (Itaguaçu/ES), meu berço e melhor lugar do mundo!

Agradeço ao apoio financeiro da CAPES; aos professores e funcionários do PPGP-UFES; aos membros da banca, Paulo Menandro e Fatima Cruz; às queridas Roberta Rangel, Isabele Eleotério e Ana Claudia Sanches; aos alunos Livia Melo, Rafael Schaeffer e Rovena Milbratz.

Aos meus colegas de mestrado, em especial, aos queridos “zueiros” Marcelon, Carito, Nana, Libi, e Timinho. Obrigada por estarem comigo e tornar tudo mais leve!

Obrigada a todos os amigos que entenderam minhas ausências e me apoiaram. Em especial: Priscila Coloma, Humberto, Glenda Schwan, Doug, Rafa Feitosa, Ju Dias, Dani Caus, Fabrício Toniato, Ligiane Moraes, Bárbara Fiorot, Brunela Corteletti, Luiz

Gustavo Souza, Juliana Brunoro, Bruna Quintanilha, Heitor Dominicini, Luciano Lana e Daniel Trujillo.

À minha orientadora Mariana Bonomo, mulher do campo como eu, sou grata pela acolhida, generosidade, dedicação e paciência. Obrigada pelas pontuações necessárias, que me fizeram crescer como pesquisadora e como pessoa. Obrigada pelas doses diárias de imparcialidade, que me permitiram evoluir de uma escrita totalmente tendenciosa para uma escrita científica e mais próxima da realidade.

Obrigada à minha família maravilhosa, que sempre me deu forças. Obrigada, em especial, aos meus amados pais, Dejair e Roseli, às minhas irmãs Lara e Giliana, à tia Lena e tio Sebastião, Bárbara, Bruna, Ramonzinho, vovó Maria Conceição, tio Márcio, tia Soraya, tia Arinete, José, Rodrigo B., Rodrigo T., Thalyta, Thamyris, Thyeses, Mariluce e Luiz Nildo. Aos que considero família: Sirley, Arnaldo, Juninho S., Livia F., Dora, Aneta, Lucinete e Vaninha.

Por fim, um agradecimento especial ao meu companheiro de vida e amado Diemerson, que me amparou, definitivamente, em todos os momentos da construção deste trabalho, e de todas as formas possíveis. Me pegou pela mão nas horas mais difíceis. Quando eu já não tinha mais forças pra nada e me entregava à exaustão, era dele que vinha toda a boa vontade piedosa, que me fazia ressuscitar para continuar. Obrigada por me suportar nos momentos de estresse, pelo cuidado, pelo carinho, por construir, junto comigo, um lar.

Obrigada também por compreender minha ausência, já que enquanto você dormia, eu trabalhava e enquanto você trabalhava, eu dormia. Diemerson trabalha muito bem durante o dia, e eu, sempre trabalhei melhor na madrugada, então, a gente sempre estava “separado”. O Feitiço de Áquila, mito da Europa do século XII, retrata bem a

nossa história, não é mesmo Saquetto? Nesta lenda, o Bispo de Áquila toma consciência que sua amada, Isabeau, está apaixonada por Etienne Navarre, um cavaleiro. O bispo, enfurecido de raiva e ciúme, lança uma maldição sobre o casal: de dia ela sempre seria um falcão, e à noite, Navarre tomaria a forma de um lobo, desta forma ficaria o casal impedido de se encontrar.

Sobrevivemos ao feitiço!

Não tenho palavras para descrever minha gratidão a você, Diemerson Saquetto. Obrigada por absolutamente tudo, mas principalmente pelo seu amor, generosidade e paciência. Esse trabalho é nosso! Te amo!

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”

Paulo Freire

RESUMO

Epifanio, P. Z. (2016). *Nos caminhos da roça: representações sociais e processos identitários entre jovens rurais do estado do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES.

O Brasil é um país reconhecidamente agrário, todavia, na atualidade, a categoria camponesa está relacionada a representações embasadas em estereótipos geradores de preconceitos e consequente exclusão social deste grupo social. A sociabilidade urbana, valorada de forma positiva, passa a ser assumida como modo de vida de referência aos grupos sociais, e a divergência grupal atua de modo a aumentar a cisão psicossocial entre cidade e campo. A partir da articulação entre a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social, buscou-se investigar o fenômeno da *identidade social* no contexto sociocultural rural, a partir da análise dos processos identitários e representacionais vinculados às categorias sócio-territoriais (ruralidade/urbanidade) e de gênero (masculinidade/feminilidade), entre homens e mulheres de segmento juvenil de áreas rurais do estado do Espírito Santo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de quatro estudos complementares: (E1) estudo que buscou identificar a razão de masculinidade do campo no estado do Espírito Santo a partir de dados do Datasus referentes aos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 para população com idades entre 15 e 24 anos; (E2) que objetivou analisar os processos identitários vinculados à categoria social juventude rural, entre jovens rurais do estado do Espírito Santo com idades entre 15 e 24 anos, a partir da comparação campo-cidade e da avaliação de projeto de vida e futuro; (E3) que visou investigar as representações sociais de mulher rural e homem rural entre jovens rurais, com idades entre 15 e 24 anos, estudantes de escolas rurais do estado do Espírito Santo; e (E4) que analisou as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre jovens camponeses que constituíram núcleos familiares em áreas rurais do estado do Espírito Santo, com maiores índices de masculinização (Boa Esperança e São José do calçado) e de feminização (Mantenópolis e Piúma) do campo. Considerando-se a natureza dos dados e os objetivos de cada estudo, utilizou-se no tratamento das informações coletadas: (E1) o cálculo de razão de masculinidade, e os programas computacionais TabWin32 e Microsoft Excel 2007; (E2) a Análise de Conteúdo; (E3) o *software* SPAD-T, através do qual foi obtida análise fatorial de correspondência e formação de *clusters*; e (E4) o *software* ALCESTE, que forneceu a Classificação Hierárquica Descendente e a Análise Fatorial de Correspondência. Os resultados encontrados demonstraram que os sujeitos buscam romper com os estereótipos negativos direcionados ao ser rural, e visam enaltecer os valores e a coerência positiva da identidade rural. O *trabalho rural* é central e constitui-se como importante elemento identitário, uma vez que nutre o sujeito camponês de valores e afetos positivos, mesmo diante da realidade *dura* a que está condicionado. As análises também apontam que o jovem camponês busca a *mudança social*, ressignificando as estereotípias atribuídas ao rural e reivindicando melhorias necessárias no campo. Conclui-se, portanto, que o contexto rural, a partir da análise dos últimos 30 anos, reflete constantes mudanças estruturais e demográficas que são fortemente influenciadas pelas relações laborais e de gênero estabelecidas.

Palavras chave: gênero, identidade social, jovens rurais, psicologia social, representações sociais, ruralidade

ABSTRACT

Epifanio, P. Z. (2016). *The countryside way: social representations and identity processes among rural young people in State of Espírito Santo*. Master's Thesis, Post-graduate Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo, Vitória/ ES.

Brazil is a country admittedly agrarian. However, farmers today are related to representations based on prejudice-generating stereotypes and consequent social exclusion of this group. Urban sociability, which is positively valued, has eventually become a referential way of life for social groups, and group divergence actuates so as to increase psychosocial split between the city and the countryside. Based on articulation between the Social Representation Theory and the Theory of Social Identity, this study aims to investigate the phenomenon of *social identity* in the rural sociocultural setting by analyzing identity and representational processes linked to social-territorial (rurality/urbanity) and gender (masculinity/femininity) categories among juvenile men and women in rural areas of the State of Espírito Santo, Brazil. The investigation was carried out through four complementary studies: Study 1 (S1) aimed to identify the ratio of masculinity in the countryside of the State of Espírito Santo from Datasus data referring to censuses of 1980, 1991, 2000 and 2010 for populations aged between 15 and 24; (S2) aimed to analyze identity processes linked to rural social youth among young people in the State of Espírito Santo aged between 15 and 24 by comparing country and city and by assessing life project and future; (S3) aimed to investigate the social representations of rural young women and rural young men aged between 15 and 24, who attend rural school in the State of Espírito Santo; and (S4) analyzed the gender relationships and the dynamics of the labor world among young farmers who established family nuclei in rural areas in the State of Espírito Santo, with higher rates of masculinization (Boa Esperança and São José do Calçado) and feminization (Mantenedópolis and Piúma) in the countryside. Considering the nature of the data and the objectives of each study, the following treatment was employed for the information gathered: (S1), calculation of masculinity ratio and computer software TabWin32 and Microsoft Excel 2007; (S2), Content Analysis; (S3), software program SPAD-T, through which factorial correspondence analysis and cluster formation were achieved; and (S4), software program ALCESTE, which provided Descendant Hierarchical Classification and Correspondence Factorial Analysis. The results found showed that subjects seek to break through negative stereotypes addressing the rural person and to highlight the values and positive coherence of the rural identity. *Rural labor* is central and constitutes an important identity element because it provides farmers with positive values and affect, even in face of the hard reality to which they are subject. Analyses also point out that the young farmer seeks social change by attributing new meaning to stereotypes about rural life and by claiming for the necessary improvement in the countryside. In conclusion, the rural setting has shown constant structural and demographical changes in the past 30 years, which have been strongly influenced by the labor and gender relations established.

Keywords: gender, social identity, rural youth, social psychology, social representation, rurality

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

A Ruralidade como objeto de estudo

- Figura 1: Produção da Psicologia brasileira sobre ruralidade a partir de artigos indexados nas bases Scielo e Pepsic (dispersão temporal)..... 24
- Figura 2: Dendrograma das principais temáticas da Psicologia brasileira sobre o tema da ruralidade, em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e do Pepsic..... 26

ESTUDOS

Estudo 1: Gênero e juventude rural: um estudo demográfico no estado do espírito santo

- Figura 1: Mapa da RM para a população rural do estado do Espírito Santo em 1980, 1991, 2000 e 2010, considerando a faixa etária de 15 a 24 anos..... 73

Estudo 3: Ruralidade e gênero: um estudo a partir do paradigma das três fases da teoria das representações sociais

- Figura 1: Plano fatorial relativo ao campo representacional de *mulher rural*..... 121
- Figura 2: Plano fatorial relativo ao campo representacional de *homem rural*..... 123

Estudo 4: Relações de gênero e enraizamento de jovens camponeses no espaço rural: uma análise aplicada ao contexto espírito-santense

- Figura 1: Dendrograma do *corpus* lexical das narrativas dos jovens rurais – Análise Hierárquica Descendente..... 144
- Figura 2: Plano fatorial referente ao *corpus* lexical das entrevistas dos jovens rurais casados – Análise Fatorial de Correspondência (AFC)..... 153

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO

A Ruralidade como objeto de estudo

Tabela 1: Produção da Psicologia brasileira sobre ruralidade a partir de artigos indexados nas bases Scielo e Pepsic.....	24
---	----

MÉTODO

Tabela 1: Distribuição dos participantes segundo sexo e local de coleta dos dados.....	61
--	----

ESTUDOS

Estudo 1: Gênero e juventude rural: um estudo demográfico no estado do Espírito Santo

Tabela 1: Informações sobre o desmembramento de municípios no estado do Espírito Santo.....	71
Tabela 2: Municípios com aumento da RM entre 1980 e 2010 (manutenção da RM > 100).....	75
Tabela 3: Municípios com redução da RM entre 1980 e 2010, sendo mantidos índices superiores a 100 (masculinização do território).....	78
Tabela 4: Municípios com redução da RM entre 1980 e 2010, apresentando índices inferiores a 100 (feminização do território).....	79

Estudo 2: Processos identitários entre jovens rurais do Espírito Santo

Tabela 1: Dimensões referentes à vida dos jovens no meio rural.....	87
Tabela 2: Atividades de lazer e diversão dos jovens rurais.....	88
Tabela 3: Diferenças entre homens e mulheres em atividades de lazer, segundo os participantes.....	89
Tabela 4: Oportunidades para homens e mulheres no meio rural, segundo os participantes.....	90
Tabela 5: Motivações para vida na cidade, segundo os jovens rurais.....	91
Tabela 6: Motivações para permanência na zona rural.....	93
Tabela 7: Diferenças entre a vida do jovem no campo e na cidade, segundo	

os jovens rurais.....	96
Tabela 8: Motivações para viver no meio urbano.....	98
Tabela 9: Motivações para permanência no campo.....	99
Tabela 10: Percepção sobre as pessoas que preferem viver na cidade e abandonam o campo.....	100
Tabela 11: Categorias referentes ao autoconceito do jovem rural.....	101
Tabela 12: Categorias referentes aos sentimentos sobre a vida rural.....	104
Tabela 13: Categorias referentes à visão do futuro.....	105
Tabela 14: Categorias referentes às metas pessoais para o futuro.....	106
Tabela 15: Categorias referentes às metas profissionais para o futuro.....	106
Tabela 16: Profissões/ocupações mencionadas pelos jovens rurais.....	107

Estudo 3: Ruralidade e gênero: um estudo a partir do Paradigma das Três Fases da Teoria das Representações Sociais

Tabela 1: Elementos característicos das representações de mulher rural.....	118
Tabela 2: Elementos característicos das representações de homem rural.....	119
Tabela 3: Composição de clusters: representações sociais de mulher rural com elementos mais frequentes.....	125
Tabela 4: Projeção das representações sociais de mulher rural no plano fatorial de mulher rural.....	127
Tabela 5: Composição de clusters: representações sociais de homem rural com elementos mais frequentes.....	127
Tabela 6: Projeção das representações sociais de homem rural no plano fatorial de homem rural.....	129
Tabela 7: Composição de clusters: representações sociais de homem da cidade com elementos mais frequentes.....	131

Tabela 8: Composição de clusters: representações sociais de mulher da cidade com elementos mais frequentes.....	132
---	-----

Estudo 4: Relações de gênero e enraizamento de jovens camponeses no espaço rural: uma análise aplicada ao contexto espírito-santense

Tabela 1: Relação entre as classes e as variáveis.....	152
--	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
INTRODUÇÃO.....	20
A Ruralidade como objeto de estudo.....	23
Gênero na contemporaneidade.....	30
Gênero e Ruralidade.....	38
Processos de <i>masculinização do campo e feminização da agricultura</i>	41
REFERENCIAL TEÓRICO.....	45
A Teoria das Representações Sociais.....	45
A Teoria da Identidade Social.....	51
OBJETIVOS.....	56
Objetivo Geral.....	56
Objetivos específicos.....	56
MÉTODO.....	57
ESTUDOS	
Estudo 1: Gênero e juventude rural: um estudo demográfico no estado do Espírito Santo.....	70
Resultados.....	70
Discussão.....	79
Referências Bibliográficas.....	83
Estudo 2: Processos identitários entre jovens rurais do Espírito Santo.....	86
Resultados.....	86
Discussão.....	107
Referências Bibliográficas.....	113
Estudo 3: Ruralidade e gênero: um estudo a partir do Paradigma das Três Fases da Teoria das Representações Sociais.....	116
Resultados.....	116
Discussão.....	135
Referências Bibliográficas.....	139
Estudo 4: Relações de gênero e enraizamento de jovens camponeses no espaço rural: uma análise aplicada ao contexto espírito-santense.....	142
Resultados.....	142
Discussão.....	155

Referências Bibliográficas.....	164
DISCUSSÃO GERAL.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	177
APÊNDICES.....	194
APÊNDICE A - Referências bibliográficas referentes aos artigos encontrados durante revisão de produção científica.....	195
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 2 e Estudo 3).....	199
APÊNDICE C - Termo de Autorização (Estudo 2 e Estudo 3).....	200
APÊNDICE D - Questionário (Estudo 2 e 3).....	201
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 4).....	212
APÊNDICE F - Termo de Autorização (Estudo 4).....	213
APÊNDICE G - Roteiro de entrevista semiestruturado (Estudo 4).....	214
APÊNDICE H - Ficha de identificação dos participantes das entrevistas (Estudo 4).....	215

APRESENTAÇÃO

“Se o camponês não planta, a cidade não janta”¹

O provérbio supracitado, apesar de parecer reducionista, nos leva a pensar sobre a importância do campo para a manutenção do modo de vida urbano, importância esta que não pode ser circunstanciada por uma ontologia pautada no duo cidade-campo. O contexto rural é importante em-si-mesmo, uma vez que se constitui como lugar de produção de sentido. No entanto, apesar de tal importância, o contexto rural parece ser negligenciado como realidade social e lugar de sociabilidade, sendo, geralmente, valorizada apenas sua vocação agrícola.

Tendo em vista a pequena parcela de produção científica na área da Psicologia que assume a ruralidade como objeto central de pesquisa, campo em que se insere o presente estudo, a oportunidade que tenho de contribuir cientificamente para o melhor entendimento da realidade campesina é algo que vai muito além da produção do conhecimento por si só. Neste sentido, tendo em vista a carência de investimentos de recursos no espaço rural, almejo também contribuir para que políticas públicas condizentes com esta realidade sejam implantadas, possibilitando a construção de mecanismos de empoderamento do ser rural.

Criada em contexto camponês, posso me orgulhar de ter ingressado na Universidade e estudar algo que me é tão caro. Sou filha de um lavrador e de uma dona de casa, e também vivo a realidade camponesa, as labutas da gente da roça. Portanto, certa de que o campo carece de muitos investimentos nos mais variados aspectos,

¹ Provérbio camponês

espero, com o conjunto de estudos desenvolvidos nessa Dissertação de Mestrado, contribuir para a consolidação do rural como objeto de estudo da Psicologia.

Gostaria de destacar que foi inevitável não me identificar com todos os questionamentos e dúvidas sustentados pelos sujeitos participantes. Como pesquisadora, busquei me guiar pelo método científico e manter certo distanciamento para analisar os dados de forma imparcial, todavia, em nenhum instante foi possível tirar da cabeça todas as questões que me impulsionaram para a realização desta pesquisa. Por que algumas pessoas não permanecem no campo? Por que existem tantas diferenças no tratamento dado ao homem e à mulher no campo? Por que em tantas ocasiões tive que esconder minha origem rural para não ser discriminada? Eu (e outras pessoas do campo) estive sujeita a vários níveis de preconceito, que aumentavam de acordo com o “nível de urbanidade”. Isto é, existe preconceito na sede da cidade, mas este preconceito aumenta quando eventualmente temos que nos deslocar para a cidade vizinha, que é maior, e que detém algum recurso específico que não tem na cidade de origem. A situação ainda pode piorar, se o que se precisa está disponível somente na capital do Estado. Ainda com relação a estes deslocamentos sucessivos, nunca achei justo ter que me deslocar para a cidade para poder ter acesso a lazer, ou mesmo questões básicas como saúde e educação, por exemplo. Minha avó faleceu em 2006 em decorrência de um infarto, e sua morte se deu justamente no trajeto entre sua casa e o hospital, que fica na cidade. “Será que se morássemos na cidade teria dado tempo de salvá-la?”, pensei. Este fato me colocou a refletir, ainda naquela época, sobre o negligenciamento com o ser rural, que é perceptível nas mais variadas formas.

Outra questão que me colocou a pensar sobre as dificuldades do campo se refere às lembranças da escolinha multisseriada na qual estudei, que comportava, na mesma sala de aula, alunos de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. A professora se dividia

entre as quatro séries, e também se encarregava da limpeza e merenda escolar. Eu e meus colegas tínhamos que andar alguns quilômetros até chegar à escola, e a professora também se deslocava da cidade para a escolinha, e me lembro que ela fazia questão de deixar bem claro que detestava dar aulas na “roça”.

Com o passar do tempo, tive que ir estudar no centro da cidade, pois na escolinha que citei só tínhamos até a 4ª série. Nesta época as dificuldades eram muitas, como, por exemplo, o preconceito por ser “da roça” e as dificuldades com o ônibus escolar. Tínhamos que fazer um percurso longo de ônibus (em estradas de chão sempre em péssimas condições), o que significava acordar bem mais cedo do que os alunos da cidade, e quando chovia já sabíamos que não haveria aula. Quando o motorista era corajoso, e saía mesmo com chuva, era certo que empurraríamos o “busão” em meio à lama.

Essas reflexões sobre minha época de escola sempre vinham à tona durante a coleta de dados desta Dissertação, realizada também em Escolas Família Agrícola (EFA), pois acho que teria sido muito diferente se eu tivesse tido a oportunidade de estudar em uma. As EFA’s constituem-se como espaço de empoderamento do ser rural, e, apesar disso, temos poucas escolas neste formato no Espírito Santo, e as que existem se encontram em condições precárias, e sofrem ameaças de fecharem as portas.

Todas essas e outras questões têm sido alvo de discussão em grupos de debates compostos por jovens camponeses (Menezes, Stropasolas & Barcellos, 2014), que mostram-se cada vez mais aguerridos às suas causas. A luta por condições dignas de vida não pode parar, e deve ser reivindicada pelo camponês, tantas vezes preterido e humilhado. Foi deste fio de esperança de dias melhores que surgiu a ideia do presente trabalho, e é com este intuito que novos trabalhos devem ser financiados.

Estrutura geral da Dissertação

No que se refere à estrutura geral deste trabalho, é válido informar que este se constitui a partir das seguintes seções principais: (1) Introdução; (2) Referencial teórico; (3) Objetivos e Método; (4) os quatro estudos desenvolvidos, apresentados de maneira independente e, por este motivo, cada respectivo conjunto de referências bibliográficas encontra-se ao final de cada estudo; e (5) Discussão Geral e Considerações finais. Além disso, é importante ressaltar que as referências bibliográficas concernentes às seções Apresentação, Introdução, Referencial teórico, Método e Discussão Geral são apresentados em seção específica, ao final da Dissertação.

INTRODUÇÃO

A relação dicotômica campo-cidade pode ser identificada desde a antiguidade, e as dimensões que possibilitaram tal diferenciação se relacionam com a divisão do trabalho, esfera que pode ser notada, por exemplo, quando Aristóteles (1998) afirma que a escravidão é algo próprio da condição de quem necessita trabalhar e, por sua vez, a política é inerente ao *eupátrida* (verdadeiro cidadão ateniense) que reside necessariamente na *pólis* (cidade). Durkheim (1893/1977), no século XIX, argumentava, inclusive, que a divisão social do trabalho seria a condição *sine qua non* para que exista coesão social. Neste sentido, a produção excedente de materiais básicos à sobrevivência liberou alguns homens das atividades de produção de alimentos (tipicamente rural) para novos processos de produção, como a política ou os bens imateriais intelectuais ou artísticos, e estes, por sua vez, foram considerados mais valiosos do que aqueles, o que ocasionou a hierarquização do trabalho, e, conseqüentemente, a perspectiva de que o citadino era mais importante que o rural (Endlich, 2006; Lefebvre, 1975; Williams, 1990).

A partir da consolidação do capitalismo como sistema econômico, é possível observar intensa industrialização, com conseqüente difusão do modo de viver urbano. Hobsbawm (2010, p. 63) ao analisar a Revolução Industrial britânica considerou que mesmo “as atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito se tinham disseminado por um interior não feudal”. A agricultura estaria direcionada para levar a termo as funções fundamentais da industrialização, algo possível pelos Decretos das Cercas – *Enclosure Acts*, que consistiram em uma política de incentivo à produção rural por meio de cercamento de propriedades, que ocasionou excedente de mão de obra no campo (Hobsbawm, 2010). Ainda segundo o autor, as Revoluções dos séculos XVIII e XIX apresentaram um

ideário comum entre liberais burgueses e revolucionários socialistas proletários: o iluminismo humanista com perspectivas individualistas e racionais conduziria ao progresso. Novos sistemas de valores são, então, amplamente disseminados, uma vez que tal modo de vida conta também com os mais variados meios de produção de sentido. Desta forma, as transformações produzidas no campo pelo processo de urbanização são marcadas por influências que pressionam o ser rural através de aspectos materiais e simbólicos, como se a passagem à vida e sociabilidade urbanas fossem imprescindíveis (Candido, 1971; Endlich, 2006).

O Brasil é um país reconhecidamente agrário e teve seu processo de urbanização mais intensificado a partir da segunda metade do século XX. Fausto (2009, p. 281) afirma, categoricamente, que “no curso das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola”, apresentando dados do censo de 1920 em que 69,7% da população brasileira, ou seja, 6,3 milhões de pessoas se dedicavam à agricultura, enquanto 13,8% estavam na indústria e 16,5% no setor de serviços. A decadência cafeeira do Vale do Paraíba, a Primeira Guerra Mundial, e os investimentos na indústria de base promovidas pela visão econômica de Vargas, são exemplos das mudanças de paradigma brasileiro (Fausto, 2009). Nesse contexto, a ideia de progresso somente seria possível, acreditavam, através da superação do modelo agrícola pelo industrial (Aleixo, 2004). O homem do campo, portanto, era percebido – e ainda é, em alguns contextos – como atrasado e sem educação, entre outros estereótipos negativos que lhe são associados. É com esse ideário que Lobato (1961), por exemplo, por meio de seu personagem Jeca-tatu, difunde a imagem pejorativa e emblemática do camponês:

À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele fugindo em silêncio com o seu cachorro, o

seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiro, mudo e sorna. Encostado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (p. 271).

Ainda nos dias atuais, à categoria rural estão associadas representações embasadas em estereótipos que geram preconceitos e consequente exclusão (Bonomo, 2010; Caliari, 2002; Linhares, 2004). Os estudos apontam para o funcionamento da categorização rural e citadina, assim como para as dinâmicas de justificação social, em que são originadas as formas estereotipadas de cada grupo social, marcadamente orientadas por valoração com diferença de *status*, em que a sociabilidade urbana passa a ser assumida como modo de vida de referência aos grupos sociais.

Tendo em vista tal problemática, este trabalho buscou investigar o fenômeno da *identidade social* no contexto sociocultural rural, a partir da análise dos processos identitários e representacionais vinculados às categorias sócio-territoriais (ruralidade/urbanidade) e de gênero (masculinidade/feminilidade) entre homens e mulheres de segmento juvenil de áreas rurais do estado do Espírito Santo.

Galinkin, Santos e Zauli-Felows (2010) apontam que, historicamente, as questões relativas ao gênero foram reduzidas a uma variável dentro dos estudos experimentais, não sendo consideradas dimensões complexas como são as categorias históricas e a dinâmica psicossocial envolvida. Portanto, a perspectiva de análise que une ruralidade e gênero possibilitará compreendermos um pouco mais sobre os valores e as dificuldades do homem e da mulher rurais. É o que fez Panzutti (2006) ao buscar entender a invisibilidade da mulher rural frente à agricultura familiar, o significado social de seu trabalho e as suas lutas por inserção produtiva. É o que fizeram Fiuza, Pinto, Galinari e Barros (2009) ao pesquisar os limites do sexismo no campo e a potência de estereótipos que vinculam a mulher rural aos cuidados da casa, quando é a

mulher rural uma das mais importantes protagonistas pela manutenção da identidade campesina e da agricultura familiar brasileira. É o que se buscou fazer neste trabalho, considerando as categorias sócio-territoriais e de gênero como dimensões dialógicas e que portam antinomias, como construções sociais que se materializam na vida cotidiana dos indivíduos e de seus grupos sociais de referência.

A Ruralidade como objeto de estudo

No que se refere ao exercício da Psicologia como saber científico, o contexto rural parece ser preterido em relação ao contexto urbano, configurando-se, assim, como uma Psicologia hegemonicamente urbana (Albuquerque, 2002).

A fim de investigar a formação das identidades rurais, Bonomo (2010) analisou conteúdos acerca da temática ruralidade que fossem produzidos especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil, por meio do banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados apontaram que o campo é abordado, geralmente, como local de origem dos indivíduos ou como grupo controle, sendo visto de maneira superficial nos estudos. Neste sentido, o contexto campesino é efetivamente investigado em poucos trabalhos, evidenciando a não consolidação do rural como objeto de estudo na Psicologia, isto é, a sociabilidade rural não se apresenta como foco principal nas pesquisas desenvolvidas.

Diante, portanto, do alerta de Albuquerque (2002) e de Bonomo (2010) sobre a não consolidação da ruralidade como objeto de estudo para a Psicologia, buscou-se nos estudos da presente pesquisa, contribuir para que linhas de pesquisa sobre o modo de vida rural possam ser fortalecidas e multiplicadas.

Por intermédio das bases de dados do *Scielo* e do *Pepsic*, realizou-se uma pesquisa avançada com os descritores “psicologia” e “rural”, no dia 25 de janeiro de 2016. A dispersão dos artigos pode ser visualizada na Tabela 1 e na Figura 1, a seguir:

Tabela 1. *Produção da Psicologia brasileira sobre ruralidade a partir de artigos indexados nas bases Scielo e Pepsic*

Ano	1985-2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Número de artigos	23	6	13	8	6	11	5	5	15	19	10	121

Os descritores apontaram para a existência de 121 artigos publicados em periódicos revisados por pares e indexados nas bases de dados, excluindo-se artigos que estavam duplicados em função de sua publicação em ambas as bases.

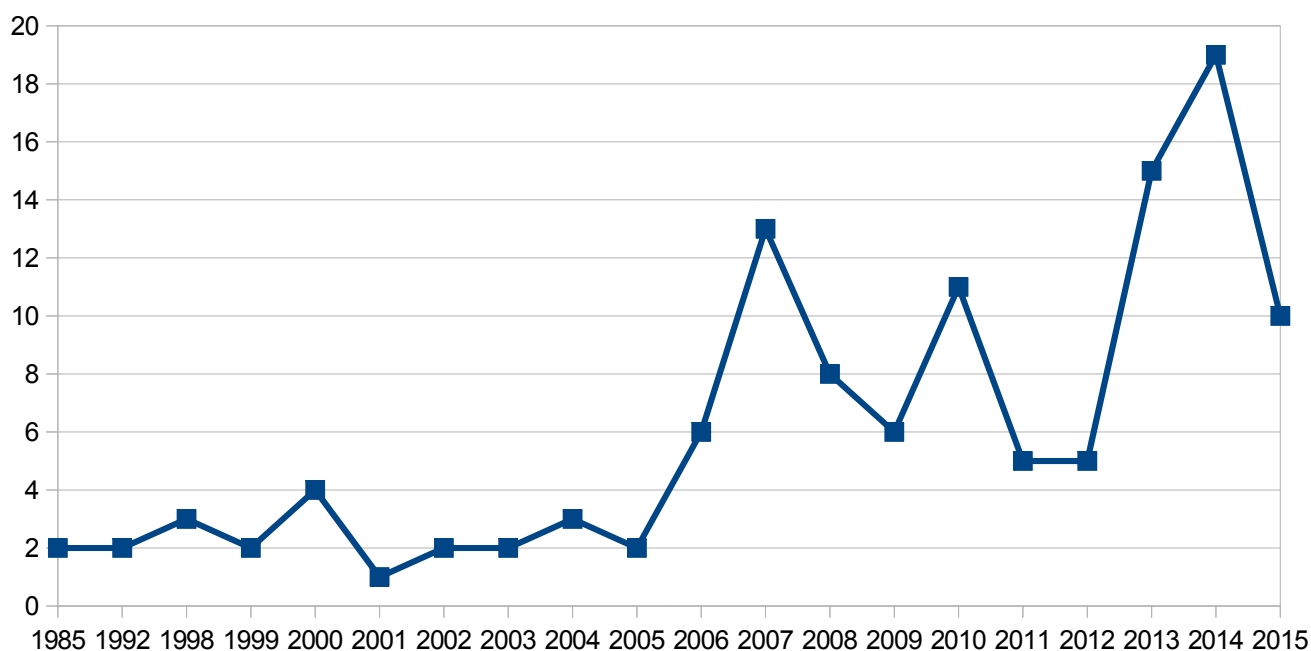


Figura 1. *Produção da Psicologia brasileira sobre ruralidade a partir de artigos indexados nas bases Scielo e Pepsic (dispersão temporal)*

Em linhas gerais, percebemos dois fenômenos quanto à produção da Psicologia Brasileira sobre o tema da ruralidade: 1) o relativo aumento na produção temática a partir de 2005; e 2) a perpetuação da temática não como objeto de estudo, mas, em grande parte, como variável para outros objetos analisados.

Com a finalidade de tornar mais observável os temas e direcionamentos da produção encontrada, adotou-se uma metodologia relativamente simples. Por meio do *software* IRAMUTEQ foi realizada Análise Hierárquica Descendente (AHD) dos resumos disponibilizados pelos bancos de dados do *Scielo* e do *Pepsic* quando da pesquisa dos descritores. Os artigos e seus resumos, que permitiram a construção do *corpus* de análise lexical, totalizaram 70 unidades de contexto inicial (UCI's), ou seja, 57,85% do total de artigos apontados. Os artigos não foram utilizados em sua integralidade, pois apresentavam inconsistências quando da localização em seus respectivos periódicos – a grande maioria com *links* inutilizáveis ou com erros. As referências bibliográficas referentes aos artigos encontrados compõem o Apêndice A.

A AHD possibilitou a construção do dendrograma (Figura 2) com dois eixos bastante distintos. O eixo 1 denominado *A ruralidade como variável (objeto não consolidado)* com 48% das unidades de contexto elementar (UCE's), foi subdividido em três classes. O eixo 2 nomeado *A realidade social como consolidadora da ruralidade como objeto de estudo*, com 52% das UCE's, também foi dividido em três classes. A diferença básica entre os dois eixos é o distanciamento no tratamento dos artigos em Psicologia sobre a ruralidade, uma vez que, no Eixo 1, a ruralidade é temática acessória e como variável está vinculada a outras temáticas em análise, enquanto no Eixo 2 observa-se a ruralidade como temática principal, apresentando nos temas próprios do fenômeno sua construção fundamental.

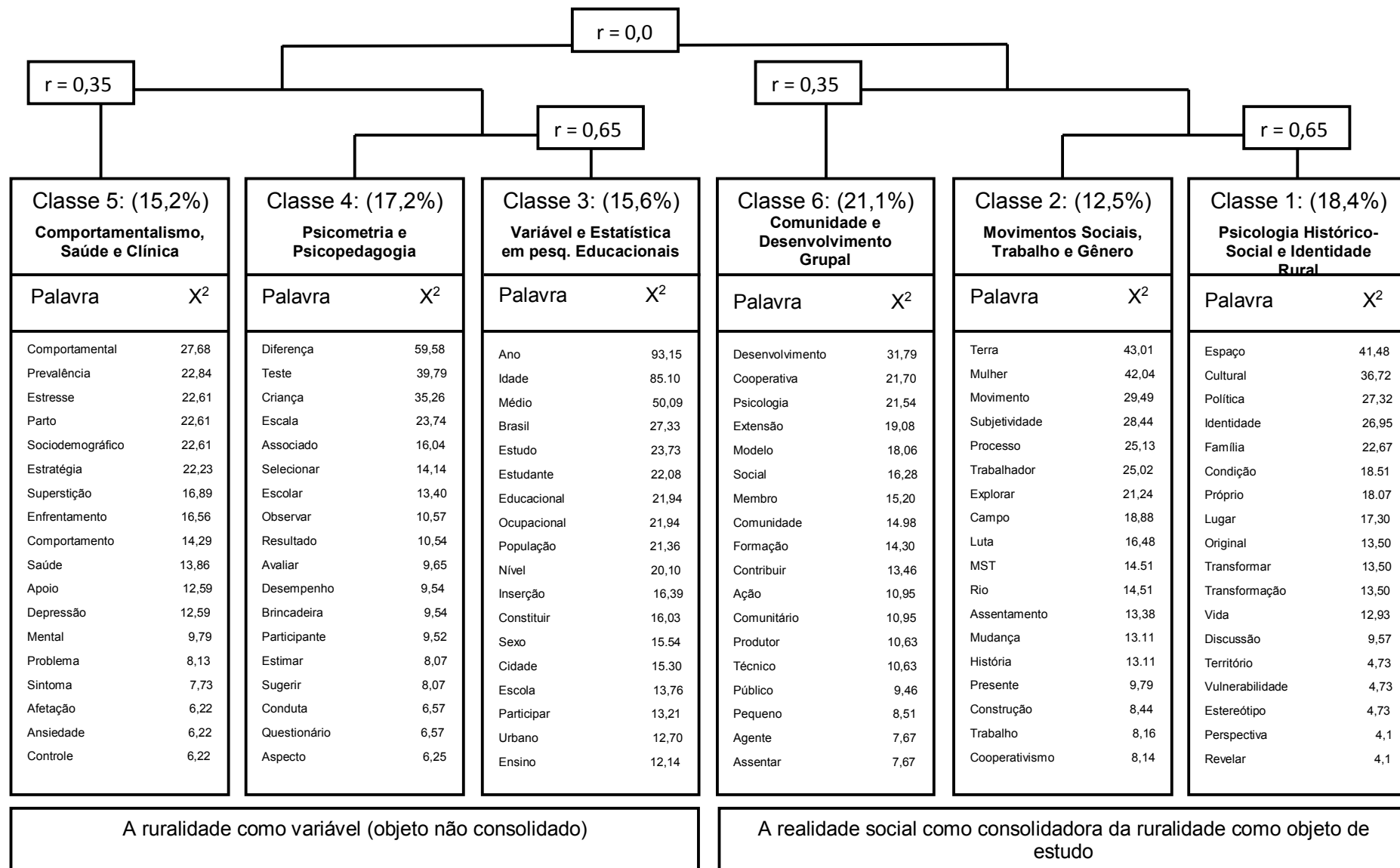


Figura 2. Dendrograma das principais temáticas da Psicologia brasileira sobre o tema da ruralidade, em artigos indexados nas bases de dados do Scielo e do Pepsic

O Eixo 1, denominado *A ruralidade como variável (objeto não consolidado)*, apresenta as classes 3, 4 e 5. A classe 3, *Variável e Estatística em pesquisas educacionais*, comporta 15,6% das unidades de contexto elementar e tem, entre as expressões lexicais mais representativas, termos como: *ano, idade, ensino médio, estudo, estudante, educacional, sexo, cidade, urbano e escola*. Essa classe apresenta artigos que possuem o contexto rural apenas como mais uma variável dentre tantas outras que compõem os questionários socioeconômicos de pesquisas, cuja temática principal é a educação. Dentre os artigos desta classe, podemos destacar: Lima e Silva (2015), que versam sobre a relação entre a educação infantil e as famílias do campo; e, ainda, Silva e Silva (2013), que relatam sobre as vivências de crianças da educação infantil no ambiente rural.

A classe 4, por sua vez, denominada *Psicometria e Psicopedagogia*, possui 17,2% das UCE's e tem as expressões com qui-quadrado mais elevado: *diferença, teste, criança, escala, avaliar e desempenho*. A classe 4 apresenta uma relação de proximidade bastante elevada com a classe 3 ($r=0,65$), por também tratar de um ramo da Psicologia Escolar, todavia, com artigos mais voltados para o uso de escalas e testes psicométricos. Nesta classe, mais uma vez, o contexto da ruralidade vê-se como acessório, apenas versando sobre a Psicologia Escolar, ao analisar o desempenho de estudantes que estão em contexto rural. Destacam-se os artigos dessa classe: Raposo e Freitas (1999), sobre a avaliação da autoestima em jovens rurais; e Silveira, Enumo e Batista (2014), que analisam indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento entre professores de ensino multisseriado, modalidade educacional que seria típica em contextos rurais.

A classe 5 *Comportamentalismo, Saúde e Clínica*, com 15,2% das UCE's analisadas, apresenta dentre os termos mais representativos: *comportamental,*

prevalência, saúde, apoio, depressão, sintoma, ansiedade e controle. Tal classe também está relacionada aos artigos em que a ruralidade é complementar ou contextual, engloba como temas principais questões da Psicologia dos Processos Básicos e da Psicologia da Saúde, em especial, com enfoque cognitivo-comportamental. Destacam-se: Soares *et al.* (2014), que apresentam uma série de comportamentos supersticiosos e práticas comportamentais inadequadas no tratamento da hipertensão arterial sistêmica; Costa, Dimenstein e Leite (2014), sobre as condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas; e Gomes e Rozemberg (2000), sobre as condições de vida e saúde mental na zona rural de Nova Friburgo - RJ. Nos referidos artigos, a população rural é investigada, mas a temática principal é a saúde.

O Eixo 2, *A realidade social como consolidadora da ruralidade como objeto de estudo*, apresenta as classes 1, 2 e 6. A classe 1 chamada de *Psicologia Histórico-Social e Identidade Rural*, com 18,4% das UCE's tem como expressões mais significativas: *espaço, cultural, política, identidade, família, território, vulnerabilidade e estereótipo*. Nessa classe, vinculam-se artigos mais próximos de uma Psicologia preocupada com a ruralidade, como objeto de análise, inclusive a partir de uma ótica psicossocial. Sobressaem-se: Reis e Cabreira (2013), sobre as políticas públicas e o campo; Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004), sobre as políticas públicas e os projetos de assentamento; Bonomo e Souza (2013), que analisam as representações sociais hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural; e Bonomo *et al.* (2011), sobre as representações sociais identitárias dos grupos urbano e rural.

A classe 2 nomeada como *Movimentos Sociais, Trabalho e Gênero*, com o menor número de UCE's analisadas (12,5%), versa sobre as questões de gênero e trabalho, em especial, quando dos movimentos sociais em contexto rural. Destacam-se como expressões com qui-quadrado mais elevado desta classe: *terra, mulher*,

movimento, trabalhador, campo, MST e luta. Mais uma vez, a ruralidade apresenta-se como temática principal em artigos como: Pizzinato, Hamann, Machado e Strey (2015), sobre as relações de gênero e ruralidade em mulheres jovens; Salvaro, Estevam e Felipe, (2014), que analisam as questões de gênero em cooperativas rurais virtuais; Salvaro, Lago e Wolff (2013), que versam sobre lutas de gênero e identidades políticas em *mulheres agricultoras e mulheres camponesas*; e, ainda, em Bonomo *et al.* (2008), sobre representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais.

Por sua vez, a classe 6, com o maior número de UCE's (21,1%), é denominada de *Comunidade e Desenvolvimento Grupal*. Nelas são mais expressivos os termos: *desenvolvimento, cooperativa, comunidade, ação, comunitário e produtor*. Nesta classe, percebe-se uma Psicologia da Práxis mais orientada às temáticas da Psicologia Social e Comunitária, com ênfase no desenvolvimento agrário e nas cooperativas. Destacam-se os artigos desta classe: Scopinho (2007), sobre a cooperação e as cooperativas em assentamentos rurais; Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999), que analisam as repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais; Albuquerque (2002), que apresenta as relações entre a Psicologia Social e as formas de vida rural no Brasil; e por fim, Albuquerque e Pimentel (2004) sobre a aproximação semântica dos conceitos de urbano, rural e cooperativa.

Conclui-se que Albuquerque (2002) e Bonomo (2010) apresentam um debate apropriado quando defendem a necessidade de consolidação da ruralidade como objeto de estudo para a Psicologia, em especial, pelas perspectivas presentes no Eixo 1. Todavia, compreende-se que existe um movimento de consolidação deste objeto, em especial pela Psicologia Social, que apresenta o maior número de artigos com esta perspectiva, realidade apresentada pelo Eixo 2.

Tendo em vista o garimpo de artigos realizado e o objetivo geral deste trabalho, compreende-se a necessidade de ampliar o debate sobre ruralidade vinculando tal objeto às relações identitárias e de gênero. Deste modo, as seguintes seções buscarão apresentar um pouco das discussões sobre os conceitos de gênero e ruralidade, utilizados na presente pesquisa.

Gênero na contemporaneidade

A relação entre os sexos não se limita a uma questão meramente natural, ou da ordem da genitalidade (Strey, 2003). Não se trata de uma questão que pode ser reduzida ao discurso médico, mas sim uma construção psicossocial que deve ser compreendida de maneira ampla, como uma interação social que é construída e reconstruída nos diferentes contextos históricos e sociais (Butler, 2008; Haraway, 2009; Mélo, 2012; Nader, 2001). Tendo em vista a complexidade do conceito em questão, é importante conhecer os sistemas de gênero, bem como as suas perspectivas representacionais e identitárias, pois são dimensões que contribuem na construção do que é feminino e masculino em dado contexto e temporalidade.

Strey (2003) argumenta que sexo não é a mesma coisa que gênero. Desta forma, o fato de ser uma fêmea não significaria ser uma mulher, e do mesmo modo, ser macho não significaria ser homem. A autora afirma que sexo é algo referente ao fisiológico e à reprodução biológica, sendo tais diferenças sexuais vivenciadas de forma simbólica, por meio do gênero.

Hyde (2003) aponta para uma expectativa social de certos comportamentos, valores e atribuições comuns para homens e mulheres. Neste sentido, perspectivas sociais apontadas por teóricas feministas como Oakley (1998), Mead (1962) e Beauvoir (1980) - que, com suas obras, buscaram a desconstrução de estereótipos de gênero -

possibilitaram conceitos mais amplos e socialmente mais engajados (Galinkin & Ismael, 2011).

O feminismo não advém de um processo de negação do homem, mas do reconhecimento de que as mulheres, na construção de seus papéis histórico-sociais, sofreram com uma gama de processos de desvalorização e de cristalização de imagens discriminatórias (Strey, 2003). O rompimento com o determinismo biológico torna-se uma necessidade para além do psicossocial, incluindo aspectos políticos e ideológicos (Amâncio, 2005; Nader, 2001).

Amâncio (2005), a respeito do problema da participação das mulheres no cenário político, destaca que as relações entre os gêneros se tratam de representações sociais hegemônicas, e, desta maneira, de difícil ressignificação, uma vez que mesmo as democracias modernas estariam alicerçadas na falta de conhecimentos sobre a importância e a necessidade da autonomia feminina. Para romper com as representações sociais hegemônicas de submissão das mulheres frente aos homens, o critério biológico deve ser superado (Nader, 2001).

Outro aspecto que parece compor o cenário de submissão e se constituir como aspecto nuclear das representações sociais hegemônicas relacionadas às mulheres é a necessidade de sua presença nos lugares de esposa e de mãe para a composição da família nuclear (Venturi & Godinho, 2013). Mesmo que a vida contemporânea tenha possibilitado transformações do entendimento do que venha a ser uma família (Coutinho & Menandro, 2010), muitos são os elementos de perpetuação de seu conceito tradicional, como a educação parental e a religião. São instituídos valores, que, ante ao projeto de preservação da família nuclear, acabam por perpetuar as relações conjugais, os papéis de gênero e o lugar de dominação masculina e submissão feminina (Bourdieu, 2002). A independência financeira, o trabalho fora do universo doméstico e o divórcio,

entretanto, são elementos que têm possibilitado novas construções sociais femininas (Nader, 2001).

A sociedade fundamentada sob a lógica da reprodução, da perpetuação de crenças, hábitos e das trocas simbólicas (Bourdieu, 2002) coloca a mudança do paradigma da lógica de dominação masculina e da conseqüente submissão feminina como problema. O androcentrismo, entendido neste contexto como a supervalorização do pensamento masculino, seria de tal modo poderoso que nem mais seria visualizado como uma questão a ser debatida e superada, mas uma regra naturalizada e inquestionável a ser vivida nas relações sociais cotidianas (Delgado & Müller, 2005). As maneiras como são difundidos os conhecimentos e o próprio conteúdo destes deveriam ser reconsiderados, para que os papéis sociais fossem rearranjados, uma vez que a violência contra as mulheres não reduz, como expresso nos dados apresentados pelo IPEA (2014), ou mesmo quando essa violência fica ocultada pelo preconceito (Diniz & Pondaag, 2006).

Mesmo a escola, que deveria promover a emancipação feminina, acaba por auxiliar na construção de representações sociais que perpetuam modelos tradicionais de gênero (Trindade & Souza, 2009). Os estudos em gênero, dentro da Psicologia Social, têm revelado a força com que as representações de homens e de mulheres absorvem imagens idealizadas e estereotipadas (Trindade, Nascimento & Gianordoli-Nascimento, 2006).

As perspectivas de gênero deste trabalho, tendo em vista o que já foi exposto, buscam alinhar-se às teorias que compreendem a ordem social e as interações psicossociais como centrais para a construção de uma definição do que seja a identidade de gênero. Nessa direção são importantes as compreensões de Goffman (2002) quando se opõe à perspectiva biologizante e naturalizada dos gêneros, uma vez que sua

preocupação eram os *mecanismos da produção social do gênero*, que, por sua vez, eram hierarquizados pela organização social e reforçados pelas instituições (Goffman, 2002; 2011).

Goffman (2002) defende que o comportamento social depende de cada situação e que sua construção em meio às interações sociais funcionam como performance teatral de dissimulação (de si) e de pesquisa (do outro) (Goffman, 2011). Desta forma, homens e mulheres acabam por se tornar atores que repetem textos sociais construídos para determinadas situações. Homens não são necessariamente mais agressivos e mulheres mais delicadas por força de uma ordem biológica, mas, pelo contrário, são obrigados a atuar frente a papéis objetivados socialmente e reforçados na história filogenética em face das diferenças sexuais (Goffman, 2012).

Para além do filosófico, nos cabe o plano social e político do gênero, a fim de romper com as representações naturalizadas do feminino como delicadeza, docilidade, submissão e infantilidade (Vianna, 2001), uma vez que são essas características papéis sociais, construções sociais arquitetadas como estigmas, ou segundo Goffman (2012), trata-se da *manipulação da identidade deteriorada*, ou ainda, elementos da própria identidade de gênero como constructo social.

Na medida em que o indivíduo elabora o sentimento de quem ele é e do que ele é ao referir-se a sua classe sexual e ao julgar-se segundo os ideais da masculinidade (ou da feminidade), podemos falar de uma identidade de gênero. Parece-me que essa fonte de autoidentificação é uma das mais profundas que nossa sociedade propõe (Goffman 2002, p.47).

A violência, física e simbólica, representa um dos produtos ocasionados pelo lugar de submissão a que são destinadas as mulheres dentro dos meios de produção. Saffioti (2015), por intermédio do materialismo histórico e dialético, em 1969, já

publicara a condição da mulher dentro do capitalismo, desvendando o seu lugar dentro das divisões sociais e sexuais do trabalho. Buscava-se a desnaturalização dos espaços de inserção da mulher (Saffioti, 2013), mas, o que, na maioria das vezes, se encontrou, foram as barreiras impostas pelo patriarcado (Saffioti, 2015). Lerner (1990) lembra que o patriarcado prevalecia como estabelecedor da hierarquia de gênero na civilização ocidental (DeSouza, Baldwin, & Rosa, 2000; Narvaz & Koller, 2006; Saffioti, 2013).

A importância do conceito de patriarcado reside na falência das doutrinas que especularam a sua resolução. Castells (1999, p.278) coloca que o patriarcalismo “dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem”. A violência que na realidade brasileira é claramente associada ao colonialismo persiste na modernidade, e, nos dizeres de Saffioti (2015), de Pateman (1993) e Johnson (1997), o patriarcalismo tem como característica central a perspectiva de que as diferenças biológicas justificariam diferenças políticas e papéis sociais, ou seja, estariam justificadas a ideia de dominação masculina e de submissão feminina. Tratar-se-ia de um pacto, de uma *lei do direito sexual masculino* (Pateman, 1993), e da qual, por intermédio das ideologias, o marido, o detentor do *patria potestas*, poderia: 1) assumir um poder privado, mas também civil de dominação sobre a mulher; 2) daria poderes sexuais do homem sobre a mulher; 3) este poder hierárquico invadiria todos os espaços da sociedade; 4) possui uma base material; 5) corporifica-se; 6) e representa uma estrutura de poder e de violência ideológica e física (Saffioti, 2015). Negar estes aspectos da lógica social em que se constituem as relações de gênero seria o mesmo que assumir a alienação diante dos cotidianos casos de violência contra a mulher.

Essa relação de poder será de tal modo absorvida socialmente que a felicidade pessoal de uma mulher é considerada somente possível quando esta se casasse. Essa incompletude e inferioridade femininas são agregadas de modo bastante intenso pelo

capitalismo (Saffioti, 2015). A desvalorização de seu trabalho e a inferiorização de seu lugar social permitirá à sociedade capitalista arrancar o máximo de *mais-valia absoluta* do trabalho feminino por meio da intensificação de sua jornada de trabalho, e assim justificar os salários mais baixos que os masculinos (Saffioti, 2013).

Essa relação estabelecida pelo trabalho, é de tal modo potente, que Durkheim (1893/1977) no século XIX explicava que a divisão do trabalho social passou a ser, na verdade, uma divisão sexual do trabalho, uma vez que a “solidariedade conjugal” passou a ser um dos mais importantes eixos motrizes da sociedade moderna. Ao homem a guerra e os negócios públicos e à mulher o interior da família. “Diferenças funcionais” que acabaram por ganhar tom biológico, como nas pesquisas de Gustave Le Bon, por exemplo, já que as justificativas para explicar essas diferenças recaíram sobre o fato de pretensamente a mulher ser emotiva e o homem ser racional (Pfefferkorn, 2012).

As diferenças sexuais do trabalho vão de tal modo se naturalizando que os guardiões simbólicos da tradição – em especial Família, Igreja, Escola e Estado – perdem a referência histórica e impõem a dominação masculina como regra, sejam por justificativas sociais, sejam por justificativas cognitivas (Devreux, 2011). A construção social dos corpos somente é possível pela incorporação da dominação, tanto para as mulheres quanto para homens, uma vez que se o masculino rejeitar seu lugar de dominação acaba por rejeitar também o próprio lugar de masculino (Bourdieu, 2002). A violência simbólica é a marca do trabalho doméstico, assim como é a divisão sexual do trabalho, seja na realidade urbana ou rural. O empoderamento e emancipação femininos tornar-se-ão mais agudos quando da conquista pela realização de trabalhos antes considerados apenas masculinos – marca das lutas feministas contemporâneas. Quando uma mulher rejeita os trabalhos domésticos, o casamento e a maternidade, rejeita consigo o *habitus* que a sociedade lhe imporia (Devreux, 2011).

A questão do empoderamento é ainda visível nas discussões de Becker (2008) quando este analisa as estereótipias de gênero em mulheres e em homossexuais. O autor concluiu que estes grupos são *outsiders*, ou de outro modo, que diante do androcentrismo as estereótipias estigmatizaram-se e tornaram-se, tanto para mulheres quanto para homossexuais, modalidades indentitárias compatíveis com certo estrangeirismo social. Becker (2008) diagnostica esses processos sociais de exclusão, que se denominará de invisibilidade da mulher.

As perspectivas, no entanto, não se fecham no pessimismo, mas, pelo contrário, apontam saídas libertárias e emancipatórias. Em Arendt (1999), o feminismo é colocado como algo necessário à democracia, pois impõem um deslocamento do pensamento à ação (Lamoureux, 2010). Trata-se da necessidade de politização ou de um feminismo que libertaria a mulher da própria “condição feminina”. Lamoureux (2010, p.543) sobre o feminismo em Arendt explica:

Trata-se de criar um contexto que permita às mulheres falarem e conversarem, em outras palavras, considerar outras mulheres como interlocutoras com as quais é possível elaborar um agir comum, uma ação coletiva cujo interesse não se reduza à liberação das mulheres, mas que as coloquem em cena como atrizes políticas e não como objetos das políticas públicas.

Sob a mesma perspectiva Foucault (1984) busca pensar a produção de uma nova história, com novos modos de subjetivação (Riot-Sarcey, 2014). Para ele as questões de gênero são potentes para se desconstruir a hierarquia social e os papéis sociais enrijecidos pelas identidades historicamente construídas entre homens e mulheres. Essa visão emancipatória e de busca de soberania tomará de sobressalto grandes feministas, como Scott (2013), que afirmou que as relações de gênero estariam em todas as práticas cotidianas e em todas as relações sociais.

A diferenciação assimétrica em que ocorre a construção do feminino e do masculino não nutre a gestão de opressores e oprimidas, o que existe é uma concepção de pessoa dominante que acaba por excluir o feminino, como o faz com outras categorias sociais (Amâncio, 1994, 2005, 2007; Amâncio & Oliveira, 2006). Dominação e submissão acabam por funcionar como categorias próprias de representações sociais ancoradas na naturalização dos modos de ser. A Psicologia Social confere autonomia analítica às especificidades próprias do feminino e, para tanto, busca compreender as assimetrias que legitimam a discriminação, estando estas ligadas ao sexo, ou para além, em outras pertenças (Amâncio, 1994).

A Psicologia Social compreende a ruptura com as visões naturalistas e biológicas do gênero, mas igualmente possui uma análise crítica das teorias feministas, pois sabe que o gênero é constructo social, reconhece a história de dominação masculina e as assimetrias, percebe o movimento social em torno do heteronormativo, mas, igualmente, sabe também que o feminismo é ato de resistência e compromisso político e, deste modo, articula um projeto de conhecimento emancipatório (Amâncio, 1994, 2005, 2007) e que acaba por criar uma epistemologia feminista própria.

Na análise de diferenciação dos gêneros são reconhecidas apenas as funções sociais dos estereótipos (Tajfel, 1983), deste modo, são reconhecidas as assimetrias deste contexto. Assimetrias claras como na representação do feminino se ajustarem os objetos espaço privado e família, enquanto o masculino é representado como um ser universal (Amâncio, 1994). A mulher quer também o espaço público e a ordem política, e luta contra toda resistência às políticas que reforçam as assimetrias (Amâncio, 2005, 2007).

Lisboa (2003) defende que o empoderamento feminino se dá pela divisão dos papéis, pela consciência política, pela ocupação dos espaços públicos e revoluções, mas

também compreende que este processo pode se dar por meio de simples progressos no dia-a-dia.

A partir dessas premissas teóricas, é necessário um olhar mais atento às relações estabelecidas entre gênero e ruralidade, uma vez que o espaço campesino apresenta particularidades frente à realidade urbana.

Gênero e Ruralidade

No cenário nacional, as reflexões específicas sobre gênero em contextos rurais alcançaram maior visibilidade a partir da década de 1980, em função das novas discussões que surgem com os movimentos feministas (Brumer, 2003). A Marcha das Margaridas (Sales, 2007) é um exemplo de mobilização em nível nacional, e se caracteriza como uma importante estratégia das trabalhadoras rurais pela garantia e ampliação de suas conquistas. Tal inserção da mulher do campo no âmbito político foi, e ainda é, um mecanismo primordial para o estabelecimento da efetiva igualdade de gênero. Neste sentido, Scott e Cordeiro (2013) sugerem que as lutas das mulheres por mudanças em direção à igualdade de gênero indiquem ganhos contra um modelo polarizado de relações entre homens e mulheres, mudanças essas que podem estar relacionadas ao êxodo rural.

As mudanças na composição de gênero da população rural da América Latina, nos últimos trinta anos, indicam uma ampliação na participação das mulheres nas atividades econômicas rurais, que estariam distribuídas mais amplamente nos setores agrícolas e não-agrícolas em comparação com os homens (FAO / RLC, 2002). Nos governos latino-americanos, as questões de gênero estiveram ausentes na maioria dos documentos nacionais de políticas de desenvolvimento rural, como nas medidas de ação pública nas áreas da educação rural, pesquisa e transferência de tecnologia agrícola, criação de emprego, crédito e reforma agrária (FAO, 2002). Países como Colômbia,

Brasil e Costa Rica têm progredido expressivamente, desde meados dos anos noventa, na integração das questões de gênero em áreas rurais e nos seus planos para a igualdade de oportunidades e políticas a nível nacional no setor agrícola; no entanto, a implementação de tais iniciativas ainda é incipiente e desigual (FAO / RLC, 2002).

O debate sobre a feminização da agricultura, processo que vem ocorrendo em alguns países como Chile, Panamá, Equador e Haiti (FAO, 2002), é de grande importância devido às diferenças referentes ao sexo no acesso aos recursos produtivos. Enquanto as mulheres desempenham papéis cada vez mais importantes na economia rural como um todo, é preciso compreender as dificuldades (como a falta de acesso ao crédito financeiro e preconceitos, por exemplo) que as agricultoras podem enfrentar (Silvestro, 2001). A compreensão de tais aspectos é bastante esclarecedora no tocante à contradição existente entre os indícios de uma crescente participação da mulher rural na agricultura e dados referentes à masculinização do campo, conceito a ser explicado adiante.

A população do Brasil atingiu o total de 190.755.799 habitantes no ano de 2010, de acordo com os dados censitários (IBGE, 2010), sendo que 84,4% deste total corresponde à população urbana e 15,6% à população rural. Ainda de acordo com as estatísticas do Censo de 2010, identificou-se maior contingente de pessoas do sexo masculino nas áreas rurais, sendo 111,1 homens para cada grupo de 100 mulheres, enquanto nas áreas urbanas a razão entre os sexos foi de 93,4 homens para cada grupo de 100 pessoas do sexo feminino.

A predominância de homens no campo pode estar associada às taxas de migração da mulher para a cidade e também à tradição masculina com maior inserção no trabalho agropecuário (Scott & Cordeiro, 2013). De acordo com Souza (2005), nascem mais indivíduos do sexo masculino do que do feminino na população em geral;

no entanto, tem-se maior número de mulheres do que de homens, em consequência dos níveis de mortalidade masculinos serem mais altos (Datusus, 2000; Camarano, 2002; IBGE, 2010). Considerando essas informações, coloca-se em evidência um desequilíbrio demográfico nas áreas rurais brasileiras, levando-se em consideração a proporção entre os dois sexos que naturalmente deveria existir (Rioja, 2009).

Existem variadas formas de se investigar as mudanças relacionadas a gênero em contextos rurais e uma dessas estratégias seria analisar as tendências demográficas globais nas áreas campestres, buscando conhecer se os territórios rurais tornaram-se mais ou menos feminizados ou masculinizados ao longo das últimas décadas (FAO, 2004). A masculinização das áreas rurais pode ser compreendida como processo em que ocorre o êxodo rural seletivo de mulheres em direção aos centros urbanos (Anjos & Caldas, 2005; Brumer, 1996; Magalhães, 2009; Panzutti 2006), resultando em um desequilíbrio demográfico quanto à variável sexo, com a prevalência de homens em território rural; enquanto a feminização estaria relacionada ao aumento da participação feminina na população ativa agrícola, indicando maior inserção das mulheres nos contextos rurais (Rodrigo, 1986; Deere, 2006). É importante destacar que, neste trabalho, utiliza-se a expressão feminização, para referir-se à prevalência de mulheres no campo, quando comparada ao número de homens, processo inverso ao fenômeno da masculinização do campo.

A análise dos processos de masculinização e feminização pode ser procedida através do cálculo da razão de masculinidade (RM) (DATASUS, 2000; Laurenti, Mello-Jorge, Lebrão, Gotlieb, 2005; Chiavegatto-Filho, Laurenti, 2012), que indica o número de homens para cada grupo de 100 mulheres e informa sobre a relação quantitativa entre os sexos. Os índices de masculinidade ou RM podem ser amplamente explorados e utilizados na análise de variações geográficas e temporais na distribuição da população

por sexo, subsidiar a implementação de políticas públicas em diversas áreas, bem como possibilitar a compreensão de fenômenos sociais como as migrações, mercado de trabalho, organização familiar e morbimortalidade (DATASUS, 2000).

Processos de *masculinização do campo e feminização da agricultura*

A masculinização das áreas rurais pode ser compreendida como processo determinado, em grande parte, pelas relações de produção estabelecidas no sistema agrário, em que a modernização da agricultura parece ter influências neste fenômeno. Existe a perspectiva de que a modernização agrícola modifica o papel da mulher na unidade de produção, supostamente dispensando o trabalho feminino de seu caráter produtivo, o que favoreceria a busca de trabalho e renda nas cidades (Anjos & Caldas, 2005; Brumer, 1996; Magalhães, 2009; Panzutti 2006). O êxodo rural feminino também é atribuído à forte influência do patriarcado nas condições rurais, que sempre atribuiu culturalmente ao homem o papel produtivo, do trabalho na lavoura, e à mulher, o papel reprodutivo, os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos (Scott & Cordeiro, 2013).

Em contraposição, a feminização da agricultura também é abordada, se tratando, no entanto, de um tema ainda pouco investigado no Brasil. Rodrigo (1986, p. 643), há quase três décadas, informava: “vários autores têm verificado em diferentes contextos socioeconômicos uma evolução crescente da participação da população feminina na população ativa agrícola, realidade que vem sendo designada por ‘feminização’ da agricultura”. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2002) relata que as explorações agropecuárias realizadas por mulheres é uma tendência na América Latina nos últimos anos. As mulheres estão, aos poucos, conquistando sua autonomia econômica e seu papel na segurança alimentar.

No Brasil, 13% da produção agropecuária é realizada por mulheres (FAO, 2013), e, apesar de tal representatividade, tanto no contexto brasileiro quanto em outros países da América Latina, observa-se o enfrentamento de dificuldades por parte das

agricultoras, que chefiam terras de proporções menores, de menor qualidade e potencial (se comparadas às terras comandadas por homens), além da falta de assistência técnica, capacitação e acesso ao crédito financeiro. Para amenizar o impacto destes aspectos, a FAO (2013) chama a atenção para a implementação de políticas que considerem as questões relacionadas a gênero, e, neste quesito, aponta que a agricultura familiar seria o modo de produção mais adequado à realidade das mulheres rurais, uma vez que esse modelo de produção rural permite uma maior inserção econômica e social do que o agronegócio. O estabelecimento de cooperativas na agricultura familiar é exemplo desse fenômeno de inserção das mulheres trabalhadoras agrícolas, que buscam novo estatuto de pertença que modifique os estereótipos de desvalorização presentes na realidade brasileira (Silva & Schneider, 2010).

É importante ressaltar ainda que o fenômeno da masculinização rural não se caracteriza como processo homogêneo, variando conforme a faixa etária e a região do país (Costa-Rauber, 2010). Costa e Froehlich (2014) realizaram estudo que relacionou políticas públicas brasileiras direcionadas às mulheres rurais com as condições específicas dos nove sistemas agrários do Rio Grande do Sul (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas e Planalto), e apontaram que a adaptação de políticas públicas às especificidades regionais pode promover a permanência das mulheres no campo, sugerindo que o foco das ações deve priorizar as regiões onde o processo de masculinização é mais intenso.

Com relação à variação do processo de masculinização rural conforme a faixa etária, Froehlich, Rauber, Carpes e Toebe (2011) sugerem que a prática do êxodo rural esteja mais fortemente associada à população jovem. Pizzinato, Hamann, Machado e Strey (2015) definem tal segmento populacional da seguinte forma:

A juventude pode ser entendida como uma fase de transição, que supõe importantes modificações, considerada um momento de preparação para a vida adulta. Entretanto, as diferentes possibilidades de “ser” dos jovens são circunscritas por aspectos sócio-históricos, culturais e territoriais, e demandam eleger metas, sonhos, formação de um núcleo familiar, projetos acadêmicos e profissionais como temáticas-chave para o ingresso à adultez (p. 248).

Neste sentido, Deggerone, Laroque e Barden (2014) discutem que a permanência dos jovens no campo se relaciona com muitos elementos, como por exemplo, a recompensa monetária, a proporção das responsabilidades assumidas dentro do contexto familiar e no trabalho rural, a viabilidade econômica, e, principalmente, a autonomia dos jovens na agricultura familiar. Menezes (2009) discute a questão do êxodo rural entre jovens colocando em evidência a visão recorrente de que o espaço rural é visto apenas como lugar de trabalho, apontando como falsa a prerrogativa de que o jovem deve optar entre permanecer no campo e estudar. Ainda de acordo com o autor, é preciso promover o desenvolvimento rural, visto que se trata de um direito do cidadão do campo, devendo este ter acesso à educação no próprio contexto rural, para que não precise optar entre trabalho rural ou educação, dilema que tem favorecido o êxodo do jovem camponês. Vale ressaltar que o desenvolvimento rural pode ser compreendido como a melhoria das condições de vida no campo, seja pela gestão econômica como o crescimento do aporte lucrativo das atividades laborais, comercialização e escoamento da produção agropecuária, seja pelo desenvolvimento social, possível pelo aumento da infraestrutura e de acesso aos serviços de saúde, educação, transporte, comunicação e cultura (Menezes, 2009).

Mediante os aspectos apresentados até aqui, apresenta-se como imprescindível a elucidação de questões relacionadas a gênero e juventude no contexto camponês. A

análise dos índices de masculinização e feminização do contexto rural poderá contribuir para a compreensão acerca: 1) da dinâmica migratória e das relações do sujeito rural com as cidades, 2) das influências socioeconômicas e manejo produtivo, 3) das condições e realidade do mundo laboral e 4) da constituição das famílias rurais, assim como apontar para 5) previsões que incitem políticas públicas para a melhoria de vida desta categoria social no estado do Espírito Santo. É indispensável também uma aproximação elucidativa das questões que tocam os relacionamentos entre homens e mulheres nestes espaços mais masculinizados e mais feminizados. É necessário compreender a dinâmica e as crenças que envolvem o processo de mobilidade e mudança social que se estabelece entre homens e mulheres rurais, uma vez que as identidades de gênero e sua dinâmica não podem limitar-se ao espaço urbano.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa teve como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Moscovici (2003), e a Teoria da Identidade Social (TIS), proposta por Tajfel (1978), uma vez que estas abrangem conceitos essenciais ao entendimento dos fenômenos investigados.

As reflexões dentro da Psicologia Social que têm a sociabilidade rural como objeto de estudo encontram respaldo teórico na articulação entre a TRS e a TIS, e a importância de tal articulação incide no fato de que estas teorias psicossociais acabam por se complementarem, já que as representações fundamentam os eventos sociais que influenciam na elaboração das identidades sociais (Lowe, 2012). Tajfel (1978) destaca a importância do contexto social na análise dos fenômenos psicológicos, sobretudo, quando estes fenômenos se associam a contextos relevantes à história dos grupos sociais.

A partir de seu caráter essencialmente descritivo, a TRS coopera analiticamente fornecendo elementos que permitem o exame do contexto das estruturas e o compartilhamento das representações. Por outro lado, a TIS contribui esclarecendo como os comportamentos interpessoais e intergrupais podem estar associados à necessidade do indivíduo de sentir-se e ser percebido com *status* positivo, tendo em vista as representações difundidas em seu contexto social (Lamy, Liu & Ward, 2011).

A Teoria das Representações Sociais

Considerando que as relações sociais estão profundamente ligadas com transformações no pensamento social (Moscovici, 1990), a TRS apresenta-se como aporte analítico-metodológico adequado para a construção deste trabalho, uma vez que os objetos sociais analisados nesse estudo são representações de um grupo social.

O estudo das representações sociais foi inicialmente desenvolvido a partir da Psicologia Social, quando Serge Moscovici publicou seu livro intitulado ‘La psychanalyse: son image et son public’ em 1961. Em sua obra, o autor questiona a maneira como o homem comum se apropria do conhecimento científico e como constrói a realidade em que está inserido, iniciando uma discussão acerca da valorização do senso comum. Em outras palavras, Moscovici (1961) começa a difundir uma nova epistemologia, na qual a absorção da ciência pelo senso comum não seria, tal como se defendia, uma apropriação indevida do saber científico, mas sim um tipo de conhecimento genuíno e legítimo (Da Silva, Camargo & Padilha, 2011; Maia, 1997). Deste modo, a TRS constitui-se como vertente científica de leitura do conhecimento de senso comum.

As representações sociais dizem respeito a fenômenos psicossociais complexos, tornando difícil a delimitação de um conceito; no entanto, Jodelet (2001) aponta que as representações sociais constituem-se como um tipo de saber socialmente produzido e compartilhado, e que possui objetivo prático, pois contribui para a elaboração de uma realidade comum. Desta forma, as representações sociais compreenderiam maneiras utilizadas pelo grupo para transformar aquilo que lhe é estranho em elementos familiares (Moscovici, 1978, 2003).

A TRS tem sido amplamente utilizada na análise de fenômenos humanos a partir de pesquisas teóricas e empíricas, servindo à análise dos mais diversos objetos sociais, como o estudo de Miranda, Andrade, Furegato e Rodrigues (2015), que investigaram as representações sociais da sexualidade entre idosos institucionalizados, Cramer (2002), que buscou conhecer as representações sociais sobre a ação empreendedora, Rocha e Amoras (2015), que versaram sobre o ensino de geografia e a construção de

representações sociais sobre a Amazônia, ou ainda Casimiro (2002), que analisou as representações sociais de violência conjugal.

A formação das representações está relacionada a dois processos sociocognitivos específicos, quais sejam, a objetivação e a ancoragem. Segundo Vala (1997), a objetivação se refere à “forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e formam expressões de uma realidade vista como natural” (p. 360). Por sua vez, o conceito de ancoragem é apontado por Trindade, Santos e Almeida (2011) como:

incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos, e que lhes estão facilmente disponíveis na memória. A ancoragem permite ao indivíduo integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social. Assim, um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes (p. 110).

A grande teoria de Moscovici originou várias abordagens, observando-se maior difusão das perspectivas elaboradas por Denise Jodelet (2005), Jean-Claude Abric (1994) e Willem Doise (1989). De acordo com Almeida (2009), as diferentes perspectivas dos autores “representam diferentes formas de enfocar e investigar as representações, tendo cada um deles trazido uma contribuição particular para o desenvolvimento da TRS” (p. 718). A seguir serão apresentadas brevemente as abordagens complementares à teoria Moscoviciana.

A corrente representada por Jodelet (2005) está mais próxima da abordagem inicial de Moscovici (1978). Tal proposição busca entender a construção da representação a partir de seus aspectos constituintes, tais como, crenças, opiniões,

imagens e documentos (Almeida, 2005), assumindo a tarefa de estudar as representações sociais a partir de seus processos geradores ou da sociogênese.

Podemos citar estudos desenvolvidos a partir da abordagem processual das representações sociais, tal como o estudo de Souza (2012), que pesquisou empiricamente as representações sociais do alcoolismo no contexto dos profissionais de saúde da família; ou também os estudos de Alves-Mazzotti (2009) e Gilly (1989) que buscaram relacionar as representações em contextos educacionais.

Outra perspectiva teórico-metodológica acerca das representações sociais é a Teoria do Núcleo Central (TNC), articulada por Abric (1994). O autor propõe que os conteúdos cognitivos da representação se organizam em torno dos sistemas central e periférico. Neste sentido, toda representação se organizaria em torno de um núcleo central (que seria composto por elementos mais consensuais e definidos historicamente). Os elementos periféricos estariam em contato com o núcleo central, no entanto, seriam elementos menos estáveis. A TNC permite a compreensão e explicação do processo de transformação das representações, que só seria possível através da transformação dos elementos centrais (Almeida, 2005).

Estudos como o de Assis, Avanci, Silva, Malaquias, Santos e Oliveira (2003), que versaram sobre a representação social do adolescente; ou também o de Saquetto (2013), que utilizou a TNC para análise das representações sociais de sujeitos religiosos; e ainda o de Batista (2014), que utilizou esta teoria em sua pesquisa sobre brasileiros imigrantes na Europa, demonstram a contribuição dessa abordagem.

Um importante aspecto a ser destacado na TNC se refere à questão do consenso, ou seja, esta teoria focaliza em sua tarefa de análise os elementos compartilhados em relação a determinado objeto. Por outro lado, na abordagem societal é realizada a investigação dos princípios sobre os quais os elementos se diferenciam (Almeida, 2009;

Doise, 1989). Tal abordagem não consensual será detalhada a seguir, uma vez que foi utilizada como aporte teórico no terceiro estudo que compõe a presente investigação.

A abordagem societal das representações sociais, liderada por Doise (1989), integra quatro níveis de análise: intraindividual, interindividual, intergrupar e societal. Segundo Pereira, Camino e Da Costa (2005): no nível intraindividual, os fenômenos sociais são analisados com base nas motivações psicológicas do sujeito; no nível interindividual, são consideradas as relações entre os indivíduos em determinada situação; no nível intergrupar, o que se analisa é a relação entre grupos sociais (Doise, 2002); já o nível societal, se associa às ideologias que norteiam as relações entre os grupos, manifestando-se em todos os demais níveis dos fenômenos psicossociais (Doise, 1989). De acordo com Almeida (2009), a análise a partir dos quatro níveis assume as representações sociais como “princípios geradores de tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais” (p. 724).

Neste sentido, um modelo tridimensional para o estudo das representações sociais é proposto por Clémence, Doise e Lorenzi-Cioldi (1994). Este modelo, também conhecido como paradigma das ‘três fases’, fundamenta-se em uma hipótese para cada fase (Almeida, 2009): a primeira hipótese se refere ao compartilhamento de crenças (fase em que se identifica o campo representacional comum); a segunda hipótese se relaciona com as diferenças de posicionamentos em relação a determinado objeto (fase em que se busca identificar os princípios organizadores das variações individuais); e a terceira hipótese pressupõe que as representações são caracterizadas pelas ancoragens das tomadas de posição (fase de investigação das ancoragens).

No que se refere à terceira fase do modelo tridimensional, podem ser identificadas três formas de ancoragem:

a ancoragem psicológica – modulações individuais do campo representacional; a ancoragem social – crenças, opiniões e experiências comuns compartilhadas pelos membros de um dado grupo, que originam representações com uma dinâmica semelhante; e, por fim, a ancoragem psicossocial – o modo como os indivíduos estão simbolicamente ligados às relações sociais e aos diferentes posicionamentos e categorias próprios de determinado campo social (Bonomo, Souza, Melotti & Palmonari, 2013, p. 95).

Estudos nacionais desenvolvidos por meio da abordagem societal das representações podem ser encontrados, apesar de ser pouco difundida no Brasil. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Bonomo, Souza, Melotti e Palmonari (2013), que investigaram os princípios organizadores das representações de rural e cidade. Machado, Raposo, Lima-e-Silva e Castro (2016) também se utilizaram desta abordagem na construção do estudo que versou sobre os elementos representacionais de docentes em início de carreira. Diferentemente das outras abordagens citadas, os estudos empíricos utilizando a abordagem societal são mais escassos, predominando a publicação de artigos de cunho teórico (Almeida, 2009; Doise, 2002), que buscam difundir os pressupostos desta vertente, ainda pouco conhecidos.

Considerando, então, que o conteúdo das representações sociais depende das relações entre os grupos, avalia-se como importante estratégia teórico-metodológica a utilização da TIS na presente investigação. Pesquisas que relacionam representações e ruralidade são escassas, mas podem ser encontradas, como é o caso do trabalho de Bonomo, Trindade, Souza e Coutinho (2008), que trata das representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. Whitaker e Onofre (2006) também utilizam a teoria focalizando a juventude rural no contexto de cursinho preparatório para vestibular, com base nos conceitos de ancoragem e objetivação. Outro exemplo é a

pesquisa de Lima (1999), que aborda as representações sociais no meio rural amazônico.

Bonomo (2010), com seu trabalho intitulado “Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias” deu indícios de que a investigação do contexto campesino por meio da TRS é elucidativa e adequada, bem como a associação desta teoria com a TIS, que será comentada a seguir.

A Teoria da Identidade Social

A TIS foi proposta por Henri Tajfel (1978), que desenvolveu a teoria para tentar compreender as motivações que impõem o homem à discriminação social. Os fatores pessoais que levaram o autor - de origem judia - a estruturar a teoria remetem ao final da segunda guerra mundial, em 1945, época em que sofreu com a perda de familiares e amigos que foram exterminados por nazistas (Rubini, 2003). Tal proposta teórica, que pretende esclarecer os fenômenos humanos envolvidos no comportamento intergrupo, é, sem dúvidas, um marco neste campo de estudo (Doise, 2002).

Uma vez que o tema em questão se refere às relações entre grupos, é válido resgatar o significado do conceito de *grupo de referência* para o desenvolvimento desse estudo. A partir do referencial teórico da TIS (Tajfel, 1983), o pertencimento a um grupo não se dá somente em situações objetivas: a pertença dos indivíduos aos grupos sociais é, primordialmente, uma pertença psicológica, baseada nos critérios de sentir-se parte e reconhecer-se ligado à determinada categoria social (Tajfel, 1978).

Tal pertença psicológica pressupõe três dimensões: a cognitiva, a emocional e a avaliativa. Por este viés, identidade social, será entendida como “*parcela* do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um

grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1983, p. 290).

A construção da identidade social implica processos fundamentais como a categorização social e comparação social (Tajfel, 1981, 1983). Os sujeitos categorizam os estímulos sociais analisando diferenças e semelhanças entre as categorias disponíveis, ao mesmo tempo em que também se reconhecem dentro de categorias sociais, processo nomeado de auto-categorização. Alexandre (2003) destaca que

o simples acto de categorizar permite diferenciar categorias às quais o indivíduo pertence – endogrupos – e categorias às quais o indivíduo não pertence (exogrupos). Numa sociedade pluralista, o processo de autocategorização não pode, no entanto, ser visto como um fenómeno estático e focalizado sobre uma só pertença, já que os indivíduos poderão pertencer, simultaneamente, a várias categorias sociais (p. 22).

A categorização social acaba por influenciar o processo de comparação social, em que os indivíduos identificam-se com um *status* mais positivo ou mais negativo, dependendo do grupo ao qual este indivíduo está vinculado, existindo uma tendência a acreditar que os conhecimentos endogrupais são melhores que os dos exogrupos (Tajfel, 1981). Na comparação social, a percepção da semelhança entre valores, crenças e atitudes dos diferentes grupos poderá ameaçar a identidade social do indivíduo e isto poderá ocasionar a discriminação entre os grupos (Vala & Lima, 2002).

Demonstrações empíricas acerca da identificação social e favoritismo do próprio grupo foram realizadas por Tajfel (1981) através do experimento do paradigma dos grupos mínimos, no qual as pessoas eram arbitrariamente atribuídas a grupos com os quais não possuíam nenhuma identificação anterior e, mesmo assim, tendiam a favorecer o próprio grupo. Outros estudos atuais sobre os processos de identificação

usando a TIS podem ser encontrados. Como exemplos podem ser citados os estudos de Bonomo, Trindade, Souza, e Coutinho (2008), Cabecinhas (2006) e Cabecinhas e Lázaro (1997), dentre outros, que valorizam a teoria no âmbito de análise dos grupos naturais.

Levando tal aspecto em consideração, Brown (2000) reafirma que a força da identificação com o próprio grupo e a necessidade de manter uma autoestima positiva encontram-se na base das relações intergrupais. Del Prette e Del Prette (2003) salientam, no entanto, que nos casos em que o *ingroup* não favorece a identidade de maneira positiva, existe a possibilidade de mudança ou mobilidade sociais.

Quando, para o indivíduo, existe a possibilidade de deixar um grupo que não contribui de maneira positiva para seu autoconceito, pode ocorrer a mobilidade social (Del Prette & Del Prette, 2003; Santos & Amâncio, 2014; Tajfel, 1983), em que o sujeito, acreditando na legitimidade e flexibilidade das fronteiras, deixa o grupo com menor *status* social para fazer parte de outro grupo que tenha maior prestígio. Neste caso, a ação é de cunho individual, processo que pode estar associado ao êxodo rural.

Por outro lado, a mudança social (Del Prette & Del Prette, 2003; Santos & Amâncio, 2014; Tajfel, 1983) se pauta na crença de que o sistema é injusto e inflexível, deste modo, os sujeitos passam a agir coletivamente, buscando a resignificação dos estereótipos negativos atribuídos ao seu grupo. Nesta dinâmica identificatória, a Marcha das Margaridas, por exemplo, movimento das mulheres rurais comentado anteriormente, pode ser classificado como ação coletiva que caracteriza a crença na mudança social. Outra situação de mudança social é lembrada por Rodrigues (2010), que aponta a rejeição sofrida por imigrantes em outros territórios como fator que impulsiona estes indivíduos a buscarem o fortalecimento e positivação de seu grupo de origem.

Batista (2014), em seu trabalho intitulado “Brasileiros imigrantes na Europa: das representações sociais aos processos identitários”, informa que tanto o processo de mobilidade social quanto a mudança social são elementos importantes na investigação dos fluxos de migração, uma vez que possibilitam a muitos grupos migrantes a ressignificação de estereótipos negativos associados ao seu grupo originário. Ainda de acordo com os conceitos de mobilidade e mudança sociais, Batista, Ciscon-Evangelista e Tesche (2011) apontam estes conceitos como “não estanques”, já que o imigrante pode optar pela pertença que lhe trouxer maior valoração positiva, mostrando-se ora como pertencente à sua cultura original e ora como pertencente à cultura estrangeira.

Como desdobramento da TIS, em interface com os estudos sobre as representações sociais, e visando explorar os efeitos da categorização social no nível societal de análise, Doise (1989) propõe o modelo da diferenciação categorial. Deschamps e Moliner (2009) esclarecem que:

Este modelo permite compreender como a interação entre grupos se estrutura, por conseguinte, modela e diferencia os indivíduos. Portanto, este processo não é mais apenas psicológico, como o definiu Tajfel no começo, mas depende também das interações sociais. As diferenciações sociais se operam segundo o processo de categorização no domínio das cognições, das avaliações (os julgamentos) e dos comportamentos; e a diferenciação categorial permite conceituar uma forma de interação entre o individual e o coletivo (p. 38).

A partir dos estudos realizados sobre a diferenciação categorial, foi possível aprimorar o estudo da pertença do indivíduo a grupos diversos, surgindo, então, o conceito de categorização cruzada (Almeida, 2009). A respeito disso, a Escola de Genebra sugere que a categorização simultânea a partir de duas categorias poderia reduzir a discriminação intergrupo, enquanto que a categorização simples reforçaria o

conflito direto e, conseqüentemente, fomentaria ações de distintividade positiva em favor do próprio grupo (Alexandre, 2003; Almeida, 2009).

Há mais de três décadas, alguns estudos, como o de Brewer (1979) e LeVine e Campbell (1972), assinalam que na ocorrência da sobreposição de duas categorias (como por exemplo sexo e cor), pode-se constatar a anulação do efeito diferenciador de uma destas. Neste sentido, Cabecinhas (2002) argumenta que os processos de diferenciação perceptiva e avaliativa são influenciados pelas pertenças dos indivíduos, porém, o seu peso dependerá do contexto no qual essas categorizações são acionadas.

Considerando o objetivo principal deste trabalho de investigar o fenômeno da *identidade social* no contexto rural, a partir da análise dos processos identitários e representacionais vinculados às categorias sócio-territoriais e de gênero, assumiu-se como pertinente a utilização da TRS e TIS, visto que podem trazer contribuições para a compreensão dos processos identitários no universo da ruralidade.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Este trabalho teve como objetivo investigar o fenômeno da *identidade social* no contexto sociocultural rural, a partir da análise dos processos identitários e representacionais vinculados às categorias sócio-territoriais ruralidade/urbanidade e de gênero masculinidade/feminilidade, entre homens e mulheres de segmento juvenil de áreas rurais do estado do Espírito Santo.

Objetivos específicos

1). Identificar a razão de masculinidade do campo no estado do Espírito Santo a partir de dados do Datasus referentes aos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 para população com idades entre 15 e 24 anos (Estudo 1);

2). Analisar os processos identitários vinculados à categoria social juventude rural, entre jovens rurais do estado do Espírito Santo com idades entre 15 e 24 anos, a partir da comparação campo-cidade e da avaliação de projeto de vida e futuro (Estudo 2);

3). Investigar as representações sociais de mulher rural e homem rural entre jovens rurais, com idades entre 15 e 24 anos, estudantes de escolas rurais do estado do Espírito Santo (Estudo 3);

4). Analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre jovens camponeses que constituíram núcleos familiares em áreas rurais do estado do Espírito Santo, com maiores índices de masculinização (Boa Esperança e São José do calçado) e de feminização (Mantenópolis e Piúma) do campo (Estudo 4).

MÉTODO

A execução de cada passo deste trabalho teve função nevrálgica para o entendimento do fenômeno investigado. Os quatro estudos, em consonância com os objetivos específicos do trabalho, se complementam, uma vez que abarcam aspectos diferentes do fenômeno estudado, conforme estratégia de triangulação metodológica (Apostolidis, 2006). Tal estratégia se refere à combinação de diferentes métodos com a finalidade de ampliação da profundidade e consistência dos procedimentos metodológicos, buscando maior abrangência do fenômeno estudado (Flick, 2004; Minayo, 2005). Segundo Vergara (2006), a triangulação é uma estratégia que contribui com a validade de uma pesquisa, bem como uma opção para o alcance de novos conhecimentos, através de diferentes perspectivas.

A presente pesquisa contou, portanto, com a realização de três coletas de dados: 1ª) via Datasus (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil), com identificação da razão de masculinidade do campo no estado do Espírito Santo, 2ª) aplicação de questionários em escolas rurais do estado do Espírito Santo, e 3ª) entrevistas com homens e mulheres rurais do estado do Espírito Santo. É importante ressaltar que a coleta dos dados relacionada à aplicação de questionários gerou dois estudos (Estudo 2 e Estudo 3), refletindo a sistematização das informações coletadas a partir dos dois objetivos específicos, conforme detalhamento a seguir.

A identificação da razão de masculinidade do campo no estado do Espírito Santo, a partir do Estudo 1, possibilitou a contextualização do território estudado, observando a realidade de cada município a partir da análise do fenômeno de masculinização-feminização das áreas rurais entre o segmento populacional juvenil.

A partir do Estudo 2, foi possível analisar os processos identitários vinculados à categoria social juventude rural, entre jovens rurais do estado do Espírito Santo com

idades entre 15 e 24 anos, a partir da comparação campo-cidade e da avaliação de projeto de vida e futuro. Cumpre ressaltar que a preferência por sujeitos com idades entre 15 e 24 anos se pautou em evidências (Froehlich *et al.*, 2011) que sinalizam tal faixa etária como principal protagonista do êxodo rural na atualidade.

Com o Estudo 3, por sua vez, se investigou as representações sociais de gênero e território entre os jovens rurais, o que permitiu conhecer as representações sociais desta faixa etária no que se refere ao fenômeno investigado, sendo possível analisar ainda a variabilidade do campo representacional a partir de diferentes tomadas de posição dos sujeitos frente aos objetos de representação.

Neste sentido, o Estudo 4, que objetivou analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre jovens camponeses no espaço rural, complementou os aspectos necessários à compreensão dos processos identitários pesquisados ao abordar os jovens que estão constituindo núcleos familiares nas áreas rurais de origem.

Nesta seção, serão descritos os Estudos mencionados e suas diferentes orientações metodológicas.

Estudo 1 - Feminização e masculinização do campo entre jovens rurais: um estudo do comportamento demográfico entre as décadas de 1980 e 2010 no estado do Espírito Santo

Este estudo teve como objetivo identificar o índice de masculinização do campo no estado do Espírito Santo a partir de dados do Datasus². O levantamento dessas informações é de fundamental relevância para o estado do Espírito Santo, uma vez que não existem outros estudos que abordem esta temática neste contexto específico. Além disso, o mapeamento do índice de masculinização indicou a relevância do fenômeno

²Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil - www.datasus.gov.br

investigado, possibilitando a identificação de áreas rurais com maiores índices de masculinização e de feminização do campo para desenvolvimento do quarto estudo. Pretendeu-se, portanto, identificar a razão de masculinidade dos municípios para segmento populacional juvenil.

Fonte de dados e procedimentos de coleta dos dados

A fonte de dados deste estudo foi o portal do Datasus, em que foi realizado levantamento dos dados referentes aos censos para o território do estado do Espírito Santo nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010. Foram selecionadas as informações demográficas relacionadas às regiões rurais de cada município do Estado, com levantamento específico para a faixa etária de 15 a 24 anos.

Tratamento dos dados

A técnica estatística utilizada foi o cálculo de razão de masculinidade, aplicado em dados do censo de 1980, 1991, 2000 e 2010, para população da zona rural do estado Espírito Santo com idades entre 15 e 24 anos. A razão de masculinidade é um indicador demográfico que calcula o número de homens (em um período e local) dividido pelo número de mulheres (em um período e local) e multiplicado por cem. Desta forma, a razão de masculinidade indica o número de homens para cada grupo de 100 mulheres, expressando a relação quantitativa entre os sexos. Tal relação pode ser influenciada por taxas de migração e de mortalidade. Os programas computacionais utilizados na compilação dos dados foram o TabWin32 e Microsoft Excel 2007³.

Estudo 2 - Processos identitários entre jovens rurais do Espírito Santo

O presente estudo objetivou analisar os processos identitários vinculados à categoria social juventude rural, entre jovens rurais do estado do Espírito Santo com idades entre 15 e 24 anos, a partir da comparação campo-cidade e da avaliação de

³ Este estudo foi desenvolvido em parceria com o Laboratório de Estatística da UFES (Lestat), coordenado pela Profa Dra Eliana Zandonade, que forneceu o Relatório de Trabalho Estatístico.

projeto de vida e futuro. Utilizou-se como técnica de análise dos dados a análise de conteúdo categorial-temática (Bardin, 2002), através da qual se identifica e analisa os temas existentes no conjunto de dados. Os resultados encontrados foram analisados à luz da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1983).

Participantes e contexto de investigação

Tendo em vista os critérios estabelecidos para participação nesse estudo, os potenciais participantes deveriam estar vinculados às Escolas Família Agrícola (EFA) de ensino médio e/ ou profissionalizante do estado do Espírito Santo, que estão localizadas em 13 municípios do Estado, a saber: Anchieta, Alfredo Chaves, Castelo, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Santa Maria de Jetibá, Rio Bananal, Marilândia, Montanha, Boa Esperança, Jaguaré, Nova Venécia e São Gabriel da Palha.

A partir dos critérios de entrada no campo (autorização das escolas, faixa etária dos estudantes e número de alunos disponíveis), foi possível realizar a coleta dos dados nas EFA's localizadas em: Anchieta, Alfredo Chaves, Santa Maria de Jetibá, Marilândia, Jaguaré, Nova Venécia e São Gabriel da Palha. Além dessas escolas rurais vinculadas à Pedagogia da Alternância (Caliari, 2002), optou-se por realizar coleta dos dados também em uma das escolas rurais de Colatina, pois esta cumpria todos os critérios pré-estabelecidos. Desta forma, os questionários foram coletados em 8 escolas diferentes, sendo 5 escolas rurais do norte e 3 escolas rurais do sul do Estado.

Com a finalidade de equilibrar a amostra no que se refere à variável sexo, foram selecionados para análise dos dados 264 questionários dos 311 respondidos⁴, sendo 132 sujeitos do sexo feminino e 132 do sexo masculino, com idades entre 15 e 24 anos

⁴ Para tornar a amostra equilibrada, foi necessário remover 47 sujeitos do sexo masculino, tendo sido selecionadas as escolas com mais questionários respondidos por meninos para proceder a redução da amostra: Marilândia (12 questionários removidos), São Gabriel (14 questionários removidos), Nova Venécia (10 questionários removidos) e Jaguaré (11 questionários removidos).

(M=16,35; DP=1,31). A distribuição dos participantes segundo sexo e local de coleta dos dados pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1. *Distribuição dos participantes segundo sexo e local de coleta dos dados*

Escola rural/município	Sexo feminino	Sexo masculino	Total
Alfredo Chaves	12	11	23
Anchieta	17	19	36
Colatina	14	07	21
Jaguaré	20	12	32
Marilândia	08	13	21
Nova Venécia	18	13	31
Santa Maria de Jetibá	29	44	73
São Gabriel da Palha	14	13	27
Total	132	132	264

Sobre o contexto de inserção das escolas rurais em que foram realizadas as visitas para procedimentos de coleta dos dados, é importante informar que estas escolas estão diretamente relacionadas com o modo de produção e sociabilidade da agricultura familiar. Em alguns casos, a ajuda das esferas públicas não ocorre⁵ e as escolas acabam sendo mantidas pelas famílias dos próprios alunos (em sua maioria, agricultores familiares), que pertencem às mais diferentes configurações das ruralidades vividas no Estado (aldeias indígenas, quilombolas, pomeranos, bem como comunidades rurais tradicionais em geral).

O ambiente escolar é bem diferente do que se vivencia nas escolas urbanas tradicionais, uma vez que as escolas visitadas estão vinculadas à Pedagogia da Alternância (PA), sistema pedagógico originado na França em 1935, a partir do movimento de agricultores insatisfeitos com o modelo escolar vigente urbanocentrado (Caliari, 2002). Neste modelo de ensino, os alunos moram uma semana em casa e uma semana na escola, o que faz com que os alunos se comprometam com o ambiente escolar de variadas formas. Todas as tarefas desenvolvidas na escola são pensadas de

⁵ O Governo do Espírito Santo não investe nas escolas rurais, fato que culminou na tentativa de fechamento de algumas destas escolas no estado em março de 2016 (<http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/03/justica-exige-reabertura-de-escolas-mas-governo-do-es-nega-fechamento.html>).

maneira coletiva, e cada aluno participa de todas as atividades, desde a limpeza da escola até o cuidado com as criações e plantações. Nas EFA's se desenvolvem todas as atividades cotidianas da vida no campo, e todo o conhecimento aprendido em sala de aula é aplicado no dia-a-dia dos alunos em suas famílias e comunidades.

Instrumento e procedimentos de coleta dos dados

A participação na pesquisa esteve condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B), que continha informações detalhadas sobre a pesquisa e seus objetivos, procedimentos éticos assegurados, bem como o contato dos pesquisadores envolvidos. No caso de pessoas menores de 18 anos, foi solicitada a autorização do responsável por meio da assinatura do Termo de Assentimento (Apêndice C).

Como instrumento de coleta dos dados, foi utilizado um questionário estruturado (Apêndice D), contendo questões abertas e fechadas. Tais questões se referem aos seguintes tópicos de informação: questões sobre juventude rural, projetos de vida futuros e posicionamento frente à permanência ou não no campo, bem como dados sociodemográficos do respondente (Estudo 2); e questões relacionadas às representações sociais das categorias masculino/feminino e urbano/ rural (Estudo 3).

A aplicação dos questionários foi realizada nas escolas rurais, pela pesquisadora responsável, que entrou previamente em contato com os coordenadores e diretores para averiguar a possibilidade de coleta dos dados. Em geral, as escolas foram receptivas, uma vez que avaliaram a pesquisa como algo relevante para o contexto investigado. No caso das escolas de Jaguaré e São Gabriel da Palha, foi necessário pernoitar nas escolas, que deram todo o apoio e atenção para a pesquisadora. Na cidade de Nova Venécia, a pesquisadora contou com a ajuda de uma conhecida, que a recebeu em sua casa para realizar coleta dos dados no outro dia. Nas demais escolas, foi possível coletar os dados

sem necessidade de pernoite. Informa-se ainda que o instrumento foi aplicado de maneira coletiva, isto é, no contexto da sala de aula, sendo que cada participante respondeu ao questionário individualmente. O tempo para responder ao questionário variou de 30 a 50 minutos.

Procedimentos de análise de dados

As questões relacionadas à juventude rural foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo que, conforme Bardin (2002, p. 42), constituiria “um conjunto de técnicas de análise de comunicações”. Neste estudo, utilizou-se como técnica a análise categorial, através da qual se identifica e analisa os temas existentes no conjunto de dados, temas estes que podem ser compreendidos como “unidades de significação”. A técnica em questão exige, em um primeiro momento, a leitura flutuante do texto analisado, com o intuito de alcançar compreensão geral do conteúdo, e, em seguida, são realizadas leituras mais específicas, visando a identificação de categorias no conteúdo textual.

Estudo 3 - Ruralidade e gênero: um estudo a partir do paradigma das três fases da Teoria das Representações Sociais

O entendimento de que as representações sociais contribuem para a compreensão das ideias correntes na sociedade é um indicador da relevância dos aspectos representacionais (Moscovici, 1978). Desta forma, este estudo objetivou investigar as representações sociais de gênero (masculino e feminino) e território (urbano e rural) entre jovens em contexto rural do estado do Espírito Santo. A investigação diretamente com os jovens forneceu elementos para a análise das representações que constituem o imaginário social acerca dos referidos objetos sociais.

Participantes e contexto de investigação

Os participantes e o contexto deste estudo são os mesmos já mencionados no Estudo 2, já que a análise dos dados dos questionários foi dividida em duas partes (Estudo 2 e Estudo 3), refletindo a sistematização das informações coletadas.

Procedimentos de análise de dados

Conforme proposição metodológica da abordagem não consensual da Teoria das Representações Sociais, nas questões relativas às evocações dos objetos sociais em questão, os elementos analisados foram submetidos aos procedimentos do *software* SPAD-T (Lebart, Morineau, Becue & Haeusler, 1994). Através da análise fatorial de correspondência e da formação de *cluster*, realizadas pelo *software* SPAD-T, foi possível identificar as representações sociais referentes às categorias *mulher rural*, *homem rural*, *mulher da cidade* e *homem da cidade* para os jovens rurais participantes do estudo. A descrição e análise dos resultados seguiram a abordagem sociodinâmica das representações sociais ou paradigma das três fases, que considera o posicionamento dos sujeitos no campo representacional a partir de suas pertencas aos diferentes grupos (Doise, 2002; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1992). Essa proposição teórica pressupõe três etapas: 1) descrição do campo compartilhado das representações sociais; 2) análise dos princípios organizadores; e 3) descrição dos processos de ancoragem (psicológica, social e psicossocial).

Estudo 4 – Relações de gênero e enraizamento de jovens camponeses no espaço rural: uma análise aplicada ao contexto espírito-santense

Neste estudo foram realizadas entrevistas individuais e em profundidade, com o objetivo de analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre homens e mulheres casados e de áreas rurais do estado do Espírito Santo, com maiores índices de masculinização e de feminização do campo.

Participantes e contexto de investigação

Participaram deste estudo homens e mulheres, casados⁶ e com idades entre 16 e 29 anos⁷ (M=20; H=20), moradores de áreas rurais do estado do Espírito Santo. Os sujeitos são procedentes dos 04 municípios do Estado com os maiores índices de masculinização e de feminização do campo⁸: Boa esperança e São José do calçado, e Mantenópolis e Piúma, respectivamente.

Os quatro contextos visitados para coleta dos dados se assemelham, podendo-se observar em cada um deles a vida em comunidade como dimensão central, na qual existe a convivência entre as famílias locais e o sentimento de pertença à comunidade (Bonomo, 2010). Apesar das semelhanças, cada local reserva particularidades advindas da conjuntura social, econômica e política de cada região, que serão brevemente comentadas a seguir.

A estadia em Boa Esperança⁹ para realização das entrevistas evidenciou que grande parte da economia do município é movimentada pela agricultura, destacando-se o cultivo de pimenta-do-reino e mamão. A região rural visitada para coleta de dados inclui um pequeno patrimônio situado às redondezas de uma igreja e a maioria dos entrevistados desta região afirmou trabalhar como diarista ou meeiro. Por outro lado, nos municípios de São José do calçado¹⁰ e Mantenópolis¹¹, observou-se sistema de produção baseado na agricultura familiar (Fialho, 2005), com destaque para a produção de café e leite. A região rural visitada nos dois municípios se caracteriza pela disposição

⁶ Tendo em vista o objetivo desse estudo, informamos que entre os critérios estabelecidos para seleção dos participantes não foi estipulado tempo mínimo ou máximo de casamento e nem o fato de o casal ter ou não filhos.

⁷ Tendo em vista os critérios estabelecidos para seleção dos potenciais participantes nos municípios com maiores índices de masculinização e feminização do campo (ter nascido em território rural, nunca ter morado em área urbana, ser casado e do segmento etário *jovens*), a fim de garantir o número de sujeitos originalmente proposto, optou-se por estender a faixa etária ao grupo jovens adultos (24 – 29 anos). A faixa etária dos participantes assumida nesse estudo foi, portanto, de 15 a 29 anos.

⁸ Os municípios foram selecionados a partir dos resultados do Estudo 1, que objetivou identificar e comparar os índices de masculinização do campo no estado do Espírito Santo, a partir de dados do Datasus referentes aos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, para o segmento populacional de jovens com idades entre 15 e 24 anos.

⁹ Fonte: <http://www.boaesperanca.es.gov.br>

¹⁰ Fonte: <http://prefeitura.pmsjc.es.gov.br>

¹¹ Fonte: <http://www.mantenopolis.es.gov.br>

de casas próximas, refletindo uma organização sócio-espacial mais voltada para o agrupamento de núcleos familiares. O município de Piúma¹², por sua vez, diferentemente dos demais municípios, tem economia baseada na pesca, turismo e artesanato, o que fez com que a agricultura perdesse espaço nesse território. O cenário rural visitado se caracteriza por casas localizadas mais distantes umas das outras, e a maioria dos moradores rurais afirmou ter renda advinda de trabalho realizado na cidade.

Instrumento e procedimentos de coleta dos dados

Os sujeitos foram contatados por conveniência e a participação na pesquisa esteve condicionada à assinatura do TCLE (Apêndice E). Antes do início de cada entrevista, foi realizada a leitura e assinatura do TCLE, que continha informações sobre o contato dos pesquisadores, os objetivos da pesquisa, os aspectos éticos e sobre a utilização do conteúdo das respostas unicamente para fins científicos e de pesquisa. No caso de respondentes com idades inferiores a 18 anos¹³, foi solicitada a autorização do responsável, formalmente registrada por meio do termo de assentimento (Apêndice F). Cumpre ressaltar ainda que foi solicitada a autorização dos participantes para que fosse realizada a gravação da entrevista em mídia eletrônica.

Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas individuais norteadas por um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice G), constituído pelos seguintes tópicos de informação: vida no campo; questões relacionadas às categorias masculino/feminino e urbano/rural; e questões que permitiram conhecer as perspectivas de futuro dos respondentes. Além disso, foi utilizada uma ficha de identificação dos

¹² Fonte: <http://www.piuma.es.gov.br>

¹³ Apesar do entendimento que os participantes em questão são considerados adultos e responsáveis por si mesmos em seu contexto social, as pesquisadoras optaram por seguir as normas do Comitê de Ética, conforme resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, em vigor na presente data.

participantes (Apêndice H), com a finalidade de organização e síntese das informações sociodemográficas dos respondentes.

O contato com os participantes dos municípios de Mantenópolis e São José do Calçado foi feito com a mediação dos sindicatos de pequenos agricultores das respectivas cidades. Inicialmente, foi feito contato com as instituições por telefone, momento em que a pesquisadora sondou a possibilidade de colaboração dos sindicatos e explicou os critérios para participação no estudo. Em seguida, já era programado, junto aos sindicatos, o tempo que a pesquisadora permaneceria no município para a coleta dos dados, que durou dois dias em cada localidade. Em ambos os municípios citados, os presidentes dos sindicatos colocaram-se à disposição para ir a campo com a pesquisadora, inclusive disponibilizando o carro oficial para o deslocamento da sede da cidade até os distritos rurais.

Nos municípios de Boa Esperança e Piúma, por sua vez, não foi possível entrar em contato com os sindicatos dos trabalhadores rurais. Desta forma, a pesquisadora entrou em contato com os participantes por conta própria, se deslocando, através de meio de transporte particular, até os distritos, na zona rural de cada município. A pesquisadora passava pelas casas explicando como funcionaria a pesquisa, e caso o morador se enquadrasse no perfil e concordasse em participar, a entrevista era realizada. As primeiras residências de cada lugar foram escolhidas aleatoriamente, e, em seguida, cada participante indicava outro possível participante. Em cada localidade, a coleta dos dados durou um dia, não sendo preciso pernoitar.

Procedimentos de análise de dados

Na primeira fase de organização das informações obtidas, foi realizada a transcrição dos áudios das entrevistas, e, após esse procedimento, os dados foram submetidos ao *software* ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de

Segments de Texte), que oferece contextos ou classes lexicais, que são caracterizados pelo seu vocabulário e por fragmentos de texto que compartilham núcleos de significação (Camargo, 2005).

A aplicação do *software* visa a apreensão de informações essenciais existentes no conjunto de texto investigado, sendo três as unidades básicas de análise: 1) Unidades de Contexto Inicial (UCI), 2) Unidades de Contexto Elementares (UCE) e 3) Classe ou contexto lexical, que serão descritas a seguir (Camargo, 2005; Menandro, 2004; Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

As UCIs se referem às divisões primárias realizadas no texto a ser analisado, e são determinadas pelo pesquisador. No caso deste estudo, as UCIs especificam cada entrevista realizada (N=40) e também identificam as variáveis associadas. Para o tratamento dos dados, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo do participante (masculino ou feminino), território de residência (norte ou sul) e município em função da razão de masculinidade (maior masculinização ou maior feminização do campo). Por sua vez, as UCEs correspondem às frases dimensionadas a partir do tamanho do *corpus*, da pontuação e ordem em que surgem no discurso (Oliveira, Gomes & Marques, 2005). A partir das UCEs, serão originadas as classes, que são temas resultantes da análise do *corpus*, sendo o valor do qui-quadrado (x^2) a força de relação com que cada UCE se relaciona a determinada classe.

De acordo com Camargo (2005), a construção de cada classe se dá a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), um tipo de análise que cria uma classificação do vocabulário de cada classe, com as respectivas frequências, porcentagens e qui-quadrado. Como produto da análise, o ALCESTE cria uma representação gráfica denominada dendrograma, na qual pode-se encontrar indicadores

como o número de classes e como estas se relacionam (R = força de ligação entre as classes).

Outro tipo de análise realizada pelo ALCESTE é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), técnica que descreve tabelas por meio do cruzamento entre o vocabulário e as classes (Ribeiro, 2000). Tal recurso permite a visualização, por meio de um plano fatorial, da distribuição e relação entre as classes e formas reduzidas identificadas pela CHD.

A escolha do ALCESTE como recurso metodológico para a análise dos dados apoia-se no fato deste programa permitir a apreensão de informações essenciais dispostas em um conjunto de textos interconectados e volumosos (Menandro, 2004). Desta forma, considerou-se que a utilização do *software* poderia fornecer importante contribuição à análise das narrativas dos sujeitos, uma vez que a identificação dos contextos lexicais pode revelar o modo de vida das pessoas do campo, bem como as práticas sociais e a dinâmica do contexto investigado.

ESTUDO 1

GÊNERO E JUVENTUDE RURAL: UM ESTUDO DEMOGRÁFICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O presente estudo objetivou identificar e comparar os índices de masculinização do campo no estado do Espírito Santo a partir de dados do Datasus referentes aos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 para o segmento populacional de jovens com idades entre 15 e 24 anos. Os resultados apontam que os índices de masculinização sofrem movimentos variados ao longo do tempo, o que pode ser associado à feminização, às políticas de permanência no campo ou à ausência delas. Os processos de masculinização e feminização refletem mudanças globais da sociedade, e essas mudanças no meio rural traduzem também transformações nas relações de gênero, que envolvem variações no mundo laboral. Concluiu-se que as categorias de gênero estão em constante diálogo, na medida em que se influenciam mutuamente, norteadas também a identificação territorial, marcada pelas relações e condições de trabalho.

RESULTADOS

Antes de serem apresentados os dados específicos sobre a RM (razão de masculinidade) entre o segmento populacional juvenil nas áreas rurais do estado do Espírito Santo, é importante ressaltar que diversos municípios foram emancipados após os censos de 1980, 1991 e 2000, e, nestes casos, para que não se perdessem informações, foram replicados os valores dos municípios de origem, como pode ser observado na Tabela 1.

Na Tabela 1, estão listados os municípios emancipados, referenciados a partir do município de origem, sendo possível visualizar a partir de qual Censo começaram a ser contabilizados de forma independente. Por exemplo, no caso do município de Água

Doce do Norte, no Censo de 1980 utilizou-se a RM de Barra de São Francisco, uma vez que Água Doce do Norte foi desmembrado somente no ano de 1988 (sendo contabilizado no Censo de 1991). Assim, na década de 1980, o estado do Espírito Santo era composto por 53 municípios, e hoje, integrando os 25 municípios desmembrados, totalizam 78 municípios.

Tabela 1. *Informações sobre o desmembramento de municípios no estado do Espírito Santo*

Município de origem	Município desmembrado	
	1991	2000
Barra de São Francisco	Água Doce do Norte	
São Gabriel da Palha	Água Branca	
Pancas	Alto Rio Novo	
Afonso Cláudio		Brejetuba
Colatina		Gov. Lindenberg
Iúna	Ibatiba	
Alegre	Ibitirama	
Iúna		Irupi
São Mateus	Jaguaré	
Ibiraçu	João Neiva	
Afonso Cláudio	Laranja da Terra	
Itapemirim		Marataízes
Domingos Martins		Marechal Floriano
Colatina	Marilândia	
Conceição da Barra	Pedro Canário	
Mucurici		Ponto Belo
Linhares	Rio Bananal	
Santa Leopoldina	Santa Maria de Jetibá	
Colatina		São Domingos do Norte
Santa Teresa		São Roque do Canaã
Linhares		Sooretama
Cachoeiro de Itapemirim	Vargem Alta	
Conceição do Castelo	Venda Nova do Imigrante	
Nova Venécia		Vila Pavão
São Gabriel da Palha e Linhares		Vila Valério

A relação demográfica entre os sexos pode ser influenciada por fatores como as taxas de migração e de mortalidade, que diferem de acordo com o sexo e a idade: razão

igual a 100 indica o mesmo número de homens e mulheres (equilíbrio entre os sexos); por outro lado, se a razão for maior que 100, isso significa a predominância de homens, enquanto razão menor que 100 aponta para a predominância de mulheres no território. Observando-se tais aspectos, será apresentado, a seguir, o mapa da RM (Figura 1) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 nas áreas rurais do estado do Espírito Santo para população com idades entre 15 e 24 anos.

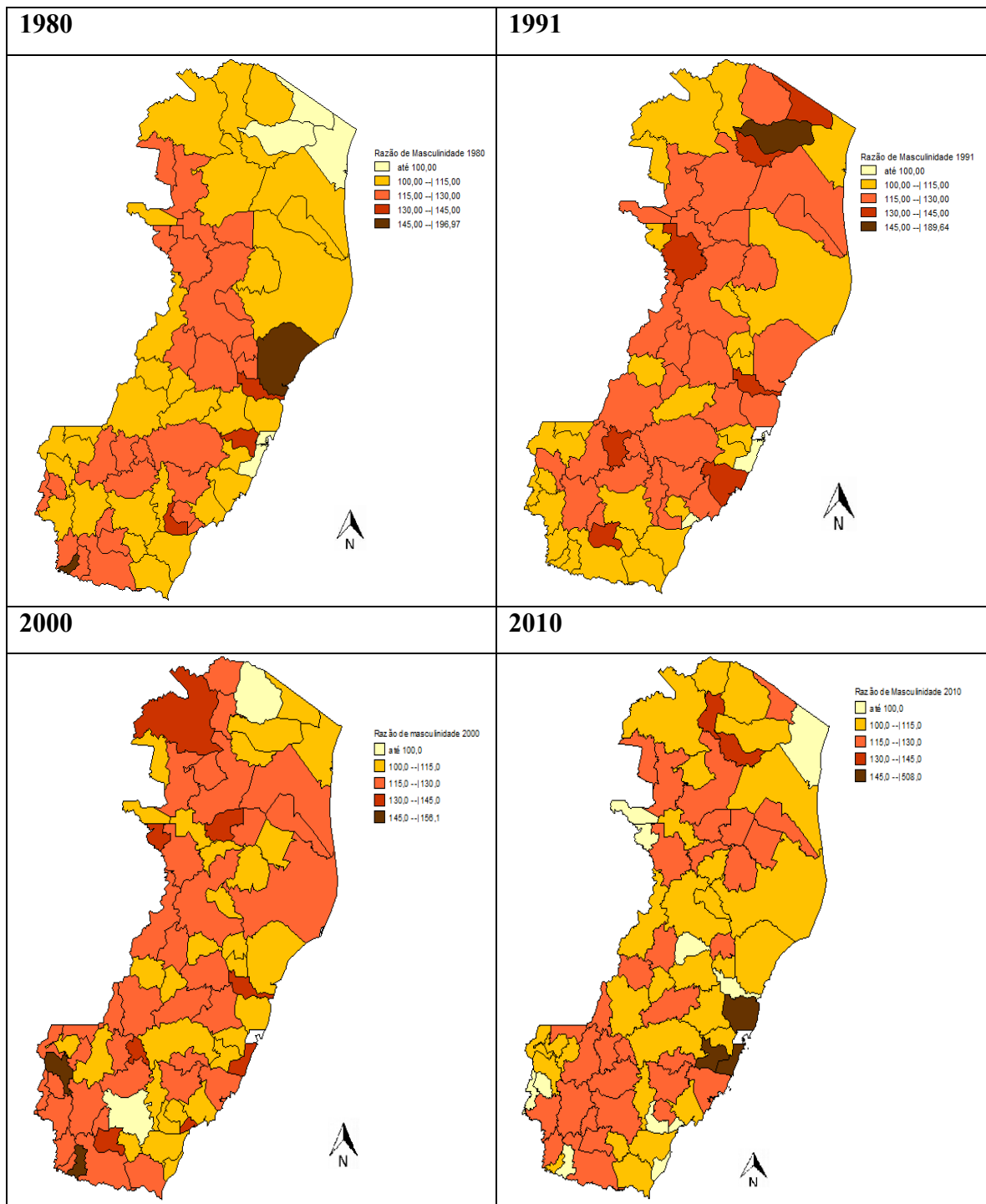


Figura 1. Mapa da RM para a população rural do estado do Espírito Santo em 1980, 1991, 2000 e 2010, considerando a faixa etária de 15 a 24 anos. O município de Vitória (em branco no mapa) não possui área rural.

É importante ressaltar que Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, não foi considerada na análise, uma vez que não existem áreas rurais neste município. A região metropolitana, que inclui os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha, também foi desconsiderada, pois, apesar de conterem territórios rurais, estas

são fortemente influenciadas pelo modo de vida urbano, sendo difícil a delimitação entre o que é urbano e rural no que se refere à dimensão de sociabilidade.

Considerando os dados mais recentes, referentes ao ano de 2010, observa-se (Tabela 2) que o município com maior índice de masculinização é Ponto Belo, com RM igual a 136,11, e, por sua vez, o município com maior índice de feminização é Piúma, com RM igual a 67,57 (Tabela 4). Os resultados encontrados podem ser agrupados em duas categorias principais, quais sejam, masculinização do campo e feminização do campo, considerando o comparativo 1980 – 2010, conforme dados apresentados a seguir.

Masculinização do campo

Ao se caracterizar a masculinização do campo, foram identificados três tipos de comportamento demográfico, considerando os dados entre 1980 e 2010: 1) 32 municípios com aumento da RM, com manutenção de valores >100 (ver Tabela 2); 2) um município que apresentava predominância de mulheres no território ($RM < 100$) e que no último censo demográfico identificou-se $RM > 100$, ou seja, maior concentração de homens na zona rural; e 3) um município com população rural predominantemente feminina no censo de 1980 que se tornou menos feminizado em 2010 (aumento de RM, todavia com manutenção de valores < 100).

Na Tabela 2, a seguir, é possível observar o comportamento demográfico relativo aos municípios do estado do Espírito Santo que eram menos masculinizados em 1980 e se tornaram mais masculinizados em 2010 (aumento da RM). Dentre os 32 municípios desta categoria, 18 municípios se localizam ao norte do Estado e 14 municípios ao sul.

Tabela 2. *Municípios com aumento da RM entre 1980 e 2010 (manutenção da RM > 100)*

Município	Razão de masculinidade				Município	Razão de masculinidade			
	1980	1991	2000	2010		1980	1991	2000	2010
Afonso Cláudio	113,47	118,80	116,93	114,21	João Neiva	-	113,47	108,78	115,18
Água Doce do Norte	-	100,59	113,16	130,00	Laranja da Terra	-	105,88	103,24	126,50
Alegre	111,19	125,18	128,44	121,54	Mimoso do Sul	115,67	109,38	119,96	117,79
Alfredo Chaves	116,19	120,99	125,07	120,90	Montanha	105,08	126,01	100,00	113,46
Atilio Vivacqua	106,12	110,53	106,38	109,70	Mucurici	100,47	110,69	118,37	106,76
Baixo Guandu	106,32	124,94	116,39	109,30	Nova Venécia	112,03	116,81	116,54	116,64
Barra de São Francisco	119,02	119,22	119,44	120,11	Pancas	116,43	131,81	115,65	123,78
Boa Esperança	112,05	139,06	110,91	134,33	Ponto Belo	-	-	119,12	136,11
Cachoeiro de Itapemirim	113,66	114,75	99,77	118,29	Presidente Kennedy	104,90	111,30	121,03	110,60
Conceição do Castelo	116,81	136,40	118,09	120,17	Santa Maria de Jetibá	-	113,43	115,50	117,73
Ecoporanga	101,31	114,33	130,21	113,38	São Domingos Norte	-	-	110,89	123,31
Guaçuí	108,70	107,63	126,38	118,91	São Gabriel da Palha	122,31	116,39	137,86	127,92
Ibatiba	-	112,67	125,19	115,78	São José do Calçado	121,43	107,39	127,82	124,59
Itaguaçu	124,01	116,77	117,24	124,10	Sooretama	-	-	112,08	118,44
Itarana	110,03	122,88	104,16	110,31	Venda Nova Imigrante	-	116,37	134,88	120,83
Jaguaré	-	116,41	118,81	122,47	Vila Valério	-	-	121,43	123,03

Nota: RM referente às áreas rurais dos municípios do estado do Espírito Santo nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010 para população com idades entre 15 e 24 anos.

O fenômeno caracterizado pelo crescimento dos índices de masculinização das áreas rurais refere-se à diferença entre os anos 2010 e 1980, sendo variados os tipos de comportamento demográfico ao longo dos anos nestes municípios. É possível perceber que em Itaguaçu, Itarana e Afonso Cláudio, são pequenas as alterações de RM, permanecendo em 2010 quase o mesmo que fora encontrado na década de 1980. Realidade diferente em municípios como Água Doce do Norte, Boa Esperança e Laranja da Terra, que apresentam os índices de masculinização com maior vigor quanto à amplitude do aumento da RM.

Nos municípios de Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Jaguaré e Santa Maria de Jetibá, por sua vez, ocorreu um fenômeno de contínuo crescimento da RM, que somente neles pode ser percebida, uma vez que neste conjunto de dados é mais

comum perceber variações mais expressivas na amplitude das RM. Da década de 1980 para 1991, cinco são os municípios que sofreram um recuo nos índices de masculinização e da década de 1991 para 2000, doze municípios diminuem o processo de masculinização do território. A população de Cachoeiro de Itapemirim, inclusive, passa a ser mais feminizada no ano 2000. Já em 2010, quando comparado com sua década antecedente, são treze os municípios com movimentação regressiva quanto ao processo analisado.

Percebe-se, desta maneira, que mesmo os municípios que eram masculinizados em 1980 e se tornaram mais masculinizados em 2010, são assim caracterizados quando o índice de masculinização compara as quatro décadas, uma vez que ao analisarmos os movimentos intermitentes do período, percebe-se que a masculinização não é algo permanente. O que se observa é uma recuperação nos níveis de masculinização sofridos, ora nos anos de 1990, ora nos anos 2000, que poderia ser chamada de processo de re-masculinização.

Os maiores crescimentos das RM na década de 1980-1991 ocorreram, respectivamente, em Boa Esperança, Montanha e Conceição do Castelo; na década empreendida entre 1991-2000, os maiores crescimentos se deram em São Gabriel da Palha, São José do Calçado e Guaçuí – importante notar que estes municípios aumentaram seus índices de masculinização depois de recuos sofridos na década anterior; e em Laranja da Terra e Boa Esperança, na década entre 2000-2010, fazem-se perceber os maiores índices.

Os maiores recuos dos índices de masculinização na década de 1980-1991 ocorrem em São José do Calçado; entre 1991 e 2000, os recuos alcançam níveis significativos em Boa Esperança, Montanha, Conceição do Castelo, Itarana, Pancas e

Cachoeiro do Itapemirim; entre 2000 e 2010, este fenômeno de redução dos índices de masculinização é mais expressivo em Ecoporanga e Venda Nova do Imigrante.

Ainda no que se refere à masculinização do campo, observou-se que Pinheiros foi o único município do estado do Espírito Santo que era mais feminizado (RM=92,74 no ano de 1980) e tornou-se mais masculinizado (RM=106,60 no ano de 2010) em suas áreas rurais, considerando a população jovem. Outra observação se refere ao município de Conceição da Barra, que era mais feminizado em 1980 (RM=91,44) e tornou-se menos feminizado de acordo com o censo de 2010 (RM=93,09), o que pode sugerir um processo de masculinização em curso.

Feminização do campo

Considerando-se a feminização do campo, neste aspecto foram identificados dois tipos de comportamento demográfico: (1) 27 municípios que eram mais masculinizados na década de 1980 e se tornaram menos masculinizados em 2010, ou seja, houve redução da RM, porém com manutenção de valores acima de 100 (ver Tabela 3); e (2) 9 municípios que eram predominantemente masculinizados e se tornaram feminizados, isto é, houve redução da RM – de valores acima de 100 para valores inferiores a 100 (ver Tabela 4).

Na Tabela 3, é possível observar o comportamento demográfico relativo aos municípios do estado do Espírito Santo que eram mais masculinizados e que se tornaram menos masculinizados com o passar do tempo. Dentre os 27 municípios desta categoria, 10 se localizam ao norte do Estado e 17 municípios ao sul.

Os dados apresentados na Tabela 3 informam que, considerando os extremos do período analisado (1980-2010), os municípios que mais reduziram a RM correspondem a Bom Jesus do Norte e Aracruz. Entre 1980 e 1991, esses mesmos municípios foram os mais representativos na diminuição da RM (Aracruz e Bom Jesus do Norte), e, em

contraposição, Muqui apresentou um acentuado aumento da RM para o referido intervalo de tempo.

Tabela 3. *Municípios com redução da RM entre 1980 e 2010, sendo mantidos índices superiores a 100 (masculinização do território)*

Município	Razão de masculinidade				Município	Razão de masculinidade			
	1980	1991	2000	2010		1980	1991	2000	2010
Águia Branca	-	118,16	108,96	114,83	Jerônimo Monteiro	116,76	115,03	127,46	115,29
Anchieta	114,17	124,61	103,70	109,84	Linhares	112,52	108,80	116,17	112,47
Aracruz	149,85	124,69	110,13	102,57	Marechal Floriano	-	-	123,17	116,91
Bom Jesus Norte	196,97	111,76	116,22	113,33	Marilândia	-	113,25	114,96	103,74
Brejetuba	-	-	122,31	115,43	Muniz Freire	117,04	117,85	114,36	115,58
Castelo	129,05	124,97	122,97	123,70	Muqui	117,59	136,40	140,91	115,90
Colatina	119,87	115,96	123,21	113,61	Pedro Canário	-	133,33	106,98	116,36
Domingos Martins	121,10	121,59	113,20	111,60	Rio Bananal	-	127,98	111,47	117,65
Ibiraçu	124,11	108,46	103,01	109,90	Santa Leopoldina	106,31	120,94	119,24	102,08
Ibitirama	-	117,48	145,52	111,39	Santa Teresa	117,33	126,14	115,54	112,03
Iconha	124,47	107,27	111,66	116,27	São Mateus	113,60	123,84	125,08	112,73
Irupi	-	-	113,83	105,73	Vargem Alta	-	123,26	114,90	104,61
Itapemirim	110,40	109,00	113,62	102,21	Vila Pavão	-	-	122,30	108,33
Iúna	113,06	114,46	120,21	104,73					

Nota: RM referente às áreas rurais dos municípios do estado do Espírito Santo nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Entre 1991 e 2000 ocorreram 11 reduções e 12 aumentos na RM, sendo Ibitirama o mais expressivo no aumento da RM. Neste mesmo intervalo de tempo, os municípios que tiveram diminuição mais expressiva da RM foram Anchieta e Pedro Canário. Comparando os índices entre os anos de 2000 e 2010, observa-se a ocorrência de 19 reduções de RM e 8 aumentos de RM. Os municípios de Ibitirama, Muqui e Santa Leopoldina se destacaram como aqueles que mais reduziram seus índices de RM entre os anos analisados. De maneira diferente do comportamento demográfico da maioria dos municípios que alternam crescimentos e recuos de RM, Aracruz e Vargem Alta apresentaram contínuas reduções do índice de masculinização (Ver Tabela 3).

Com relação à feminização, ainda é possível observar o comportamento demográfico relativo aos municípios do estado do Espírito Santo que eram mais

masculinizados e tornaram-se mais feminizados com o passar do tempo ($RM < 100$), como se pode visualizar na Tabela 4. Dentre os 9 municípios que eram mais masculinizados e tornaram-se mais feminizados, 7 são do sul e apenas 2 são do norte do estado do Espírito Santo.

Tabela 4. *Municípios com redução da RM entre 1980 e 2010, apresentando índices inferiores a 100 (feminização do território)*

Município	Razão de masculinidade				Município	Razão de masculinidade			
	1980	1991	2000	2010		1980	1991	2000	2010
Alto Rio Novo	-	112,50	132,28	91,67	Marataízes	-	-	103,19	96,55
Apiacá	116,27	110,88	156,12	97,73	Piúma	128,07	92,86	137,84	67,57
Divino de São Lourenço	126,72	100,64	124,81	98,39	Rio Novo do Sul	137,78	121,40	111,29	93,06
Dores do Rio Preto	115,63	111,26	121,85	94,44	São Roque Canaã	-	-	109,92	92,92
Mantenópolis	105,30	123,69	108,23	93,00					

Nota: RM referente às áreas rurais dos municípios do estado do Espírito Santo nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Como se observa na Tabela 4, Piúma e Rio Novo do Sul foram os municípios que mais reduziram a RM considerando o período analisado (1980-2010). No entanto, ao se observar os dados de forma gradual, do ano de 1991 até 2000, somente Mantenópolis e Rio Novo do Sul têm suas RM diminuídas, enquanto Apiacá e Piúma aumentam expressivamente a RM. Por outro lado, entre os anos de 2000 e 2010, é unânime a diminuição da RM nos municípios, sendo Piúma, Apiacá e Alto Rio Novo os que atingiram os maiores índices de redução da RM.

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar e comparar os índices de masculinização do campo no estado do Espírito Santo a partir de dados do Datasus referentes aos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 para a faixa etária entre 15 e 24 anos.

Ao se considerar o Censo mais atual (2010), os estratos masculinizados, ou seja, com razão maior que 100, representam 61 municípios (78,2%) e os municípios feminizados compõem 12,8% do total (10 municípios com $RM < 100$). É válido ressaltar,

como já citado, que a capital Vitória e os municípios da região metropolitana (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha) foram desconsiderados. Nesse estudo, buscou-se enfatizar, no entanto, uma análise que considerasse o comportamento dos índices ao longo dos anos e não apenas o *status* do fenômeno ao final de 2010.

Considerando os resultados de maneira processual, ou seja, observando o comportamento do fenômeno a cada Censo populacional, os dados encontrados evidenciam que os índices de masculinização sofrem movimentos variados, progressivos e regressivos, e poucas vezes constantes. Tais alternâncias podem se associar ao chamado ‘novo rural’ que está se constituindo e que se relaciona com o maior contato do campo com novas tecnologias, mudanças nas relações de trabalho e modos de produção, bem como acesso a novos recursos e informação (Favareto, 2007; Schneider, 2008). Na concepção de Gómez (2002), este novo conceito de ruralidade repercutiria trazendo: *mudanças territoriais*, em função de variações na valorização do espaço rural; *mudanças ocupacionais*, através da implementação de diferentes atividades; e *mudanças culturais*, decorrentes de novos padrões de valores e conhecimentos estabelecidos. Além disso, as alterações nas relações sociais são lentas, o que pode estar associado à inconstância dos índices de masculinização e feminização encontrados neste estudo (Silva & Schneider, 2010).

O maior acesso aos meios de comunicação, transporte, estudo, emprego e bens de consumo acaba ampliando as possibilidades de escolha dos jovens rurais e esses benefícios e facilidades podem favorecer a evasão destes do contexto campestre, fenômeno que tem alterado expressivamente a estrutura do contexto camponês (Panno & Machado, 2014). Tal migração, quando atinge regiões com economia predominantemente agrícola, pode trazer implicações preocupantes, especialmente

quando a região é caracterizada pela agricultura familiar, como é o caso do estado do Espírito Santo.

Panno e Machado (2014) analisaram casos específicos de jovens rurais em um contexto no noroeste do Rio Grande do Sul, apontando as motivações destes jovens para permanecerem no campo, e concluíram que os jovens estão começando a perceber alternativas para construir suas vidas no meio rural, sem precisar abrir mão do que a cidade lhes proporciona. Dentre as alternativas, os autores citam (a) a pluriatividade, caracterizada pela diversificação das atividades econômicas e laborais exercidas no campo, em que ocorre a diversificação das fontes de renda dos agricultores e suas famílias (Escher, Schneider, Scarton & Conterato, 2014), e (b) o empreendedorismo rural (Panno & Machado, 2014), conceito ligado às soluções sustentáveis em nível social, ambiental e econômico, podendo contribuir na criação e desenvolvimento de pequenas empresas, por exemplo.

Neste aspecto, Silva e Schneider (2010) também citam que a pluriatividade coopera para o aumento do bem-estar e renda familiar, o que se reflete na manutenção da atividade agrícola. Schneider e Mattos (2006) alegam ainda que a pluriatividade pode contribuir para o desenvolvimento do meio rural através da geração de emprego e melhoria da renda, reduzindo, assim, a vulnerabilidade social e produtiva, e diminuindo as taxas do êxodo juvenil. Dinis (2011), por sua vez, afirma que a instalação de pequenas empresas e empreendedorismo surge como elemento favorável ao desenvolvimento rural.

Considerando os resultados encontrados, pode-se perceber que a região sul do Estado é mais feminizada, e isso pode estar relacionado à presença da agricultura familiar estabelecida com mais força nesse território (FAO, 2013). Por outro lado, o agronegócio, mais característico do norte do estado do Espírito Santo, pode estar

associado à manutenção dos homens ao trabalho no campo, uma vez que os trabalhos mecanizados continuam a ser responsabilidade masculina, bem como os que exigem conhecimento técnico (Rodrigo, 1986; FAO, 2002).

Nos anos 2010, os recuos no índice RM são mais intensos que os aumentos, o que corrobora para a hipótese de um processo de feminização do campo em curso (FAO, 2002); e, quando são apresentados aumentos, eles são posteriores às reduções de índices, configurando uma re-masculinização de algumas regiões, marcadamente do norte do Estado.

Essas diversas mudanças nas relações de trabalho no campo podem refletir mudanças mais globais da sociedade. Deste modo, torna-se importante identificar como as mudanças nas relações de trabalho influenciam a sociabilidade e o modo de organização social no meio rural. Os estudos que se debruçam sobre as alterações de poder, gênero e juventude rural são escassos, e dão margem para discussões mais esclarecedoras acerca do contexto camponês atual (Anjos & Caldas, 2005; Deggerone, Laroque, & Barden, 2014; Costa & Froehlich, 2014; Costa Rauber, 2010; Froehlich, Rauber, Carpes & Toebe, 2011; Menezes, 2009; Sales, 2006). Assim, novos estudos devem ser propostos para maior compreensão dos fatores responsáveis pelas variações migratórias ao longo do tempo no contexto em questão.

A partir deste estudo descritivo e de caráter exploratório, pode-se concluir que as mudanças no meio rural refletem relações de gênero em constante tensão e transformação. É possível constatar que as categorias homem-mulher estão interconectadas pelas relações de trabalho. Regiões em que a agricultura familiar encontra-se mais desenvolvida são justamente localidades onde os índices de feminização se apresentam maiores, e a mesma relação se dá quando relacionamos regiões masculinizadas e sua relação com o agronegócio. Os processos de identificação

campo-cidade, deste modo, assim como a dialogicidade entre as categorias homem-mulher são possíveis através das condições e da divisão social do trabalho campestre. Para se discutir a constituição demográfica das regiões, em especial, quando analisamos campestre e relações de gênero, é necessário, portanto, um aprofundamento nos estudos sobre a divisão social do trabalho e as condições desse trabalho no meio rural e suas relações com a cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anjos, F. S., & Caldas, N. V. (2005). O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, 26(1), 661-694.
- Costa Rauber, C. (2010). *Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: análise a partir dos sistemas agrários*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Costa, C., & Froehlich, J. M. (2014). Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 9(17), 27-54.
- Deggerone, Z. A., Laroque, L. F., & Barden, J. E. (2014). Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. *Boletim Goiano de Geografia*, 34(2), 367-379.
- Dinis, A. (2011). Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégias de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In M. Souza, & I. Elesbão (Orgs.), *Turismo rural: iniciativas e inovações* (13-65). Porto Alegre: UFRGS.

- Escher, F.; Schneider, S.; Scarton, L. M.; Conterato, M. A. (2014) Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(4), 643-668.
- FAO. (2002). *The feminization of agriculture*. Retirado de <http://www.fao.org/Gender/en/agrib2-e.htm> em 28 de junho de 2015.
- FAO. (2013). *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Retirado de <https://www.fao.org.br/nB13pasm.asp> em 20 de setembro de 2015.
- Favareto, A. (2007). *Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão*. São Paulo: FAPESP/ Iglu.
- Froehlich, J. M., Rauber, C. C., Carpes, R. H., & Toebe, M. (2011). Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Ciência Rural*, 41(9), 1674-1680.
- Gómez, S. (2002). *La Nueva Ruralidad ¿Que tan nueva?* Chile: Ediciones de la Universidad Austral de Chile.
- Menezes, I. G. (2009). Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, 3(1), 24-38.
- Panno, F., & Machado, J. A. D. (2014). Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo. *Desenvolvimento em Questão*, 12 (27), 264-297.
- Rodrigo, I. (1986). Feminização da agricultura. *Análise Social*, 22 (92-93), 643-652.
- Sales, C. M. V. (2006). *Gênero e juventude rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente*. In: Seminário Fazendo Gênero. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1 - 7. Retirado de http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Celecina_de_Maria_Veras_Sales_01.pdf em 31 de agosto de 2015.

- Schneider, C. P. (2008). *Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no Vale do Rio Pardo*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.
- Schneider, S., & Mattos, E. J. (2006). *A pluriatividade no meio rural gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável*. Retirado de http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/publicacoes/vol2/n1_2/pag6.pdf em 3 de agosto de 2015.
- Silva, C. B. C., & Schneider, S. (2010). Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In P. Scott; R. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 183-207). Florianópolis, SC: Ed: Mulheres.

ESTUDO 2

PROCESSOS IDENTITÁRIOS ENTRE JOVENS RURAIS DO ESPÍRITO SANTO

O presente estudo objetivou investigar os processos identitários relacionados à juventude rural entre jovens rurais ($N=264$), com idades entre 15 e 24 anos, do estado do Espírito Santo. Utilizou-se como técnica de análise dos dados a análise de conteúdo categorial-temática (Bardin, 2002), através da qual se identifica e analisa os temas existentes no conjunto de dados, temas estes que podem ser compreendidos como “unidades de significação”. Os resultados encontrados foram analisados à luz da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1983).

RESULTADOS

A sistematização das informações coletadas permitiu a análise temática de dimensões da vida dos jovens rurais, apresentadas a partir de quatro seções de resultados: 1) A vida dos jovens rurais no campo, 2) Relação campo-cidade segundo os jovens rurais, 3) Ser jovem rural: significados e dimensão afetiva, e 4) Projeto de Vida e Futuro na Juventude Rural. As seções serão apresentadas a seguir.

A vida dos jovens rurais no campo

Esta seção contempla questões acerca da visão dos próprios jovens sobre a vida que levam no campo e sobre questões relacionadas ao lazer e às relações de gênero. Na Tabela 1, a seguir, observam-se as categorias referentes à vida dos jovens no meio rural, com as respectivas frequências absolutas (conteúdo derivado da questão “Como é a sua vida no meio rural?”).

Tabela 1. *Dimensões referentes à vida dos jovens no meio rural*

Categorias	F	Categorias	F
Estilo de vida positivo		Aspectos negativos	
Trabalho	114	Vida difícil	8
Vida boa	81	Pouco lazer	5
Estudo	32	Sem tempo	3
Tranquilidade	29		
Lazer	25		
Relações mais próximas (família/ amigos)	22		
Vida simples	9		
Liberdade	8		
Vida saudável	7		
Contato com a natureza	4		
Total:			347

Ao ser indagado sobre como é a vida no meio rural, os jovens argumentam que a *vida é boa* (F=81), mais *tranquila* (F=29) que na cidade, e afirmam o *trabalho* (F= 114) como elemento principal, evidenciando que a rotina rural é orientada pelas práticas laborais, sendo a agricultura a fonte de renda principal de suas famílias.

“A minha vida do meio rural é muito boa, pois me sinto bem, cuidando da minha lavoura de café e pimenta. E a vida é tranquila” (sexo masculino, 16 anos);

“A minha atuação com agricultura é diária, onde as atividades domésticas e agropecuárias são essenciais para o desenvolvimento da nossa propriedade e para a movimentação de uma renda” (sexo feminino, 15 anos).

A categoria *estudo* (F=32) aparece como componente da rotina diária dos jovens, que também apontam o *lazer* (F=25) e as *relações mais próximas* (F=22) com família e amigos como importantes para eles, como pode ser observado nos trechos abaixo:

“Tranquila, ajudo meus pais quando é preciso, tenho oportunidade de estudar, coisa que meus pais não tiveram e hoje vejo o quanto é importante” (sexo feminino, 15 anos);

“A minha vida é trabalho, estudo e diversão no final de semana” (sexo masculino, 16 anos);

“Boa. Eu estudo, estou concluindo o meu ensino médio e ajudo nos afazeres em casa, tanto na roça como dentro de casa, e nos finais de semana sempre procuro algo como fonte de lazer” (sexo feminino, 17 anos);

“Minha vida no meio rural é trabalhando, ajudando a família, me realizando com os amigos e participando de eventos na comunidade” (sexo masculino, 17 anos);

“Cansativa, mas é tranquila, tenho bastante contato com minha família e a valorizo muito” (sexo feminino, 15 anos);

“A minha vida é trabalhando, ajudando minha família e implantando meus conhecimentos” (sexo masculino, 17 anos).

Os jovens também afirmam ter uma vida com mais *liberdade* (F=8) em relação à vida na cidade, mais *simples* (F=9) e *saudável* (F=7), que permite o *contato com a natureza* (F=4), apesar de ser *difícil* (F=8), *sem tempo* (F=3) e com *pouco lazer* (F=5).

Tendo em vista a tarefa de compreender um pouco mais sobre a vida no meio rural, foi perguntado aos jovens que tipo de atividades de lazer eles realizavam, conforme dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. *Atividades de lazer e diversão dos jovens rurais*

Categorias	F	Categorias	F
Atividades esportivas	162	Bar/ boteco	20
Sair com amigos	87	Praticar trilhas com moto	15
Atividades religiosas	57	Sair com namorado (a)	6
Ficar com família	24	Assistir televisão	4
Festas	30	Usar internet	4
Não tem lazer	55		
			Total: 464

A categoria *atividades relacionadas a esportes* (F=162) incluiu, além da prática efetiva de esportes (futebol/handebol/voleibol), também atividades como jogar futebol *society*/‘bola de massa’ e campeonatos. Tal categoria aparece como a principal forma de diversão descrita pelos participantes, que também apontam como formas de lazer *atividades religiosas* (F= 57), *sair com amigos* (F=87) ou *namorado (a)* (F=6), *festas* (F=30), *bar/ boteco* (F=20), *praticar trilha por meio de moto* (F=15), *assistir televisão* (F=4) e *usar internet* (F=4). É importante ressaltar o aparecimento da categoria *não tem lazer* (F=55), que pode apontar para a falta de opções deste segmento no contexto rural,

e reclamar o reconhecimento do jovem camponês como cidadão de direito aos bens materiais e simbólicos de nossa cultura (Carneiro & Castro, 2007). Estes jovens, além de buscarem por melhores condições de trabalho e remuneração, buscam também educação de qualidade e lazer, como apontam os estudos de Menezes, Stropasolas, e Barcellos (2014) e Kummer e Colognese (2013).

Considerando as possíveis diferenças decorrentes das relações de gênero, os jovens rurais foram solicitados a opinar sobre este assunto, considerando o meio em que vivem. Do total, 51,9 % dos respondentes afirmaram que existem diferenças entre homens e mulheres em termos de lazer, enquanto 48,1% afirmou não existir tal diferenciação no meio rural (ver Tabela 3). Apesar do número de respondentes que percebem diferenças (F=135) ser próximo ao número daqueles que não vêem diferenças (F=125), a frequência das categorias associadas às justificativas para “*sim, existem diferenças*” (F=183) ultrapassam o dobro das categorias relacionadas às justificativas relacionadas ao “*não existem diferenças*” (F=88), conforme dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. *Diferenças entre homens e mulheres em atividades de lazer, segundo os participantes*

Sim, existem diferenças (F=135 – 51,9 %)		Não existem diferenças (F=125 – 48,1%)	
Justificativas	F	Justificativas	F
Mulher não pode fazer determinadas coisas	72	Realizam as mesmas atividades de lazer	65
Existem mais espaços de lazer para homens do que para mulheres	56	Mulheres têm os mesmos direitos que os homens	23
Mulher é mais caseira e homens gostam mais de sair	55		
Total	183	Total	88

Os participantes que mencionam verificar diferenças entre homens e mulheres no que se refere às atividades de lazer no meio rural percebem o fato de que a *mulher não pode fazer determinadas coisas* (F=72), bem como a existência de *mais espaços de lazer para homens do que para mulheres* (F=56) e que a *mulher é mais caseira e homens gostam mais de sair* (F=55), expressões que podem revelar como se constroem

preconceitos de gênero com relação à mulher rural, mais associada à esfera doméstica. Por sua vez, os respondentes que não percebem diferenças afirmam que homens e mulheres *realizam as mesmas atividades de lazer* (F=65) e que estes assim o fazem, pois *mulheres têm os mesmos direitos que os homens* (F=23). Observa-se que o segundo grupo de justificativas é menos frequente do que o primeiro.

Visando compreender de forma mais ampla as questões relacionadas a gênero, perguntou-se aos jovens acerca da igualdade ou não de oportunidades entre homens e mulheres no meio rural. Como exposto na Tabela 4, apresentada a seguir, 37,9% dos respondentes afirmaram que no campo as oportunidades são iguais para homens e mulheres, enquanto 62,1% defenderam que as oportunidades não são as mesmas.

Tabela 4. *Oportunidades para homens e mulheres no meio rural, segundo os participantes*

As oportunidades são iguais (F=94 – 37,9%)		As oportunidades não são iguais (F=154 – 62,1%)	
Justificativas	F	Justificativas	F
Trabalham juntos/ são parceiros	25	Preconceito de gênero direcionado às mulheres	96
Têm a mesma capacidade	21	Capacidade física diferente	74
Não existem diferenças entre homens e mulheres	17		
Têm direitos iguais	14		
Total	77	Total	170

Os participantes que defendem existir igualdade de oportunidades entre os sexos afirmam que homens e mulheres *trabalham juntos e são parceiros* (F=25) e que eles têm a mesma capacidade (F=21), que *não existem diferenças entre homens e mulheres* (F=17) e que estes têm *direitos iguais* (F=14). Por outro lado, os participantes que não percebem igualdade de oportunidades entre os sexos afirmam que observam *preconceito de gênero* (F=96) e *que cada sexo tem uma capacidade física* própria (F=74), uma vez que a mulher suportaria apenas serviços leves e o homem, por sua maior força física, seria capaz também de serviços pesados.

Relação campo-cidade segundo os jovens rurais

Esta seção busca apresentar aspectos relativos à caracterização das antinomias dos espaços campo-cidade segundo os jovens rurais. Revela-se, com estes dados, como esses dois espaços acabam por construir parte da identidade social do grupo, uma vez que as representações direcionadas para os objetos *campo* e *cidade* permitem ao grupo se posicionar, cognitiva, afetiva e avaliativamente, diante do que se caracterizou como endogrupo (espaço rural) e exogrupo (espaço urbano) (Tajfel, 1983).

Quando os sujeitos foram perguntados se em algum momento eles já haviam pensado em viver na cidade, 154 (58,55%) responderam que sim, enquanto 109 (41,45%) responderam que nunca pensaram em viver na cidade. Por mais que se perceba certo equilíbrio, com relativa tendência para a construção de motivos para se viver na cidade, a quantidade de argumentos categorizáveis que tencionam o pensar a vida na cidade foi muito superior (F=201), o que pode ser visto na Tabela 5, que organiza o conteúdo dos dados analisados.

Tabela 5. *Motivações para vida na cidade, segundo os jovens rurais*

Já pensou em viver na cidade (F=154 – 58,55%)		Nunca pensou em viver na cidade (F=109 – 41,45%)	
Justificativas	F	Justificativas	F
Emprego	57	Identificação positiva e valorização do meio rural	47
Facilidades e melhores oportunidades	52	Não se adaptaria à vida na cidade	44
Continuidade dos estudos	32	Aspectos negativos da cidade	47
Viveria na cidade apenas em caso de necessidade (visão negativa sobre o urbano)	19		
Dificuldades do trabalho rural e visão desvalorizada do campo	19		
Já morou ou possui vínculo familiar na cidade	18		
Desejo pessoal	4		
Total	201	Total	138

Os jovens rurais que apresentaram alguma justificativa para deixar o campo em direção à cidade evidenciam a relação dicotômica entre os espaços. O meio rural é caracterizado como *difícil e desvalorizado*, sendo as *condições de trabalho também difíceis e penosas* (19), em oposição ao meio urbano que possuiria *melhores*

oportunidades e facilidades (F=52). Esta última categoria possui respostas que vão em direção à compreensão do meio urbano como lugar propício para aqueles que desejam trabalhos mais bem remunerados, lazer, saúde e tecnologias. As maiores frequências também apontam o lugar urbano como sendo ideal para a aquisição de *melhores empregos* (F=57) e *continuidade dos estudos* (F=32). Além disso, alguns participantes afirmam que *viveriam nas cidades por já ter morado ou possuir algum vínculo familiar* (F=18). Por outro lado, alguns sujeitos afirmaram que se tivessem que ir para o meio urbano, seria apenas em *caso de necessidade*, pois têm uma *visão negativa do urbano* (F=19), além de afirmarem que as facilidades são uma ilusão, ou que não se identificam com a cidade, pois “não desejaria ir para aquele inferno” (sujeito do sexo masculino, 16 anos).

São exemplos de falas que expressam o desejo de ida para a cidade:

“Para fazer curso superior, pois, infelizmente, é na cidade que estão as faculdades, assim, o acesso é mais viável” (sexo masculino, 17 anos);

“Por que, às vezes, a gente desanima na roça, pois as coisas parecem tão distantes da gente e o trabalho é árduo e, às vezes, não é reconhecido” (sexo feminino, 17 anos);

“Pois tem muita oportunidade de emprego, que pagam muito bem” (sexo masculino, 20 anos);

“Se minha família toda se mudasse para lá, por questões extremas de necessidades eu iria” (sexo feminino, 18 anos).

Essa perspectiva aparentemente majoritária, de desânimo com o campo, é colocada em xeque pelos jovens que valorizam o meio rural e se *identificam positivamente* com ele (F=47), ou, ainda, pelas respostas que dizem que seria *impossível a adaptação ao meio urbano* (F=44). Muitos sujeitos ressaltam características *negativas da cidade* (F=47), como a violência, a vida agitada e a falta de liberdade, com a

finalidade de justificar o fato de não pensarem em viver na cidade. Essa defesa do lugar em que se vive pode ser vista em falas como estas:

“Fui criada aprendendo a valorizar o lugar onde moro, não é saindo das dificuldades que elas se resolverão; aprendi a encarar a realidade” (sexo feminino, 18 anos);

“é muito melhor viver na roça” (sexo masculino, 16 anos);

“Pois não gosto de lá (cidade), pois acho que não consigo me adequar ao clima, há aquela correria, aquele barulho, só de pensar já passo mal” (sexo feminino, 17 anos);

“Porque é mais tranquilo (no campo), acho mais bonito e é na zona rural que quero viver” (sexo masculino, 19 anos).

Quando questionados se pretendiam continuar morando na zona rural, a defesa e a marca da endogrupalidade se apresentaram mais fortes, conforme apresentado na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6. *Motivações para permanência na zona rural*

Desejam continuar morando na zona rural (F=197 – 77,25%)		Não desejam morar na zona rural (F=58 – 22,74%)	
Justificativas	F	Justificativas	F
Identificação com o estilo de vida rural	114	Buscar oportunidades de emprego	30
Tradição familiar e costumes	41	Continuidade dos estudos	22
Trabalho rural	33	Não se identifica com a vida/trabalho rural	7
Tranquilidade e segurança	31	Se identifica com a vida na cidade	5
Rural como lugar de descanso e lazer	10	A vida rural é muito difícil	4
		Não possui terras	2
Total	229	Total	70

A maioria dos participantes (F=197) apresentou o desejo de permanecer morando no interior. Dentre as respostas, as categorias mais representativas foram: a *identificação com o estilo de vida rural* (F=114), ressaltando a valorização do espaço rural como ideal para se viver, em especial, por sua qualidade de vida. A posituação do espaço rural pode ser vista também pela definição de que o interior se constitui como lugar ideal para a criação familiar, lugar para se vivenciar e manter a *tradição familiar e os costumes* (F=41), além do fato de muitos jovens considerarem o campo lugar de possível prosperidade pelo *trabalho rural* (F=33), e lugar de uma *vida tranquila e*

segura, longe da violência dos centros urbanos (F=31). São exemplares dessas categorias:

“É um sonho continuar morando no meio rural, me sinto realizada com isso, dar continuidade ao trabalho de meus pais, avós, bisavós” (sexo feminino, 18 anos);

“Pois estarei trabalhando de certa forma na propriedade e também dando apoio às famílias rurais” (sexo masculino, 15 anos);

“Considero minha vida no meio rural muito boa, pois onde moro tenho amigos que cresceram comigo, às vezes trabalho com minha família, na construção de algo, tenho um bom envolvimento social no local” (sexo feminino, 17 anos);

“Quero continuar com o trabalho do meu pai” (sexo masculino, 15 anos).

A maioria dos jovens rurais que sinalizam o desejo de ir morar na cidade apresentam motivações apoiadas em dicotomias entre *oportunidades de emprego* (F=30) e *continuidade de estudos* (F=22) na cidade *versus* a vida no meio rural.

“Pois sou meeiro e vejo que consigo arrumar um melhor emprego e ajudar minha família, na cidade” (sexo masculino, 17 anos);

“Porque já tenho emprego garantido e vai ser melhor pra eu fazer faculdade” (sexo feminino, 17 anos);

“Quero fazer faculdade e na cidade é melhor para o que eu quero cursar” (sexo masculino, 15 anos);

“Porque as oportunidades de emprego e estudo são maiores” (sexo feminino, 17 anos).

Três importantes processos são decorrentes desse lugar de antagonismo entre campo e cidade, e passíveis de análise a partir dos dados apresentados até o momento. Primeiro, o desejo de muitos jovens que responderam que querem ficar no campo, mas que, ao mesmo tempo, desejam ingressar em curso superior (que só seria possível na cidade) e reconhecem as possibilidades de emprego incertas e reduzidas, como pode ser observado nos seguintes trechos:

“Desejo morar na roça porque na roça é muito tranquilo e bom, mas se caso eu não tiver escolha em relação a um emprego, eu iria morar na cidade” (sexo feminino, 16 anos);

“Porque é um lugar bom de morar (zona rural), mas com a faculdade vou ter que escolher” (sexo masculino, 18 anos).

Desta forma, é preciso que sejam construídas políticas que visem garantir maiores oportunidades no meio rural, como acesso à educação superior interiorizada e empregos mais bem remunerados.

O segundo processo seria a desmitificação de que não existem possibilidades de avanços financeiros no setor rural. Existem jovens que almejam construir seu desenvolvimento econômico no meio rural e apresentam boas perspectivas:

“Agora vejo que a vida na roça está melhorando, aparecendo mais oportunidades e continua sendo a melhor opção pra se viver” (sexo feminino, 17 anos);

“Desejo morar na roça, pois estou bem e ganhando da mesma forma, até melhor do que se fosse morar na cidade” (sexo masculino, 15 anos).

Por fim, em terceiro lugar, evidenciando a construção do espaço rural como um lugar apenas de descanso e lazer, são exemplos:

“Não é certo, mas pelo menos até concluir meus estudos, mas mesmo indo pra cidade, quero deixar meu lugar reservado no campo para distração de fim de semana” (sexo masculino, 16 anos – respondeu que deseja permanecer no meio rural);

“Porque acho que na cidade tem mais oportunidades, mas ainda pretendo ter uma casa no interior para folgar” (sexo feminino, 15 anos – respondeu que deseja abandonar o meio rural).

Os diferentes modelos de vida, tanto o rural quanto o urbano, se tornam alvo de questionamento por parte dos jovens, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7. *Diferenças entre a vida do jovem no campo e na cidade, segundo os jovens rurais*

Referentes ao campo	F	Referentes à cidade	F
Aspectos positivos		Aspectos positivos	
Trabalho rural como valor	53	Mais opções de estudo	28
Positivização do jovem rural	44	Mais opções de emprego	25
Tranquilidade/ liberdade	31	Mais lazer	23
Valores morais	21	Mais oportunidades	23
Qualidade de vida	15	Tecnologias	13
Conhecimento sobre agricultura	12		
Família	11		
Total	187	Total	112
Aspectos negativos		Aspectos negativos	
Dificuldades	12	Drogas	21
Sofrem preconceitos	4	Negativação do jovem urbano	18
		Preguiçosos	17
		Criminalidade/violência	16
		Ganham tudo nas mãos	10
		Sem valores morais	6
		Vida agitada	5
Total	16	Total	93
Total	203	Total	205

A principal característica do jovem que vive no campo, segundo eles próprios, é o *trabalho duro* (F=53), mais sacrificante e penoso, fazendo parte de sua vida desde cedo. Esse trabalho, contudo, tem *status* positivo, pois em oposição, os jovens da cidade seriam considerados *preguiçosos*, que não precisam trabalhar, só *estudam* (F=17) e *ganham tudo nas mãos e não dão valor*, pois ganham tudo dos pais (F=10). Estes trechos subtraídos de justificativas emitidas pelos jovens ilustram as estratégias de construção da identidade social do jovem rural, potente por seu trabalho e que se opõe ao jovem urbano.

As *dificuldades* (F=12) do rural acabam por construir um conjunto de características defendidas pelos jovens rurais, sendo elas: *dedicação, organização, esforço, honestidade, humildade, responsabilidade e simplicidade* (F=44), enquanto os jovens citadinos seriam *mais liberais, ousados, rebeldes, irresponsáveis, desonestos*, e, por sua vez, *andam com más companhias* (F=18). As antinomias permanecem quando os jovens rurais reproduzem a construção da estereotipia do jovem urbano atribuindo-lhe a proximidade com as *drogas* (F=21) e com a *criminalidade* e a *violência* (F=16), e

quando atribui à juventude rural, a *tranquilidade* e a *liberdade* (F=31), os *valores morais* (F=21) e a *família* (F=11).

Esse distanciamento e a construção do estereótipo ficam claros na narrativa dos próprios jovens:

“O jovem do campo é tranquilo, honesto, paciente, dedicado ao que faz. O jovem da cidade é mais bagunceiro, se deixa levar por más companhias, se envolve com drogas e não se dedica a quase nada” (sexo feminino, 15 anos);

“Jovem do campo procura trabalhar para ajudar seus pais. Jovem na cidade se mete em roubos, drogas e alguns não trabalham” (sexo masculino, 17 anos);

“Jovem da roça: trabalhador; Jovem da cidade: estudante” (sexo feminino, 15 anos);

“fica muito vulnerável à violência e ao crime na cidade. Na roça ele pode viver a vida com dificuldades, mas é honesto” (sexo masculino, 16 anos);

“Campo: responsável e simples. Cidade: preguiçoso e desinteressado” (sexo feminino, 16 anos);

“No campo o jovem tem que trabalhar para comprar ou adquirir algo, já na cidade é muita mordomia, e assim, para adquirir as coisas eles fazem até coisas erradas para conseguir o que querem” (sexo masculino, 17 anos).

O jovem rural, no entanto, reconhece que a cidade possui estímulos à juventude que são escassos no campo, como mais oportunidade de *estudo* (F=28), mais oportunidade de *emprego* (F=25), maiores *facilidades* e outras *oportunidades* em geral (F=23), assim como mais *lazer* (F=23). Esse desejo por melhores oportunidades de emprego e estudos foram confirmados quando os jovens foram perguntados sobre as possíveis motivações para se viver na cidade (“O que te faria ir pra cidade, pra viver lá?”), organizadas na Tabela 8.

Tabela 8. *Motivações para viver no meio urbano*

Categorias	F
Emprego	100
Estudos/faculdade	54
Problemas na agricultura	20
Família	19
Oportunidades	17
Facilidades de acesso a serviços	14
Problemas financeiros	14
Busca por qualidade de vida	12
Relações amorosas	10
Realizar sonhos	4
Busca de independência	3
Melhores meio de comunicação/tecnologias	3
Melhores meios de locomoção	2
Nada me tiraria do meio rural	29
Total:	301

Como se pode notar, os principais motivos que levariam os jovens rurais a viver na cidade são: *emprego* (F=100), a continuidade dos estudos, em especial, a busca por se fazer um *curso superior* (F=54), além de possíveis problemas que poderiam abater sobre o setor agropecuário que dificultasse ainda mais a permanência no campo (F=20), bem como decisões *familiares* (F=19), entre outros. Destacam-se ainda aqueles que responderam que *nada os tiraria do meio rural* (F=29). O discurso de valorização do campesinato é claro em falas como as que se seguem:

“Acho que por maiores desafios que se tenha, procuraria enfrenta-los e viver no campo” (sexo feminino, 15 anos);

“Uma vida mais tranquila sem aquela agitação da cidade, é muito mais saudável viver no campo” (sexo masculino, 17 anos);

“Só se não conseguisse comprar uma terra na roça, mas viveria na cidade só até conseguir minha terra... daí eu voltaria para o meio rural” (sexo feminino, 15 anos);

“A minha vida no meio rural é aproveitada ao máximo, pois o rural nos permite vivenciar o trabalho, estudar, ter religião... me envolver com outros jovens e fazer com que as famílias se reúnam todo fim de semana para jogar conversa fora. Ou seja, a roça é um meio ótimo para se viver” (sexo masculino, 17 anos).

A permanência no campo foi alvo da próxima questão (“O que te faria permanecer no campo, vivendo na roça?”). A seguir (Tabela 9), podem ser observadas as categorias encontradas segundo as respostas dos participantes.

Tabela 9. *Motivações para permanência no campo*

Categorias	F
Família	64
Identificação com o modo de vida rural	58
Necessidade de valorização e melhorias no campo	45
Tranquilidade/liberdade	39
Emprego com melhor remuneração	33
Qualidade de vida	31
Oportunidades	28
Propriedade rural própria	22
Acesso a saúde/educação/comunicação/transporte/lazer	17
Facilidade de estudo	7
Deseja ir para a cidade - nada faria permanecer no campo	18
Total :	362

Os jovens apontam que os principais motivos de permanência no campo são a *família* (F=64), a *identificação com o modo de vida rural* (F=58), bem como a visão bucólica da ruralidade, que também esteve presente na valorização da *tranquilidade* e da *liberdade* campesinas (F=39).

É importante destacar as categorias que expressam características escassas no meio rural, como a necessidade de maior *valorização, reconhecimento e melhorias do campo* (F=45). É o que pede o sujeito 71 (sexo feminino, 16 anos), ao dizer: “Investimentos no campo, que me tragam bons resultados ou um emprego para que eu não precise sair da roça”. Ou expresso em tantos outros que buscam a permanência por meio de *melhores empregos, ou empregos com melhor remuneração* na zona rural (F=33); que pedem *melhores oportunidades de crescimento para os jovens* (F=28); que pedem *propriedade rural própria* (F=22); acesso aos aparelhos públicos de *saúde, educação, meios de comunicação, melhorias no transporte*, em especial nas estradas e *lazer* na zona rural, que podem ser traduzidos de forma concreta, por meio de um campo de futebol, uma quadra, ou uma praça.

De fato, o que se constrói é o questionamento sobre como permanecer no meio rural diante de necessidades tão urgentes e essenciais, que acabam por expulsar as pessoas do campo. Tais necessidades também foram identificadas (ver Tabela 10), por

meio da questão “Por que você acha que algumas pessoas preferem viver na cidade e abandonam o campo?”.

Tabela 10. *Percepção sobre as pessoas que preferem viver na cidade e abandonam o campo*

Categorias	F
Más condições do trabalho rural	56
Má remuneração do trabalho rural	47
Falta de oportunidades no campo	37
Busca por melhores condições de vida	37
Fuga da pobreza e das dificuldades do campo	35
Por ilusão/alienação – agem erroneamente	34
Acreditam que é melhor viver na cidade	25
Acesso a saúde/educação/comunicação/transporte/lazer	25
Desvalorização da vida no campo	22
Continuidade dos estudos na cidade	15
Não se identifica com o modo de vida rural	8
Não possui terras próprias e são explorados	7
Total :	348

De acordo com os jovens rurais, as pessoas acabam desistindo do campo porque o trabalho é *duro e penoso* demais (F=56), em condições de trabalho difíceis, inclusive fazem menção constante ao sol e ao trabalho pesado. Outros motivos seriam a *má remuneração* (F=47), a *falta de oportunidades* (F=37), busca por *melhores condições de vida* (F=37) e a *fuga da pobreza e das dificuldades do campo* (F=35). No entanto, é possível constatar que alguns jovens percebem todas essas categorias citadas como *ilusão, alienação* ou *erro* (F=34), pois se identificam com o rural e acham injustificável alguém preferir outro lugar para viver.

Ser jovem rural: significados e dimensão afetiva

A partir da identificação de antinomias entre a cidade e o campo, buscou-se, nesta seção, compreender melhor os três elementos essenciais para a construção da identidade social do jovem rural: as dimensões cognitiva e avaliativa, analisáveis por meio do autoconceito (Tabela 11), que se refere à pergunta “Para você, o que é ser jovem rural?”; e a afetiva, por intermédio do questionamento direto sobre esse aspecto da vida do jovem rural (“Como se sente vivendo na roça?”) (Tabela 12).

Tabela 11. *Categorias referentes ao autoconceito do jovem rural*

Categorias	F
Trabalha no campo	72
Formação e tradição familiares	70
Conhecimento sobre a terra	63
Sabe valorizar o campo	48
Relação com a natureza	30
Vive no meio rural	30
Ser protagonista	27
É um privilégio	21
Estudioso	18
Tranquilidade/liberdade	17
Simples e humilde	14
Possui valores morais	11
Poucas oportunidades	10
Jovem normal	8
Sofre preconceitos-discriminação	7
Oposto do jovem urbano	6
Total:	452

Os dados organizados na Tabela 11 permitem a identificação de dois modelos diferentes de construção do autoconceito do jovem rural sobre si mesmo. O primeiro correspondente a uma visão difusa-estereotipada e o outro se organiza a partir de uma visão crítico-emancipatória.

O autoconceito difuso, ou disperso, reúne um conjunto de estereótipos associados à ruralidade, muitas vezes, reforçados pela mídia e difundidos de tal modo que são absorvidos pelos próprios jovens rurais. São correspondentes a essa visão as categorias: *Relação com a natureza* (F=30), com argumentos de que o jovem rural tem mais qualidade de vida, é mais saudável e que possui um gosto mais aproximado às coisas da natureza; a visão de que *viver* ou *morar na roça* é a única, ou mais importante, característica definidora do jovem rural (F=30); a ideia de que a vida na roça é só *tranquilidade e liberdade* (F=17), não existindo problemas de criminalidade ou drogas, e que tudo é apaziguamento, vida pacata e bucólica; somando-se a isto, as ideias de que todo jovem rural é *simples e humilde* (F=14) ou que não existem diferenças substanciais para se definir o jovem da cidade e o jovem do campo, pois todos os *jovens são iguais* (F=8).

Por outro lado, foi possível encontrar jovens que se auto conceituam de outra forma, por exemplo, como descreve a jovem rural (sexo feminino, 16 anos): “Jovem rural não é apenas aquele que vive na roça, mas aquele que gosta das coisas da roça”. Ainda segundo os participantes, o jovem rural é aquele que gosta de esportes radicais, de “balada”, de trilha de moto, de internet rápida, que quer fazer curso superior, ser protagonista, não se reduzindo ao Chico Bento dos gibis de Maurício de Souza.

O jovem rural tem construído sua identidade influenciado por diferentes fontes, para além dos estereótipos que lhes são associados. Muitos jovens têm assumido um discurso próprio do Marxismo, das Pastorais da Juventude Rural, da Pedagogia da Alternância – próprio das Escolas Família Agrícola, locais onde foram coletados os dados deste estudo. Trata-se de um discurso de valorização do rural, da juventude rural, crítico, dialético, inconformado com as injustiças sociais, transformador e emancipador.

A seguir, alguns exemplos de como os sujeitos definem seu autoconceito:

“Ser jovem rural é muito mais que morar no campo, é você estar ali pra ajudar quem precisa ser valorizado pelas pessoas de fora, e você se valorizar, e valorizar o local onde mora, marcar sua presença aonde chega e deixar sua marca, onde alguns irão olhar pra você e dizer: ‘esse jovem não é um qualquer, ele sabe fazer a diferença’” (sexo feminino, 17 anos);

“Ser jovem rural é ser protagonista do futuro, porque para a agricultura continuar vai depender muito dos jovens” (sexo masculino, 16 anos);

“Ser protagonista, ser construtor dos seus conhecimentos, ser revolucionário, romper com as cercas que a sociedade nos propõe, amar o campo como sua vida” (sexo feminino, 15 anos);

“Jovem rural é você saber que o futuro depende de sujeitos como você, pois somos os que produzem a matéria prima para o mundo. Também aqueles de mentalidade aberta, sempre dispostos a acatar uma nova filosofia de vida que seja agradável” (sexo masculino, 17 anos);

“É ter conhecimento de sua origem e história; é saber do seu valor, da importância dessa classe para a sociedade; é lutar por seus direitos e, principalmente, defender o meio em que vive e está inserido. Eu amo ser jovem rural, eu defendo os meus direitos e conheço a minha história, e é por ela que permaneço e desejo continuar nesse trabalho” (sexo feminino, 18 anos);

“Ser jovem rural é um privilégio. O jovem rural é aquele que ajuda sua família sem nada em troca, que preserva e respeita a natureza e o meio em que vive, que luta por um meio social mais igual e digno a todos e que aproveita ao máximo a educação para assim transformar o mundo” (sexo masculino, 17 anos).

Esta perspectiva de construção de autoconceito foi denominada visão crítica-emancipatória, com quatro grandes eixos: a ideia de que o trabalho no campo, ou seja, ser *jovem trabalhador* (F=72) é a principal característica desse grupo; a concepção de que a *família* é importante elemento vinculador do jovem rural (F=70), pois representa a tradição, a formação, o vínculo afetivo, o elemento agregador e o que enraíza o jovem à ruralidade; a perspectiva de que o jovem *conhece a terra e as coisas do campo* (F=63), não sendo, desta forma, um naturalista ingênuo, mas artífice do campo; e, por fim, a característica de *saber valorizar o campo e a comunidade rural* (F=48).

Outras categorias são estratégicas para a formação da identidade social do jovem rural, como a perspectiva do *protagonismo do jovem rural* (F=27), e assim vencer e mudar a realidade de dificuldades; e a busca de *superação dos preconceitos* e dos processos discriminatórios (F=07), ambas representando a busca por vencer certo colonialismo que a cidade impôs à realidade rural. É importante destacar também o alto índice de positividade endogrupal, com adjetivações tais como *privilégio* e *orgulho* (F=21).

A dimensão afetiva da construção da identidade social do jovem rural foi apreendida pela questão apresentada na Tabela 12, a seguir.

Tabela 12. *Categorias referentes aos sentimentos sobre a vida rural*

Categorias Positivas	F	Categorias Negativas	F
Feliz	196	Desvalorizado	6
Tranquilo	34	Triste	5
Livre	22	Privado de oportunidades	4
Orgulhoso	8	Preso	4
Privilegiado	6	Discriminado	4
Realizado	4	Cansado	4
Satisfeito	3	Diferente	1
Protegido	2	Excluído	1
Agradecido	2	Medo	1
Trabalhador	2	Distante	1
Realista	1	Perdido	1
Confiante	1	Vergonha	1
Razoável	1		
Valorizado	1		
Total	283	Total	33

Percebe-se o grande número de sentimentos positivos direcionados à vida rural (F=283), sendo a *felicidade* (F=196) o mais representativo (69,25%) dentre os positivos, seguida pelos sentimentos de *tranquilidade* (F=34), *liberdade* (F=22) e *orgulho* (F=8). A grande parcela de sentimentos positivos pode indicar bom índice de coesão na construção da identidade social do jovem rural.

Por outro lado, os sentimentos negativos somados (F=33) correspondem a 10,44% dos sentimentos emitidos (F=316), e representam insatisfações próprias das dificuldades da vida rural, sendo mais representativos a *desvalorização* (F=6), a *tristeza* (F=5), a *privação de oportunidades* (F=4), a *discriminação* (F=4), o sentimento de *prisão* (F=4) e o *cansaço* (F=4).

Projeto de Vida e Futuro na Juventude Rural

Esta seção busca apresentar o que o jovem rural almeja para seu futuro, evidenciando suas metas pessoais e profissionais.

Ao serem questionados sobre como imaginavam que seriam suas vidas em dez anos, os jovens rurais deram respostas que foram agrupadas em categorias, como se observa na Tabela 13.

Tabela 13. *Categorias referentes à visão do futuro*

Categorias	F
Com um emprego	136
Ensino superior	114
Casamento e construção de família	108
Morar e trabalhar no campo	87
Dinheiro (renda e situação de vida boa)	54
Possuir uma propriedade rural	38
Ter casa própria	29
Ir para a cidade	19
Cursar ensino técnico	13
Ter boa saúde	10
Sonhos realizados	8
Com dificuldades	5
Ser independente	4
Total:	625

Entre as categorias mais frequentes está o desejo de *ter um emprego* (F=136), de concluir o *ensino superior* (F=114), e do *casamento e construção de família* (F=108).

Como exemplos, apresentamos os seguintes trechos dos discursos dos participantes:

“Estar casada, com minha família, própria casa, estar trabalhando, e ter feito uma faculdade de medicina veterinária” (sexo feminino, 19 anos);

“Me formar na faculdade e trabalhar para ganhar dinheiro. Me casar” (sexo masculino, 16 anos).

Os respondentes também evidenciaram o desejo de *morar e trabalhar no campo* (F=87), ainda que a categoria *ir para a cidade* (F=19) tenha aparecido. Ter *dinheiro* (F=54), *possuir uma propriedade rural* (F=38) e ter *casa própria* (F=29) também estão nos planos, bem como o *ensino técnico* (F=13), *saúde* (F=10), *realização dos sonhos* (F=8) e ser *independente* (F=4). Apesar de tais respostas otimistas, também foi encontrada visão pessimista (*dificuldades* - F=5) acerca do futuro.

As principais metas pessoais a serem cumpridas são a *construção de uma família* (F=123), *estudar* (F=100), *possuir um emprego* (F=76), *ser bem-sucedido* (F=71), *ter*

posses (F=64), *permanecer no campo* (F=42), e *ser feliz* (F=27), como pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14. *Categorias referentes às metas pessoais para o futuro*

Categorias	F
Construir uma família	123
Estudar	100
Possuir um emprego	76
Ser bem-sucedido	71
Ter posses	64
Permanecer no campo	42
Ser feliz	27
Ser uma pessoa com valores	16
Conquistar independência	12
Lazer	11
Contribuir socialmente	10
Dimensão espiritual	2
Ter saúde	2
Ir para a cidade	2
Total:	558

As metas menos citadas pelos jovens foram *ser uma pessoa com valores* (F=16), *conquistar independência* (F=12), *lazer* (F=11), *contribuir socialmente* (F=10), *dimensão espiritual* (F=2), *saúde* (F=2) e *ir para a cidade* (F=2).

No que se refere às metas profissionais, pode-se observar na Tabela 15 as categorias encontradas a partir das respostas obtidas.

Tabela 15. *Categorias referentes às metas profissionais para o futuro*

Categorias	F
Formação universitária	102
Ter propriedade rural e trabalhar no campo	64
Ter um emprego	73
Formação técnica	44
Ter negócio próprio	17
Estudar	15
Total:	315

A *formação universitária* (F=102) é a principal categoria apontada, seguida por *trabalhar no campo* a partir da posse de uma *propriedade rural* (F=64), *ter emprego* (F=73) e *formação técnica* (F=44). O *empreendedorismo* (F=17) e o *estudo* (F=15) também fazem parte das categorias encontradas.

Sendo a formação universitária uma meta muito visada entre os jovens, é importante mencionar as profissões/ocupações almeçadas pelos estudantes (ver Tabela 16).

Tabela 16. *Profissões/ocupações mencionadas pelos jovens rurais*

Categorias	F	Categorias	F
Trabalhar no campo (produção agropecuária)	64	Administração	2
Agronomia	36	Bancário	1
Medicina veterinária	24	Jornalismo	1
Medicina	9	Educação física	1
Direito	6	Manicure	1
Jogador de futebol	5	Costureira	1
Biologia	5	História	1
Engenharia mecânica	4	Farmácia	1
Psicologia	4	Enfermagem	1
Engenharia ambiental	3	Eletricista	1
Engenharia civil	3	Fisioterapia	1
Zootecnia	2	Padre	1
Fotógrafo	2	Engenheiro de produção	1
Nutrição	2	Artes cênicas	1
Policial	2	Artista	1
Pedagogia/professor	2	Ciências da computação	1
Arquitetura	2		
			Total: 192

É interessante constatar que as três categorias mais frequentes, quais sejam, *trabalhar no campo* (F=64), *agronomia* (F=36) e *medicina veterinária* (F=24), se tratam de profissões e ocupações diretamente relacionadas ao campo, o que pode ser um fator que, futuramente, contribua para a fixação do jovem no espaço rural, bem como o curso de *zootecnia* (F=2), que também está ligado ao campo. Os demais cursos citados, como *medicina* (F=9) e *direito* (F=6), correspondem a 34,3% do total, o que pode representar o deslocamento dos jovens rurais para as cidades. No entanto, compreende-se cada vez mais a demanda do ser rural por todas as categorias profissionais citadas, fator que pode contribuir com o retorno e fixação destes jovens no meio rural, após formação acadêmica.

DISCUSSÃO

As crises que abatem a realidade do campo e as pressões da modernidade transformaram a juventude rural na mais importante categoria social para prognósticos a serem construídos sobre o futuro do campesinato no Brasil (Bonomo, 2010; Castro,

2009). São claras as concepções que estruturam o conceito de agricultura familiar (Picolotto, 2011; Schneider, 2014) e como os jovens são importantes neste processo de constituição.

Já na última década do século XX, a sociologia rural entendia que as mudanças decorrentes da identidade das pessoas no campo eram inevitáveis (Carneiro, 1997), assim como os desafios para se compreender como essas mudanças nutriram questões que deveriam ser enfrentadas. Problemas como a redução das famílias, os conflitos geracionais, a ausência de oportunidades de emprego e estudo no campo persistem e enfraquecem a continuidade do modo de vida rural, pelo envelhecimento e pela masculinização do campo (Spanevello, 2005; 2011), apesar de recentes mudanças nesse cenário que apontam para a feminização rural (FAO, 2002).

Não se pode limitar a análise dos processos migratórios, ou ainda, entender os problemas de continuidade da agricultura familiar, apenas com a pretensa hipótese de “atração urbana”, uma vez que os jovens rurais, protagonistas do processo de êxodo rural, devem ser escutados e compreendidos (Abramo & Branco, 2005).

A ruralidade se constituiu como importante território de identidade a ser compreendido (Bonomo, 2010), bem como a juventude se constituiu, igualmente, como importante território de identidade a ser investigado (Abramo & Branco, 2005). Deste modo, torna-se essencial a compreensão da realidade do jovem rural e como se constrói sua identidade social, uma vez que essa possui, ainda hoje, um “destino incerto” (Redin, 2014), posto que sua permanência na zona rural ainda sofre com a falta de estrutura e desvalorização do modo de vida rural.

Compreende-se, a partir da Teoria da Identidade Social (TIS), como proposta por Tajfel (1983), que o sujeito constrói um autoconceito com a finalidade de ajustar-se ou adequar-se em um determinado grupo, uma vez que suas referências pessoais são

determinadas por sua colocação social. Através de tal perspectiva teórica, foram analisados os possíveis componentes da identidade social do jovem rural, por meio de investigação que buscou traduzir vários aspectos de sua vida.

A teoria em questão sugere que as pessoas tendem, cognitivamente, a agruparem-se em categorias, e, desta forma, acabam por diferenciar o grupo ao qual pertencem (endogrupo) dos demais grupos (exogrupos) (Tajfel, 1983). Tal investimento grupal é, por sua vez, cognitivo, afetivo e avaliativo, pois não se reduz à esfera cognitiva, mas a partir dela alinham-se todos os aspectos da vida do sujeito social.

Retomando as seções deste estudo, percebe-se como as três dimensões identitárias (quais sejam, dimensões cognitiva, afetiva e avaliativa) são elementares para a construção de nexos compreensivos ou, ainda, de como este jovem compreende, avalia e sente sua realidade. A partir disso, acredita-se ser central na dinâmica de construção da identidade do jovem rural: 1) a precariedade do cotidiano e a limitação das oportunidades (conforme Tabela 10); 2) as antinomias entre o rural e o urbano na construção de estereótipos; 3) as incertezas diante do futuro; e 4) o projeto de valorização endogrupal como emancipação e protagonismo.

Brumer *et al.* (1993, p. 180) consideram que a agricultura familiar “nasceu no Brasil sob o signo da precariedade, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra”. Tendo isso em vista, também é sob o signo da precariedade que se inicia a constituição da identidade social do jovem rural, uma vez que são os jovens rurais também substrato e, ao mesmo tempo, produto da agricultura familiar. Apesar disso, a identidade do jovem rural não se reduz às marcas negativas, pois o sentimento de pertença, a valorização do trabalho e da família, bem como as perspectivas de crescimento e de emancipação estarão simultaneamente presentes (Brumer *et al.*, 1993).

Os resultados encontrados neste estudo, em parte, apontam que o rural se tornou signo da carência, da ausência, da emergência e de dificuldades. O desânimo, em grande parte, de ajustar-se ao território identitário rural, ocorre pela necessidade que a população camponesa possui de melhores condições de vida, de acesso a recursos básicos como educação, saúde, transporte e comunicação, que chegam ao meio rural com dificuldade.

Todavia, é também por causa dessas dificuldades compartilhadas que o povo rural se compromete com os movimentos sociais e grupos que surgem como defesa da sociabilidade camponesa. À exemplo de tais grupos de luta, Ribeiro e Cleps-Jr (2011) citam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Marcha das Margaridas (Sales, 2007). O trabalho incessante destes grupos é entendido como meio para se alcançar o desenvolvimento das condições de vida no campo, de promover transformação social (Ribeiro e Cleps-Jr, 2011; Sales, 2007).

Deste modo, tal investimento na busca por uma identidade social rural digna ocorre de modo a evidenciar as marcas da superação das dificuldades. Segundo a TIS, a existência de tais movimentos sociais camponeses se relaciona com o conceito de mudança social (Tajfel, 1983), que pressupõe a crença de que as fronteiras intergrupais são imutáveis e rígidas, não sendo possível a desvinculação do indivíduo de seu grupo. Desta forma, a mudança social consistiria em uma ação grupal coletiva, visando a ressignificação dos estereótipos negativos atribuídos ao endogrupo (Del Prette & Del Prette, 2003; Doise, 2002).

Outro processo implicado na dinâmica de elaboração da identidade social dos jovens rurais envolve os muitos estereótipos direcionados a este grupo social,

provocados pelas antinomias entre o espaço urbano (exogrupo) e o campo (endogrupo). O Chico Bento, personagem rural criado pelo cartunista brasileiro Maurício de Sousa, é expressão disto (Bonomo, 2010), mas existem muitas outras características estereotipadas, como a ideia de simplicidade, o naturalismo ingênuo, o pacato, o bucólico, a humildade exagerada, dentre outras. Os estereótipos (Tajfel, 1983) são entendidos como a maneira como se define uma posição social e um autoconceito diante dos outros membros da sociedade e em relação ao próprio grupo. O estereótipo passa, então, a se constituir também como dimensão da identidade social.

Proteger o autoconceito e garantir a legitimidade dos valores e categorias centrais ao grupo torna-se uma preocupação fundamental, pois é do sucesso dessa defesa que se garante uma coerência entre uma autoimagem satisfatória e a proteção das crenças inerentes aos grupos sociais (Tajfel, 1983). Neste sentido, os indivíduos tendem a apresentar um favoritismo em relação ao grupo a que se vinculam, atribuindo características positivas ao endogrupo e visando a manutenção de uma autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1999; Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Tajfel, 1983). Deste modo, acolher o lugar da tranquilidade, do bucólico, da humildade e da simplicidade como centrais na estruturação do autoconceito acaba por evidenciar a estratégia de supervalorização endogrupal.

Sabe-se que a estereotipia é inerente no que concerne aos processos de comparação social (Festinger, 1954; Tajfel, 1972) e de competição social (Turner & Brown, 1978). Todavia, quando um estereótipo é muito negativo e os membros do grupo assumem tais estereótipos, no âmbito da auto categorização (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987; Hornsey, 2008), podem não mais se reconhecer como parte do grupo e abandoná-lo. Tal processo é nomeado de mobilidade social (Tajfel, 1983), que se caracteriza como estratégia individual ligada à crença de que as

fronteiras intergrupais são flexíveis, e que seria possível a movimentação do indivíduo de determinada posição social para outra (Hogg & Abrams, 1999). No contexto desta pesquisa, este pode ser um dos processos gestores da desarticulação da juventude rural, uma vez que os estereótipos negativos são identificados pelos jovens rurais, provocando o êxodo rural.

Como terceiro elemento estruturador da identidade social (Tajfel, 1983) do jovem rural tem-se as incertezas diante dos projetos de futuro. Os jovens rurais apresentam, muito frequentemente, a elaboração de projetos de vida que nutrem um paradoxo entre a permanência no campo ou a busca por formação acadêmica nas cidades, por exemplo.

Por outro lado, os jovens rurais têm se revestido da ideia de emancipação social e de protagonismo, ajustando algumas características que lhes são centrais: a compreensão do trabalho e da construção da vida pela superação das dificuldades; a apropriação da família como valor, entendendo-a como visceral para a construção das tradições e da afetividade no rural; a perspectiva do conhecimento das coisas do campo como privilégio e do trabalho rural como atividade emancipatória; a necessidade de constante valorização da vida no campo e da comunidade, como engajamento político e social necessários. Mais uma vez, pode-se perceber neste discurso a estratégia de posituação da identidade camponesa (Tajfel, 1978).

Concluindo, então, este estudo buscou conhecer e explorar os processos identitários relacionados à juventude rural na perspectiva dos próprios jovens rurais do estado do Espírito Santo. Os resultados apontaram para a busca pela ressignificação desta identidade de jovem rural, tantas vezes apagada pelos muitos estereótipos disseminados pela ideia de desvalorização da sociabilidade camponesa. Ser jovem rural, para os jovens rurais, acaba por se constituir por um conjunto diversificado de

significados que se materializam como sinônimo de conquista e superação das adversidades, busca de políticas públicas que garantam igualdade de direitos, trabalho, conhecimento e luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, H. W., & Branco, P. P. M. (orgs.). (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bonomo, M. (2010). *Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias*. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Brumer, A. *et al.* (1993). A exploração familiar no Brasil. In: Lamarche, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Carneiro, M. J. (1997). Ruralidade: novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*, Natal, agosto.
- Carneiro, M. J. & Castro, E. G. (orgs.). (2007). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez*, 7(1), 179-208.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Assertividade, Sistema de Crenças e Identidade Social. *Psicologia em Revista*, 9(13), 125-136.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.

- FAO. (2002). *The feminization of agriculture*. Retirado de <http://www.fao.org/Gender/en/agrib2-e.htm> em 28 de junho de 2015.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-40.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- Hornsey, M. J. (2008). Social Identity Theory and Self-categorization Theory: A Historical Review. *Social and Personality Psychology Compass*, 2(1), 204–222.
- Kummer, R., & Colognese, S. A. (2013). Juventude rural no brasil: entre ficar e partir. *Tempo da Ciência*, 20, 68-84.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre o preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Menezes, M. A., Stropasolas, V. L., & Barcellos, S. B. (2014). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: NEAD/MDA.
- Picolotto, E. L. (2011). *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ.
- Redin, E. (2014). O futuro incerto do jovem rural. *Intesa*. 8(1), 37 – 43.
- Ribeiro, R. M.; & Cleps-Jr., J. (2011). Movimentos Sociais Rurais e a Luta Política frente ao Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio no Brasil. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, 6(11), 75-112.
- Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: Tecendo relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, 15(2), 437-443.

- Schneider, S. (2014). Evolução e Características da Agricultura Familiar no Brasil. *Revista Alasru: análisis Latinoamericano del Medio Rural*. 9. 21-52.
- Spanevello, R. M. (2005). Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. *Anais do XLIII Congresso da Sober. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Ribeirão Preto.
- Spanevello, R. M. *et al.* (2011). A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 45(2), 291-304.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale* (Vol. I) (272-302). Paris: Larousse Université.
- Tajfel, H. (1978). Interindividual behaviour and intergroup behaviour. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups - studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 27-60). London: European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Turner, J. C., & Brown, R. J. (1978). Social status, cognitive alternatives and intergroup relations. In H. Tajfel (ed.).
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.

ESTUDO 3

RURALIDADE E GÊNERO: UM ESTUDO A PARTIR DO PARADIGMA DAS TRÊS FASES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O entendimento de que as representações sociais contribuem para a compreensão das ideias correntes na sociedade é um indicador da relevância dos aspectos representacionais (Lowe, 2012). Apoiado nesse pressuposto, este estudo objetivou investigar as representações sociais de gênero (masculino e feminino) e território (urbano e rural) entre jovens, com idades entre 15 e 24 anos, em contexto rural do estado do Espírito Santo. A investigação realizada diretamente com os jovens forneceu elementos para a análise das representações sociais que constituem o imaginário social acerca dos referidos objetos sociais.

RESULTADOS

De acordo com a abordagem tridimensional das representações sociais ou paradigma das três fases (Clémence, Doise & Lorenzi-Cioldi, 1994), as representações sociais podem ser estudadas a partir de três etapas: 1) *compartilhamento de crenças*, em que ocorre a identificação do campo representacional comum; 2) *diferenças de posicionamentos em relação a determinado objeto*, fase na qual se busca identificar os princípios organizadores das tomadas de posicionamento individuais; e 3) *as representações são caracterizadas pelas ancoragens das tomadas de posição*, fase em que se investiga as ancoragens psicológica, sociológica e psicossocial. Desta forma, tendo em vista a abordagem tridimensional, serão apresentados, a seguir, os resultados desse estudo em função de cada uma das etapas mencionadas.

Em um primeiro momento será apresentado o campo representacional compartilhado de *mulher rural* e *homem rural* e, em seguida, será realizada a análise

dos princípios organizadores das representações sociais de *mulher rural* e de *homem rural*. Por fim, se segue a análise dos processos de ancoragem das representações sociais de *mulher rural* e *homem rural*.

Caracterização do campo representacional compartilhado de *mulher rural* e *homem rural*

Os elementos que fizeram parte dos campos representacionais ligados aos objetos em análises foram agrupados em categorias, buscando fornecer a síntese dos componentes do conteúdo compartilhado e possibilitando melhor compreensão dos significados identificados.

Campo representacional compartilhado de mulher rural

O *corpus* de dados referente ao objeto de representação *mulher rural* foi composto por 907 palavras, sendo consideradas pelo *software* SPAD-T 79,4% do total (1142 termos), com média de evocação de 4.3 palavras por respondente. Assim como mostrado na Tabela 1, o total de elementos relacionados ao objeto em questão teve corte referenciado por frequência maior ou igual a 5 ($f \geq 5$) e foi constituído por 37 elementos diferentes.

Tabela 1. *Elementos característicos das representações de mulher rural*

Categoria	Termos evocados	F	Categoria	Termos evocados	F
Valores da mulher rural	Batalhadora	126	Trabalhadora rural	Trabalhadora	161
	Esforçada	86		Agricultora	43
	Dedicada	62		Trabalho pesado	34
	Simple	31		Mora na roça	33
	Responsável	23		Orgulho do que faz	14
	Honesta	20		Camponesa	11
	Inteligente	16		Roça	07
	Luta por direitos	16		Gosta do rural	07
	Corajosa	14		Sustentável	08
	Determinada	13			
	Organizada	13			
	Feliz	09			
	Digna	08			
	Educada	08			
	Independente	08			
	Exemplar	07			
	Confiante	06			
	Sonhadora	06			
	Valor	05			
Categoria	Termos evocados	F	Categoria	Termos evocados	F
Desvalorização da mulher rural	Sofrida	24	Esfera familiar	Dona de casa	37
	Preconceito	11		Mãe	07
	Sem estudo	8		Família	06
		Companheira		05	

Os elementos constituintes do campo representacional de *mulher rural* foram reunidos em quatro categorias principais (Bardin, 2002, 2003), que buscam fornecer uma síntese dos componentes encontrados, possibilitando melhor compreensão do conteúdo. As categorias identificadas foram: 1) valores da mulher rural: com 19 elementos, se refere à dimensão valorativa atribuída às mulheres rurais, segundo a avaliação do que consideram importante na sociabilidade camponesa; 2) trabalhadora rural: com 9 elementos, refere-se a significados que estão vinculados ao trabalho rural; 3) desvalorização da mulher rural: contém 3 elementos relacionados às dificuldades enfrentadas pela mulher do campo; e 4) esfera familiar: com 4 elementos, esta categoria se refere à esfera doméstica, tradicionalmente atribuída à mulher do campo. Os elementos *bonita* (f=10) e *pomerana* (f=6) não foram associados às categorias criadas, apesar de estarem presente nas evocações.

Campo representacional compartilhado de homem rural

O *corpus* de dados referente ao objeto de representação *homem rural* foi composto por 867 palavras, sendo consideradas pelo *software* SPAD-T 77,9% do total (1112 termos), com média de evocação de 4.2 palavras por respondente. Assim como mostrado na Tabela 2, o total de elementos relacionados ao objeto em questão teve corte referenciado por frequência maior ou igual a 5 ($f \geq 5$) e foi constituído por 46 elementos diferentes.

Tabela 2. *Elementos característicos das representações de homem rural*

Categoria	Termos evocados	F	Categoria	Termos evocados	F
Valores do homem rural	Batalhador	76	Trabalhador rural	Trabalhador	192
	Esforçado	48		Agricultor	49
	Forte	45		Mora no rural	22
	Honesto	34		Trabalha na roça	20
	Dedicado	28		Gosta do rural	19
	Responsável	26		Trabalho pesado	13
	Simple	26		Orgulho do que faz	08
	Inteligente	13		Bruto	07
	Humilde	12		Capitalista	05
	Determinado	10			
	Feliz	10			
	Sonhador	10			
	Digno	09			
	Corajoso	08			
	Criativo	08			
	Educado	08			
	Sistemático	07			
	Esperançoso	07			
	Luta por direitos	07			
	Compromisso	06			
	Conquistador	06			
	Independente	06			
	Organizado	06			
	Persistente	06			
	Sábio	06			
	Sem frescura	05			
Tem valor	05				
Vencedor	05				
Categoria	Termos evocados	F	Categoria	Termos evocados	F
Desvalorização do homem rural	Sofredor	11	Esfera familiar	Sustenta família	25
	Sem estudo	10		Tradicional	08
	Desvalorizado	09		Pai	07
	Cansado	06		Pai de família	07
	Sofrido	06			

As evocações do campo representacional de *homem rural* foram reunidas em quatro categorias (Bardin, 2002, 2003), que buscam fornecer um panorama dos componentes encontrados, permitindo melhor apreensão do conteúdo. As categorias

identificadas foram: 1) valores do homem rural: com 28 elementos diferentes, tal categoria está relacionada à dimensão valorativa atribuída aos homens rurais, de acordo com a avaliação do que consideram importante na sociabilidade camponesa; 2) trabalhador rural: esta categoria concentra 9 elementos diferentes, e refere-se a elementos que estão vinculados ao trabalho rural; 3) desvalorização do homem rural: com 5 elementos distintos, a categoria aborda significados relacionados às dificuldades do campo; e 4) Esfera familiar: tal categoria possui 4 elementos distintos e contempla elementos que associam o homem rural à tradição e como provedor das necessidades de sua família.

Análise dos princípios organizadores das representações sociais de *mulher rural* e de *homem rural*

A segunda hipótese da teoria tridimensional das representações sociais (Clémence, Doise & Lorenzi-Cioldi, 1994) se refere às diferenças de posicionamentos em relação ao objeto de representação, fase em que se busca identificar os princípios organizadores das tomadas de posicionamento individuais. A seguir, serão descritos os princípios organizadores das representações sociais de *mulher rural* e de *homem rural*.

Análise do campo representacional de mulher rural

Na identificação dos elementos mais expressivos à constituição dos fatores¹⁴, assume-se c.a. (contributo absoluto) $\geq 100/\text{número de elementos totais}$. Considerando que o campo semântico do objeto de representação foi constituído por 37 termos diferentes, têm-se valores maiores ou iguais a 2.70 como significativos.

Na Figura 1, a seguir, apresentamos o plano fatorial derivado do cruzamento dos Fatores 3 e 4, relacionados ao campo representacional de *mulher rural*.

¹⁴ Foi selecionada a análise referente ao cruzamento dos fatores 3 e 4 em função de sua maior consistência.

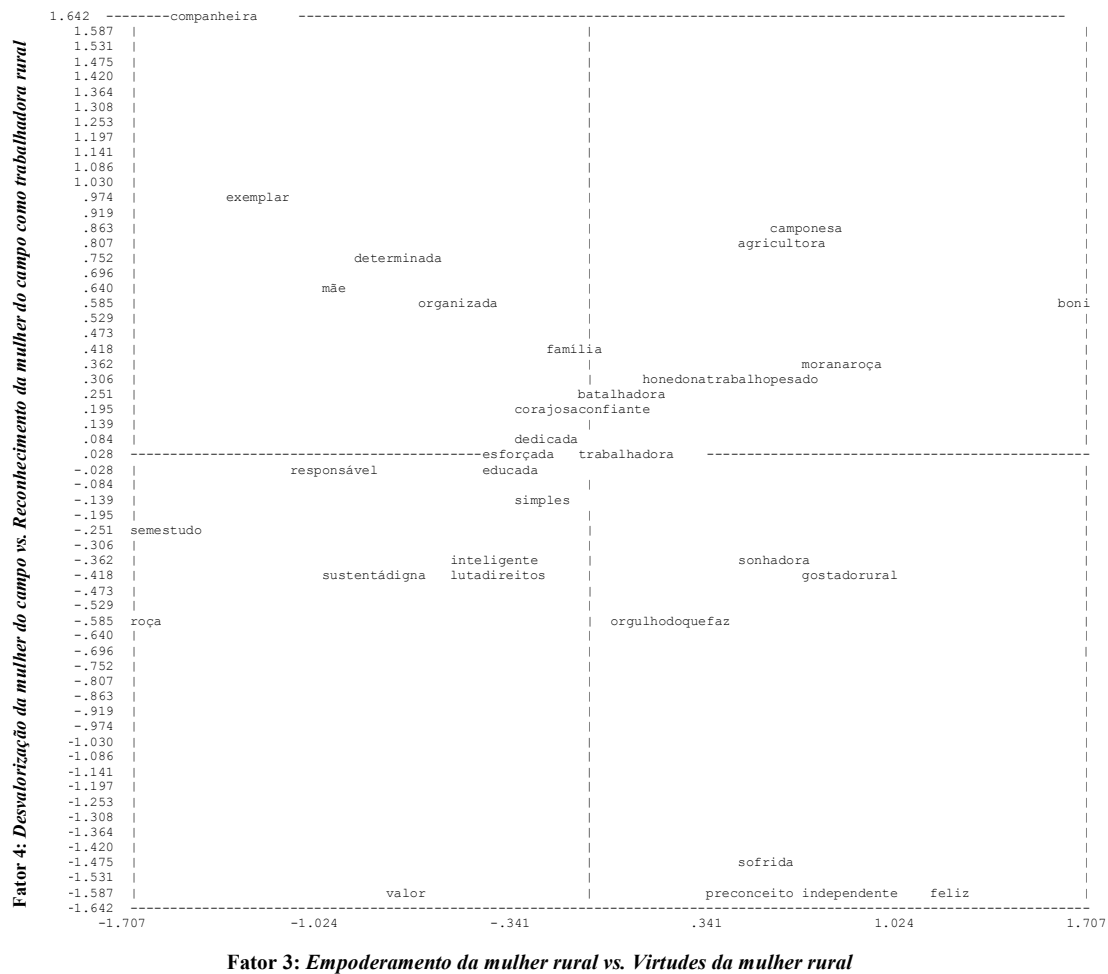


Figura 1. Plano fatorial relativo ao campo representacional de *mulher rural*

O fator 3, *Empoderamento da mulher rural vs. Virtudes da mulher rural*, apresenta como elementos mais significativos em seu polo esquerdo (*Empoderamento da mulher rural*) os termos *roça* (c.a.=14.5), *exemplar* (c.a.=2.7), *esforçada* (c.a.=2.9), *responsável* (c.a.=6.3) e *sem estudo* (c.a.=6.4), sendo a maioria desses elementos características positivas. Em oposição ao polo esquerdo, posicionam-se, no polo direito (*Virtudes da mulher rural*), os termos *camponesa* (c.a.=14.6), *bonita* (c.a.=14.1), *morana roça* (c.a.=5.1), *agricultora* (c.a.=3.9), *feliz* (c.a.=3.9) e *independente* (c.a.=2.8), aspectos positivos atribuídos à mulher camponesa.

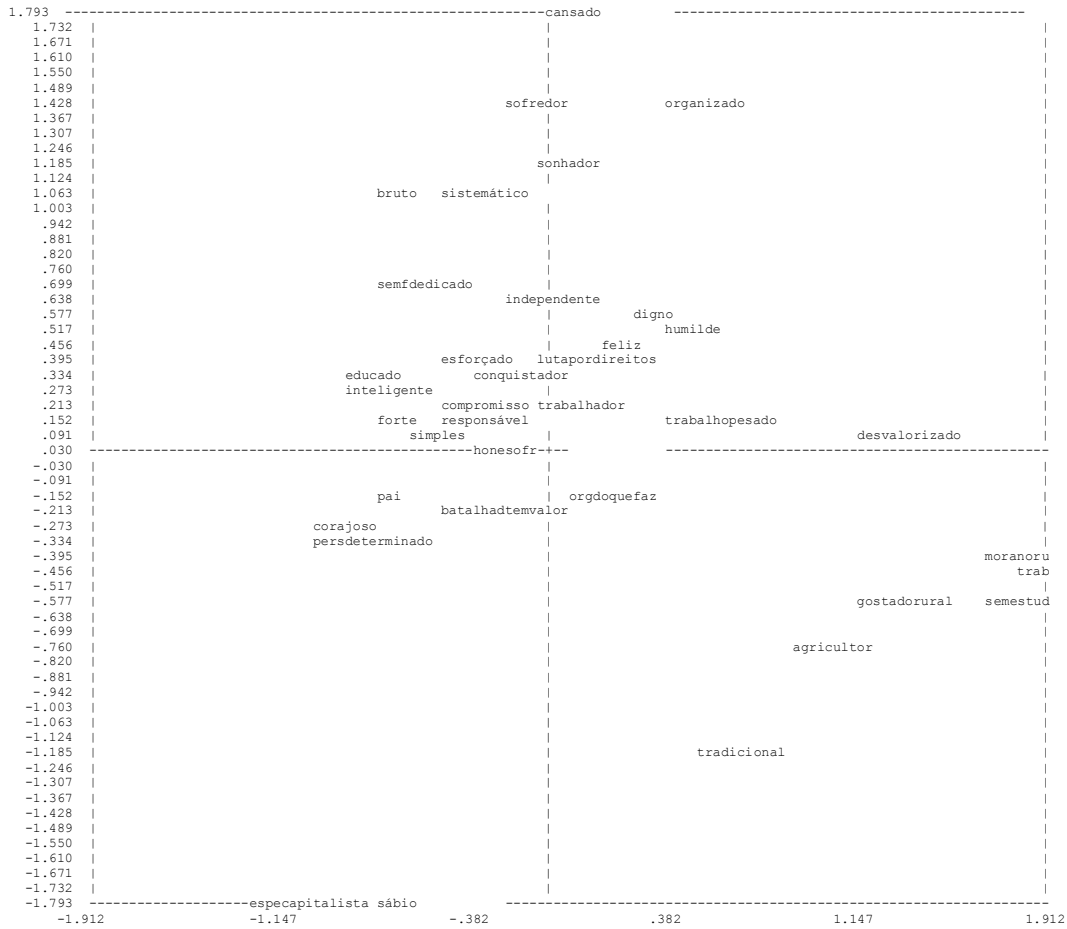
Por sua vez, o fator 4, nomeado *Desvalorização da mulher do campo vs. Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural*, apresenta no polo inferior (*Desvalorização da mulher do campo*) os termos *preconceito* (c.a.=27.0), *independente* (c.a.=14.5), *sofrida* (c.a.=14.0), *feliz* (c.a.=7.6) e *valor* (c.a.=4.6), que se referem à mulher do campo que sofre em alguns aspectos, mas que ainda assim é feliz. Ainda no fator 4, observa-se no polo superior (*Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural*) os termos: *agricultora* (c.a.=7.0) e *companheira* (c.a.=3.4), que se referem ao trabalho executado na propriedade rural.

Análise do campo representacional de homem rural

Para identificar os elementos mais expressivos à composição dos fatores¹⁵, assume-se c.a. (contributo absoluto) $\geq 100/\text{número de elementos totais}$. Considerando que o campo semântico do objeto de representação foi constituído por 46 termos diferentes, têm-se valores maiores ou iguais a 2.1 como significativos.

Na Figura 2, a seguir, apresentamos o plano fatorial derivado do cruzamento dos Fatores 1 e 2, relacionados ao campo representacional de *homem rural*.

¹⁵ Foi selecionada a análise referente ao cruzamento dos fatores 1 e 2 em função de sua maior consistência.



Fator 1: Empreendedorismo rural vs. Agricultura como modo de vida

Figura 2. Plano fatorial relativo ao campo representacional de *homem rural*

O fator 1, *Empreendedorismo rural vs. Agricultura como modo de vida*, apresenta, no polo esquerdo (*Empreendedorismo rural*), como mais significativos, os termos: *esperançoso* (c.a.=4.7), *capitalista* (c.a.=4.4), *criativo* (c.a.=3.4), *forte* (c.a.=3.7) e *batalhador* (c.a.=2.6), sendo a maior parte dos elementos empregados com sentido positivo. Em contraposição ao polo esquerdo, tem-se o polo direito (*Agricultura como modo de vida*), que congrega os elementos *trabalha na roça* (c.a.=23.9), *mora no rural* (c.a.=14.2), *agricultor* (c.a.=10.0), *sem estudo* (c.a.=6.4), *gosta do rural* (c.a.=5.8) e *desvalorizado* (c.a.=2.8), que associam o trabalho rural a algo que não tem valor.

O segundo fator, nomeado *Avaliação positiva: apostas na vida no campo vs. Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo*, apresenta no polo inferior (*Avaliação positiva: apostas na vida no campo*) os elementos: *capitalista* (c.a.=15.9), *esperançoso* (c.a.=13.2), *sábio* (c.a.=11.6), *criativo* (c.a.= 10.8), *agricultor* (c.a.=7.2), *dedicado* (c.a.=2.9) e *tradicional* (c.a.=2.8), que em sua maioria são elementos positivos atribuídos ao homem do campo. Já no polo superior (*Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo*) encontram-se os elementos significativos *cansado* (c.a.=6.5), *sofredor* (c.a.=4.8), *sonhador* (c.a.=3.1) e *organizado* (c.a.=2.6), tendo a maioria dos termos valoração negativa.

Análise dos processos de ancoragem das representações sociais de *mulher rural* e *homem rural*

A terceira hipótese no estudo das representações, segundo o paradigma das três fases, assume que as representações sociais são caracterizadas pelas ancoragens das tomadas de posição (Clémence, Doise & Lorenzi-Cioldi, 1994). Nesta fase, investiga-se as ancoragens psicológica, sociológica e psicossocial.

Para a investigação das ancoragens, optou-se pelas seguintes variáveis, de acordo com cada modalidade desse processo: 1) *ancoragem psicológica*, evidenciada por meio da formação dos *clusters*, formados por sujeitos aglutinados conforme os elementos mais característicos das representações de *mulher rural* e *homem rural*; 2) *ancoragem sociológica*, investigada por meio da projeção, no plano fatorial de *mulher rural* e *homem rural*, das variáveis suplementares sexo (masculino/feminino) e território (norte/sul); e a 3) *ancoragem psicossocial*, analisada (i) por meio das representações sociais vinculadas à *mulher da cidade*, *homem da cidade* e *homem rural* a partir da projeção dos *clusters* referentes a essas dimensões no plano fatorial das representações sociais de *mulher rural*; e (ii) por meio das representações sociais vinculadas ao *homem*

da cidade, mulher da cidade e mulher rural projetados no campo representacional de *homem rural*.

Ancoragem psicológica

Nesta modalidade, serão apresentados os *clusters* formados por sujeitos agrupados conforme os elementos mais característicos das representações de *mulher rural* e *homem rural*, objetos sociais focalizados no presente estudo.

Ancoragem psicológica de mulher rural

Associados às representações de *mulher rural*, foram encontrados cinco *clusters* (ver Tabela 3), denominados de *batalhadora, sofrida, camponesa, pomerana e da roça*. Esses conjuntos de significação representados pelos *clusters* podem ser considerados representações sociais específicas de *mulher rural*, de acordo com cada agrupamento dos sujeitos da representação (Berti, Pivetti & Melotti, 2008).

Tabela 3. *Composição de clusters: representações sociais de mulher rural com elementos mais frequentes*

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>	<i>Cluster 5</i>
Batalhadora	Sofrida	Camponesa	Pomerana	Da roça
Esforçada	Preconceito	Agricultora	Bonita	Sem estudo
Responsável	Sofrida	Mora na roça	Pomerana	Roça
Corajosa	Independente	Trabalho pesado		
Trabalhadora		Camponesa		
		Dona de casa		

V-test $\geq |2|$

O *cluster* 1 foi constituído por 158 participantes, e teve 31 palavras distintas evocadas 689 vezes, com média de evocação de 4.4 por participante. Este *cluster* concentra a maioria dos sujeitos e congrega significados relacionados às lutas da mulher do campo, por este motivo foi nomeado de *batalhadora* (Fator 3: Test-V= -16.2; Fator 4: Test-V=5.2).

O segundo *cluster* agrupa 27 indivíduos, com 20 palavras distintas evocadas 129 vezes, com média de evocação de 4.8 por participante. Tal grupo evidencia, através

das categorias mais frequentes, os sofrimentos pelos quais a mulher do campo passa, sendo, então, chamado de *sofrida* (Fator 3: Test-V= 8.0 ; Fator 4: Test-V=-21.4).

O *cluster* 3 possui 58 sujeitos, e teve 21 palavras distintas evocadas 234 vezes, com média de evocação de 4.0 por participante. O referido grupo foi nomeado de *camponesa* (Fator 3: Test-V=11.7 ; Fator 4: Test-V=9.7), uma vez que faz referência aos aspectos da vida da mulher rural relacionados à agricultura.

O *cluster* 4 foi composto por 9 sujeitos, e teve 9 palavras distintas evocadas 41 vezes e com média de evocação de 4.6 por sujeito. Tal grupo enfatizou a mulher pomerana, sendo, então, chamado de *pomerana* (Fator 3: Test-V= 15.8; Fator 4: Test-V=5.3).

Por fim, o *cluster* 5 foi composto por 12 pessoas e teve 15 palavras distintas evocadas 49 vezes, com média de evocação de 4.1 por participante. Tal *cluster* foi nomeado *da roça*, já que congrega elementos que evidenciam essa dimensão (Fator 3: Test-V= -11.5; Fator 4: Test-V=-3.2).

Na Tabela 4, pode-se visualizar a projeção das representações sociais de *mulher rural* no plano fatorial de *mulher rural*.

Tabela 4. *Projeção das representações sociais de mulher rural no plano fatorial de mulher rural*

	Fator 3		Fator 4	
	Empoderamento da mulher rural (polo esquerdo)	Virtudes da mulher rural (polo direito)	Desvalorização da mulher do campo (polo inferior)	Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural (polo superior)
Sexo	Feminino	Masculino		
Território			Norte	Sul
Representações sociais de <i>mulher rural</i>	<i>Cluster 1 – Batalhadora</i> <i>Cluster 5 – Da roça</i>	<i>Cluster 2 – Sofrida</i> <i>Cluster 3 – Camponesa</i> <i>Cluster 4 – Pomerana</i>	<i>Cluster 2 – Sofrida</i> <i>Cluster 5 – Da roça</i>	<i>Cluster 1 – Batalhadora</i> <i>Cluster 3 – Camponesa</i> <i>Cluster 4 – Pomerana</i>
Representações sociais de <i>homem rural</i>	<i>Cluster 2 – Batalhador</i> <i>Cluster 3 – Provedor</i> <i>Cluster 5 - empreendedor</i>	<i>Cluster 1 - Agricultor</i>	<i>Cluster 4 - Sofredor</i>	<i>Cluster 1 - Agricultor</i>
Representações sociais de <i>mulher da cidade</i>	<i>Cluster 2 – Privilegiada</i>		<i>Cluster 4 - Importante</i>	<i>Cluster 3 – Preguiçosa</i>
Representações sociais de <i>homem da cidade</i>	<i>Cluster 3 – Privilegiado</i>	<i>Cluster 1 – Batalhador</i> <i>Cluster 5 - Não agrícola</i>		

V-test $\geq |2|$

Ancoragem psicológica de homem rural

Associados às representações de *homem rural*, foram encontrados cinco *clusters* (ver Tabela 5), denominados de *agricultor*, *batalhador*, *provedor*, *sofredor* e *empreendedor*. Esses conjuntos de significação representados pelos *clusters* podem ser considerados representações sociais específicas de *homem rural*, de acordo com cada agrupamento dos sujeitos da representação (Berti, Pivetti & Melotti, 2008).

Tabela 5. *Composição de clusters: representações sociais de homem rural com elementos mais frequentes*

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>	<i>Cluster 5</i>
Agricultor	Batalhador	Provedor	Sofredor	Empreendedor
Agricultor	Esforçado	Sistemático	Sofredor	Esperançoso
Trabalha na roça	Forte	Bruto	Sonhador	Capitalista
Mora no rural	Honesto	Sustenta família	Cansado	Criativo
Gosta do rural	Responsável		Organizado	Sábio
Sem estudo	Dedicado			

V-test $\geq |2|$

O *cluster* 1 foi constituído por 61 participantes e teve 24 palavras distintas evocadas 229 vezes, com média de evocação de 3.8 por participante. Este *cluster* congrega significados relacionados à agricultura, por este motivo foi nomeado de *agricultor* (Fator 1: Test-V=22.8; Fator 2: Test-V=-10.5).

O segundo *cluster* agrega 150 participantes e teve 37 palavras distintas evocadas 643 vezes, com média de evocação de 4.3 por participante. Este *cluster* concentra a maioria dos sujeitos e se relaciona com características positivas do homem rural, sendo assim, o grupo foi nomeado de *batalhador* (Fator 1: Test-V=-12.8; Fator 2: Test-V=7.4).

O *cluster* 3 foi constituído por 20 sujeitos e teve 21 palavras distintas evocadas 89 vezes, com média de evocação de 4.4 por participante. O referido *cluster* foi nomeado de *provedor* (Fator 1: Test-V= -1.8; Fator 2: Test-V= 6.5) pois contém elementos que caracterizam o camponês como bruto e sistemático.

O quarto *cluster* foi composto por 21 participantes e teve 18 palavras distintas evocadas 95 vezes, com média de evocação de 4.5 por participante. Este grupo está associado aos sofrimentos que o homem rural enfrenta, deste modo, foi nomeado de *sufredor* (Fator 1: Test-V=0.9; Fator 2: Test-V=11.2).

O quinto e último *cluster* agregou 12 sujeitos e teve 15 palavras distintas que foram evocadas 56 vezes, com média de evocação de 4.7 por participante. Tal *cluster* foi nomeado *empreendedor* (Fator 1: Test-V=-11.7; Fator 2: Test-V=-18.1), uma vez que seus elementos caracterizam o camponês como criativo e capitalista, por exemplo.

Na Tabela 6, pode-se visualizar a projeção das representações sociais de *homem rural* no plano fatorial de *homem rural*.

Tabela 6. *Projeção das representações sociais de homem rural no plano fatorial de homem rural*

	Fator 1		Fator 2	
	Empreendedorismo rural (polo esquerdo)	Agricultura como modo de vida (polo direito)	Avaliação positiva: apostas na vida no campo (polo inferior)	Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo (polo superior)
Território	Sul	Norte	Norte	Sul
Representações sociais de <i>homem rural</i>	<i>Cluster 2 – Batalhador</i> <i>Cluster 5 –</i> <i>empreendedor</i>	<i>Cluster 1 - Agricultor</i>	<i>Cluster 1 -</i> <i>Agricultor</i> <i>Cluster 5 –</i> <i>empreendedor</i>	<i>Cluster 2 –</i> <i>Batalhador</i> <i>Cluster 3 – Provedor</i> <i>Cluster 4 - Sofredor</i>
Representações sociais de <i>mulher rural</i>	<i>Cluster 1 – Batalhadora</i>	<i>Cluster 2 – Sofrida</i> <i>Cluster 3 – Camponesa</i> <i>Cluster 5 – Da roça</i>	<i>Cluster 3 –</i> <i>Camponesa</i> <i>Cluster 5 – Da roça</i>	<i>Cluster 2 – Sofrida</i>
Representações sociais de <i>mulher da</i> <i>cidade</i>	<i>Cluster 1 - Batalhadora</i> <i>Cluster 3 – Preguiçosa</i>	<i>Cluster 2 – Privilegiada</i>	<i>Cluster 3 –</i> <i>Preguiçosa</i>	<i>Cluster 1 -</i> <i>Batalhadora</i> <i>Cluster 4 - Importante</i>
Representações sociais de <i>homem da</i> <i>cidade</i>	<i>Cluster 4 – Capitalista</i>	<i>Cluster 3 - Privilegiado</i> <i>Cluster 5 - Não agrícola</i>	<i>Cluster 3 -</i> <i>Privilegiado</i> <i>Cluster 4 –</i> <i>Capitalista</i>	<i>Cluster 1 –</i> <i>Batalhador</i> <i>Cluster 2 -</i> <i>Preguiçoso</i>

V-test $\geq |2|$

Ancoragem social

Os significados ilustrados nos campos compartilhados de *mulher rural* e *homem rural* refletem, possivelmente, os grupos de inserção dos sujeitos (Doise, 2002). Sendo assim, as variáveis escolhidas para a investigação da ancoragem social foram *sexo* (masculino e feminino) e *território* (norte e sul).

Ancoragem social de mulher rural

No plano fatorial relativo ao campo representacional de *mulher rural* (ver Tabela 4), pode-se observar a projeção das variáveis *sexo* e *território*. Além disso, é importante ressaltar que se considerou como variável significativa a esta análise aquela com valor maior que $|2|$.

Tendo em vista o fator 3, *Empoderamento da mulher rural* (polo esquerdo) vs. *Virtudes da mulher rural* (polo direito), observa-se que o *sexo feminino* (Fator 3: Test-V= -3.0) corrobora com a elaboração do polo esquerdo e o *sexo masculino* (Fator 3: Test-V= 3.0) com o polo direito.

Por sua vez, o fator 4, nomeado *Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural* (polo superior) vs. *Desvalorização da mulher do campo* (polo inferior), tem o *território norte* contribuindo para o polo inferior (Fator 4: Test-V= -5.9) e o *território sul* associado ao polo superior (Fator 4: Test-V= 5.9).

Ancoragem social de homem rural

No plano fatorial relativo ao campo representacional de *homem rural* (ver Tabela 6), pode-se observar a projeção das variáveis, sendo importante ressaltar que se considerou como variável significativa a esta análise aquela com valor maior que |2|.

Tendo em vista o fator 1, *Empreendedorismo rural* (polo esquerdo) vs. *Agricultura como modo de vida* (polo direito), observa-se que o *território sul* (Fator 1: Test-V= -4.2) contribui para a formulação do polo esquerdo e *território norte* (Fator 1: Test-V= 4.2) com o polo direito.

Por sua vez, o fator 2, nomeado *Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo* (polo superior) vs. *Avaliação positiva: apostas na vida no campo* (polo inferior), tem o *território norte* contribuindo para o polo inferior (Fator 4: Test-V= -3.4) e o *território sul* associado ao polo superior (Fator 4: Test-V= 3.4).

Ancoragem psicossocial

Neste estudo, foram investigadas as ancoragens psicossociais através das seguintes variáveis: 1) representações sociais vinculadas ao *homem rural*, ao *homem da cidade* e à *mulher da cidade*, por meio da projeção dos *clusters* referentes a essas dimensões no plano fatorial das representações sociais de *mulher rural*; 2) representações sociais relacionadas à *mulher rural*, ao *homem da cidade*, e à *mulher da cidade*, por meio da projeção dos *clusters* referentes a essas dimensões no plano fatorial das representações sociais de *homem rural*. A seguir, serão apresentados os grupos de sujeitos em função das representações sociais de homem da cidade e mulher da cidade,

e, na sequência, a análise dos campos representacionais dos objetos sociais focalizados nesse estudo (homem rural e mulher rural).

Análise de cluster dos objetos homem da cidade e mulher da cidade

Quanto à composição dos *clusters* relacionados ao *homem da cidade*, produziu-se o total de 979 termos, tendo sido adotada como limite de corte para redução do banco de dados a frequência maior ou igual a 6 ($f \geq 6$). Deste modo, 31 elementos fizeram parte do *corpus* de dados associados ao *homem da cidade*.

Objetivando conhecer as diferentes tomadas de posição relacionadas ao *homem da cidade*, identificou-se a formação de *clusters* de indivíduos frente ao conteúdo valorativo, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7. *Composição de clusters: representações sociais de homem da cidade com elementos mais frequentes*

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>	<i>Cluster 5</i>
Batalhador	Preguiçoso	Privilegiado	Capitalista	Não agrícola
Trabalhador	Preguiçoso	Menos esforço	Individualista	Não agrícola
Esforado	Fresco	Emprego	Capitalista	Reside cidade
Empresário	Julga ser superior	Mais estudo		
	Drogas	Assalariado		
	Malandro	Empresa		
	Preconceituoso	Salário bom		
	Ignorante	Oportunidades		
	Playboy	Sustenta família		
	Metido			

V-test $\geq |2|$

Quanto à composição de *clusters* relacionados à *mulher da cidade*, produziu-se o total de 1106 termos, tendo sido adotada como limite de corte para redução do banco de dados a frequência maior ou igual a 6 ($f \geq 6$). Deste modo, 30 elementos fizeram parte do *corpus* de dados associados à *mulher da cidade*.

Com o intuito de conhecer as tomadas de posição relacionadas à *mulher da cidade*, identificou-se a formação de *clusters* de indivíduos frente ao conteúdo valorativo, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8. *Composição de clusters: representações sociais de mulher da cidade com elementos mais frequentes*

<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	<i>Cluster 4</i>
Batalhadora	Privilegiada	Preguiçosa	Importante
Inteligente	Estudo	Fresca	Importante
Trabalhadora	Rica	Não agrícola	Direitos
Bonita	Emprego	Vaidosa	Orgulhosa
Esforçada	Oportunidade	Patricinha	Acomodada
Dona de casa	Conforto	Metida	
Dedicada	Melhores condições	Preguiçosa	
Educada		Preconceituosa	
Empregada		Medrosa	
Batalhadora		Descompromisso	

V-test $\geq |2|$

Análise do campo representacional de mulher rural

É apresentada, a seguir, a influência de cada *cluster* na elaboração do campo representacional de *mulher rural*.

No tocante ao fator 3, *Empoderamento da mulher rural* (polo esquerdo) vs. *Virtudes da mulher rural* (polo direito), observa-se que os *clusters batalhador* (Fator 3: Test-V=-2.2), *provedor* (Fator 3: Test-V=-2.4) e *empreendedor* (Fator 3: Test-V=-2.1) reforçam o polo esquerdo, enquanto o *cluster agricultor* (Fator 3: Test-V=4.1) reforça o polo direito. Por sua vez, no fator 4, nomeado *Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural* (polo superior) vs. *Desvalorização da mulher do campo* (polo inferior), observa-se que o *cluster agricultor* (Fator 4: Test-V=2.3) corrobora com o polo superior, e que o *cluster sofredor* (Fator 4: Test-V=-5.7) contribui com o polo inferior.

Através da projeção dos *clusters* de *homem da cidade* no plano fatorial de *mulher rural* (ver Tabela 4), foi possível verificar a contribuição dos *clusters* na constituição do campo representacional de *mulher rural*. No que é relativo ao fator 3, *Empoderamento da mulher rural* (polo esquerdo) vs. *Virtudes da mulher rural* (polo direito), constata-se que o *cluster privilegiado* (Fator 3: Test-V= -6.0) contribuiu com o polo esquerdo, enquanto os *clusters batalhador* (Fator 3: Test-V= 3.4) e *não agrícola*

(Fator 3: Test-V=3.8) foram importantes para a constituição do polo direito. Com relação ao fator 4, nomeado *Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural* (polo superior) vs. *Desvalorização da mulher do campo* (polo inferior), nenhum dos *clusters* de *homem da cidade* foi importante à sua constituição.

Através da projeção dos *clusters* de *mulher da cidade* no plano fatorial de *mulher rural* (ver Tabela 3), foi possível verificar a contribuição dos *clusters* na constituição do campo representacional de *mulher rural*. No que é referente ao fator 3, *Empoderamento da mulher rural* (polo esquerdo) vs. *Virtudes da mulher rural* (polo direito), é possível averiguar que o *cluster privilegiada* (Fator 3: Test-V=-3.9) contribuiu com o polo esquerdo.

Com relação ao fator 4, nomeado *Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural* (polo superior) vs. *Desvalorização da mulher do campo* (polo inferior), o *cluster preguiçosa* (Fator 4: Test-V=2.5) colaborou para a constituição do polo superior e o *cluster importante* (Fator 4: Test-V=-2.5) para a constituição do polo inferior.

Análise do campo representacional de homem rural

Os *clusters* relativos ao objeto *mulher rural* já foram apresentados (ver Tabela 3), desta forma, serão apresentados, a seguir, a influência de cada *cluster* na elaboração do campo representacional de *homem rural*.

Considerando o fator 1, *Empreendedorismo rural* (polo esquerdo) vs. *Agricultura como modo de vida* (polo direito), nota-se que o *cluster batalhadora* (Fator 1: Test-V=-14.5) reforça o polo esquerdo, enquanto os *clusters sofrida* (Fator 1: Test-V=3.1), *camponesa* (Fator 1: Test-V=10.8) e *da roça* (Fator 1: Test-V=10.2) contribuem para o polo direito.

No que é concernente ao fator 2, nomeado *Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo* (polo superior) vs. *Avaliação positiva: apostas na vida no campo* (polo inferior), é possível observar que o *cluster sofrida* (Fator 2: Test-V=4.6) corrobora com o polo superior, e que os *clusters camponesa* (Fator 2: Test-V=-3.4) e *da roça* (Fator 2: Test-V=-3.5) colaboram na constituição do polo inferior.

A partir dos *clusters* de *homem da cidade*, já apresentados na Tabela 7, será descrita, a seguir, a influência de cada *cluster* na composição do campo representacional de *homem rural*.

Tendo em vista o fator 1, *Empreendedorismo rural* (polo esquerdo) vs. *Agricultura como modo de vida* (polo direito), observa-se que o *cluster capitalista* (Fator 1: Test-V=-6.9) reforça o polo esquerdo, enquanto os *clusters privilegiado* (Fator 1: Test-V=5.5) e *não agrícola* (Fator 1: Test-V=4.1) contribuem para o polo direito.

Com relação ao fator 2, nomeado *Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo* (polo superior) vs. *Avaliação positiva: apostas na vida no campo* (polo inferior), nota-se que os *clusters batalhador* (Fator 2: Test-V=3.8) e *preguiçoso* (Fator 2: Test-V=4.1) corroboram com o polo superior, e que os *clusters privilegiado* (Fator 2: Test-V=-2.1) e *capitalista* (Fator 2: Test-V=-15.6) colaboram para a constituição do polo inferior.

A seguir, apresentaremos como cada *cluster* de *mulher da cidade* (ver Tabela 8) influenciou na elaboração do campo representacional de *homem rural*.

Observando-se o fator 1, *Empreendedorismo rural* (polo esquerdo) vs. *Agricultura como modo de vida* (polo direito), é possível constatar que os *clusters batalhadora* (Fator 1: Test-V=-2.0) e *preguiçosa* (Fator 1: Test-V=-2.2) reforçam o polo esquerdo, enquanto o *cluster privilegiada* (Fator 1: Test-V=6.1) corrobora para o polo direito.

No tocante ao fator 2, nomeado *Avaliação negativa: desânimo e sofrimento na vida no campo* (polo superior) vs. *Avaliação positiva: apostas na vida no campo* (polo inferior), nota-se que os *clusters batalhadora* (Fator 2: Test-V=3.3) e *importante* (Fator 2: Test-V=2.4) corroboram com o polo superior, e que o *cluster preguiçosa* (Fator 2: Test-V=-3.9) colabora para a constituição do polo inferior.

DISCUSSÃO

Cada grupo social, com suas características próprias, acaba por construir as imagens de seu mundo, ou seja, suas representações sociais (Doise, 2002). Deste modo, qualquer empreendimento psicossocial de um grupo, por meio de suas representações sociais, marca suas diferenças e constrói seus significados (Deschamps & Moliner, 2009; Moscovici, 1961, 1978, 2003, 2005). Este estudo buscou, nesta direção, investigar as representações sociais de gênero e território entre jovens rurais do estado do Espírito Santo. A investigação objetivou conhecer os princípios organizadores das representações sociais (Doise, 1989, 2002; Doise, Clémence, & Lorenzi-Cioldi, 1995; Doise, Deschamps, & Mugny, 1980), que constituem dimensões elementares acerca dos referidos objetos sociais, a saber, constituintes da elaboração da identidade social a partir do gênero e do território.

Os resultados permitem identificar, assim como a análise dos processos de ancoragem, três eixos de significados segundo os princípios organizadores das representações sociais: 1) A dissolução da comparação social por meio da categoria gênero em favor da categoria rural quando da ancoragem psicológica e da análise do compartilhamento de crenças; 2) A territorialização dos princípios organizadores das representações sociais como estratégia para as diferenças de posicionamento grupais; e 3) A comparação campo-cidade como dinâmica motriz às definições exogrúpicas mais do que as questões relativas ao gênero.

No eixo referente à dissolução do gênero em favor da categoria rural, os resultados corroboram com a perspectiva de Bonomo *et al.* (2013, p.115) quando afirma que ocorre em sua pesquisa “a dissolução do posicionamento dos indivíduos a partir dos grupos masculino e feminino em favor da categoria rural”. Tal perspectiva pode ser visualizada igualmente pelo compartilhamento de crenças nas representações sociais de *mulher rural* e *homem rural*, segundo os próprios sujeitos, e ratificado pela ancoragem psicológica, em que as marcas mais importantes das representações sociais acabam por se constituir a partir da proteção endogrupal dos aspectos positivos do grupo, bem como pelo fato de se identificarem como agricultores.

Os valores *batalhador/batalhadora*, *esforçado/esforçada*, *simples*, *trabalhador/trabalhadora*, *agricultor/agricultora*, e mesmo o reconhecimento dos aspectos de desvalorização pelos predicados representacionais de *sofredor/sofredora* são nucleares na avaliação dos campos representacionais. Não há, portanto, uma cisão significativa entre os gêneros, uma vez que estes estariam unidos pelos mesmos elementos representacionais associados à ruralidade, o que reforça a tese de Bonomo *et al.* (2013) da dissolução do gênero em favor da categoria rural. Ocasionalmente, o que se percebe são os papéis sociais marcados pelos afazeres em que o homem aparece como provedor da casa, enquanto a mulher se habilita aos trabalhos domésticos (Scott & Cordeiro, 2013; Siliprandi, 2004; Venturi & Godinho, 2013).

No segundo eixo, por sua vez, atentou-se para a análise da ancoragem sociológica. Quando do objeto *mulher rural*, percebe-se que as categorias de gênero contribuem para a elucidação dos princípios organizadores dessa representação social. Os dados apontam que as mulheres rurais se representam de modo mais significativo pelo *cluster batalhadora*, afirmando-se por meio de significados que valorizam a mulher do campo. Quando o objeto, no entanto, é o homem rural, não é possível

visualizar igual disposição dos princípios organizadores. O que fica claro, tanto para o objeto *mulher rural* quanto para o *homem rural*, é que os princípios organizadores das representações sociais estariam mais ajustados à territorialidade e não ao gênero.

A região *norte*, quando dos princípios organizadores das representações sociais da *mulher rural*, ajuíza-se à visão negativa do feminino campesino, em que o polo da *imagem ambígua* e os *clusters* de *sofrida* e *da roça* são mais característicos. Por outro lado, a região *sul* ajusta-se na composição dos princípios ao polo das *Reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora rural* e aos *clusters* *batalhadora*, *camponesa* e *pomerana*, ou seja, as representações sociais do sul se mostram mais positivas. É possível compreender, desta maneira, diferenças marcantes na composição da ancoragem sociológica territorializada, cabíveis de interpretação a partir da ligação da mulher rural do sul ao comprometimento identitário à comunidade agrária dos pomeranos, por exemplo, ou ainda, à economia do tipo agricultura familiar, mais característico da região.

A construção dos princípios organizadores das representações sociais do objeto *homem rural* na ancoragem sociológica se mostra mais controversa, uma vez que o norte apresenta aproximação aos polos de desvalorização e ao mesmo tempo de imagem positiva, enquanto que no sul a aproximação se dá com o polo *Empreendedorismo rural* e da *imagem negativa*. Quando trazemos os *clusters* representacionais ao cenário dos princípios organizadores, o que se percebe, no entanto, é um norte mais associado à imagem do homem agricultor e empreendedor, próprio do agronegócio, e o sul com o *cluster* *batalhador*, que ressalta as lutas do homem rural. Todavia, não é possível avaliar que o norte possua representações mais negativas e o sul mais positivas, mas é notável a importância da territorialização na disposição dos princípios organizadores da ancoragem social.

Por fim, o último eixo denota que para a ancoragem psicossocial a comparação campo-cidade se mostra mais potente nas definições exgrupais do que propriamente às questões referentes ao gênero. A comparação social, de acordo com Tajfel (1981), resulta da necessidade do indivíduo de comparar-se a outros grupos com o intuito de reafirmar suas opiniões e vinculações grupais, e é neste processo que os grupos percebem-se com valoração negativa ou positiva (Hogg & Abrams, 1999; Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004). Com relação a este conceito, Vala e Lima (2002) avaliam que a percepção das semelhanças e não das diferenças grupais pode ameaçar a identidade social dos indivíduos, podendo facilitar a discriminação entre os grupos, processo que pode ser verificado por meio da distintividade positiva em favor do próprio grupo.

Todavia, quando nos deparamos com a composição das características da mulher rural que se utiliza tanto do *cluster privilegiado* (referente a homem rural), quanto das vantagens da mulher urbana (*cluster privilegiada*), para sua composição, fica clara que não se tratam dos vieses de gênero que estabelecem as representações de identidade, mas sim a estratégia da comparação social campo-cidade.

O mesmo se dá quando analisamos os princípios organizadores para o homem rural na ancoragem psicossocial, uma vez que existe uma dispersão relativamente acentuada dos *clusters*.

Não se descarta os elementos que podem denotar certa competição social entre os mesmos gêneros, quando da participação da *Desvalorização da mulher do campo* estar associada ao *cluster importante* de mulher urbana, ou ainda, da *desvalorização do homem rural* ser associada às vantagens do homem urbano (*cluster privilegiado*). Entretanto salienta-se que a comparação social campo-cidade se apresenta mais forte que a competição social. Neste contexto, a competição social (Vala & Monteiro, 2013)

se caracteriza quando são arquitetadas alternativas cognitivas com relação à assimetria intergrupal, isto é, ações coletivas de confronto podem ser direcionadas ao grupo de *status* superior com o intuito de reforçar o valor do endogrupo.

Compreendemos que as questões relativas ao gênero são importantes para a construção das representações sociais relativas à identidade social rural, todavia, fica evidente que as marcas da própria ruralidade, da comparação social campo-cidade, e mesmo da territorialidade, são elementos mais fortemente presentes para o entendimento dos princípios organizadores das representações sociais da identidade social rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. Em S.Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Berti, C., Pivetti, M., & Melotti, G. (2008). Dal “public understanding of science” allo “scientific understanding of public”: rappresentazioni sociali del progetto genoma umano. *Psicologia sociale*, 2, 283-306.
- Bonomo, M., Souza, L., Melotti, G., & Palmonari, A. (2013). Princípios organizadores das representações de rural e cidade. *Sociedade e Estado*, 28(1), 91-118.
- Clémence, A., Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1994). Prises de position et principes organisateurs de représentations sociales. Em C. Guimelli (Org.), *Texte de base em sciences sociales. Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 73 – 84). Paris: Delachaux et Niestlé.

- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Doise, W. (1989). *Livelli di spiegazione in psicologia sociale*. Milano: Giuffrè editore.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1995). *Rappresentazioni sociali e analisi dei dati*. Bologna: Il Mulino.
- Doise, W., Deschamps, J., & Mugny, G. (1980). *Psicologia social experimental*. Lisboa: Moraes Editores.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- Hogg, M. A., Abrams, D., Otten, S. & Hinkle, S. (2004). The social identity perspective: intergroup relations, self-conception, and small groups. *Small Group Research*, 35(3), 246-276.
- Lowe, R. D. (2012). Temporality and identity: the role of time in the representation of social identities at political demonstrations. *Papers on Social Representations*, 21, 14.1-14.29.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public. Étude sur a représentation sociale de la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moscovici, S. (2005). *Le rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.

- Scott, R. P., & Cordeiro, R. (2013). Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. In G. Venturi, & T. Godinho (Orgs.), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado – uma década de mudanças na opinião pública* (pp. 129 -139). São Paulo: Edições Sesc SP.
- Siliprandi, E. (2004). Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: Venturi, Gustavo, Recaman, Marisol e Oliveira, Sueli (Org). (2004). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vala, J., & Lima, M. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação, cultural e racismo. *Análise Social*, 37(162), 181-207.
- Vala, J., & Monteiro, M. B. (2013). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Venturi, G.; Godinho, T. (Orgs.). (2013). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

ESTUDO 4

RELAÇÕES DE GÊNERO E ENRAIZAMENTO DE JOVENS CAMPONESES NO ESPAÇO RURAL: UMA ANÁLISE APLICADA AO CONTEXTO ESPÍRITO-SANTENSE

Neste estudo, foram realizadas entrevistas individuais e em profundidade com 20 homens e 20 mulheres, casados e com idades entre 16 e 29 anos, moradores de áreas rurais do estado do Espírito Santo. O objetivo dessa investigação consistiu em analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre jovens camponeses no espaço rural.

A partir dos resultados encontrados no Estudo 1, foram selecionados os 2 municípios com maiores índices de masculinização (Boa Esperança e São José do Calçado) e os 2 municípios com maiores índices de feminização (Mantenópolis e Piúma) do campo para desenvolvimento deste estudo. Informamos que não foi utilizado o critério geográfico para seleção dos territórios, sendo a presença de um município do norte (Boa Esperança e Mantenópolis) e um do sul (São José do Calçado e Piúma) do estado em cada modalidade investigada resultado do próprio fenômeno. É importante ressaltar que estes territórios são caracterizados pela agricultura familiar, sendo possível observar, nos quatro contextos visitados, a vida em comunidade como dimensão central, na qual existe a convivência entre as famílias locais e o sentimento de pertença (Bonomo & Souza, 2010).

RESULTADOS

Os resultados foram apresentados em duas seções, segundo a análise dos dados efetuada: (i) a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que tem por objetivo o tratamento dos dados fornecendo os contextos textuais que são caracterizados pelo seu

vocabulário, e também segmentos de texto que compartilham esse vocabulário (Camargo, 2005), permitindo uma análise de conteúdo mais adequada à proposição metodológica; e (ii) a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que “permite verificar as relações entre as classes num plano gráfico, apontando, segundo a ‘localização’ dessas classes, a sua interação” (Nascimento & Menandro, 2006, p. 78).

Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

O *corpus* analisado pelo *software* ALCESTE foi subdividido pelo programa em 1630 UCE's, das quais 1278 (78,40%) foram analisadas. Tal percentual sugere consistência dos dados, pois, análises com mais de 70% de aproveitamento do *corpus* indicam boa coerência (Menandro, 2004). A seguir, será apresentado o dendrograma (Figura 1) correspondente ao *corpus* lexical das narrativas dos jovens rurais que constituíram núcleos familiares nos referidos municípios do estado do Espírito Santo.

A Figura 1 é composta pelas 20 palavras mais representativas de cada classe, isto é, as que possuem maior relevância semântica e alto índice de correlação (qui-quadrado). Por meio da CHD, o programa sugeriu a organização do *corpus* em quatro classes distribuídas em dois eixos: o primeiro eixo compreende a classe 1, com 372 UCE's (22,82% do *corpus* analisado) e se conecta ao segundo eixo, que contém 3 classes que correspondem às classes 2, 3 e 4 com, respectivamente, 562 UCE's (34,47% do *corpus* analisado), 242 UCE's (14,85% do *corpus* analisado) e 102 UCE's (6,26% do *corpus* analisado).

Como se pode observar na Figura 1, o eixo 1, *O cotidiano da vida no campo*, formado pela classe 1, abarca conteúdos relacionados à rotina do contexto rural e possui índice de proximidade praticamente nulo ($r=0,02$) em relação ao segundo eixo *Relações de Gênero e Resolução de problemas*, formado pelas classes 2, 3 e 4.

No segundo eixo, a classe 2 é composta por elementos que evidenciam as categorias homem e mulher rurais a partir das questões laborais, estando relacionada com as classes 3 e 4, com um índice de relação igual a 0,3. A classe 3, por sua vez, evidencia a preocupação dos sujeitos com o futuro, que buscam melhorias por meio da educação, tendo essa classe índice de relação muito próximo à classe 4 ($r = 0,72$), que apresenta elementos relacionados às dificuldades de se viver no meio rural e aos aspectos estruturais que precisam ser melhorados.

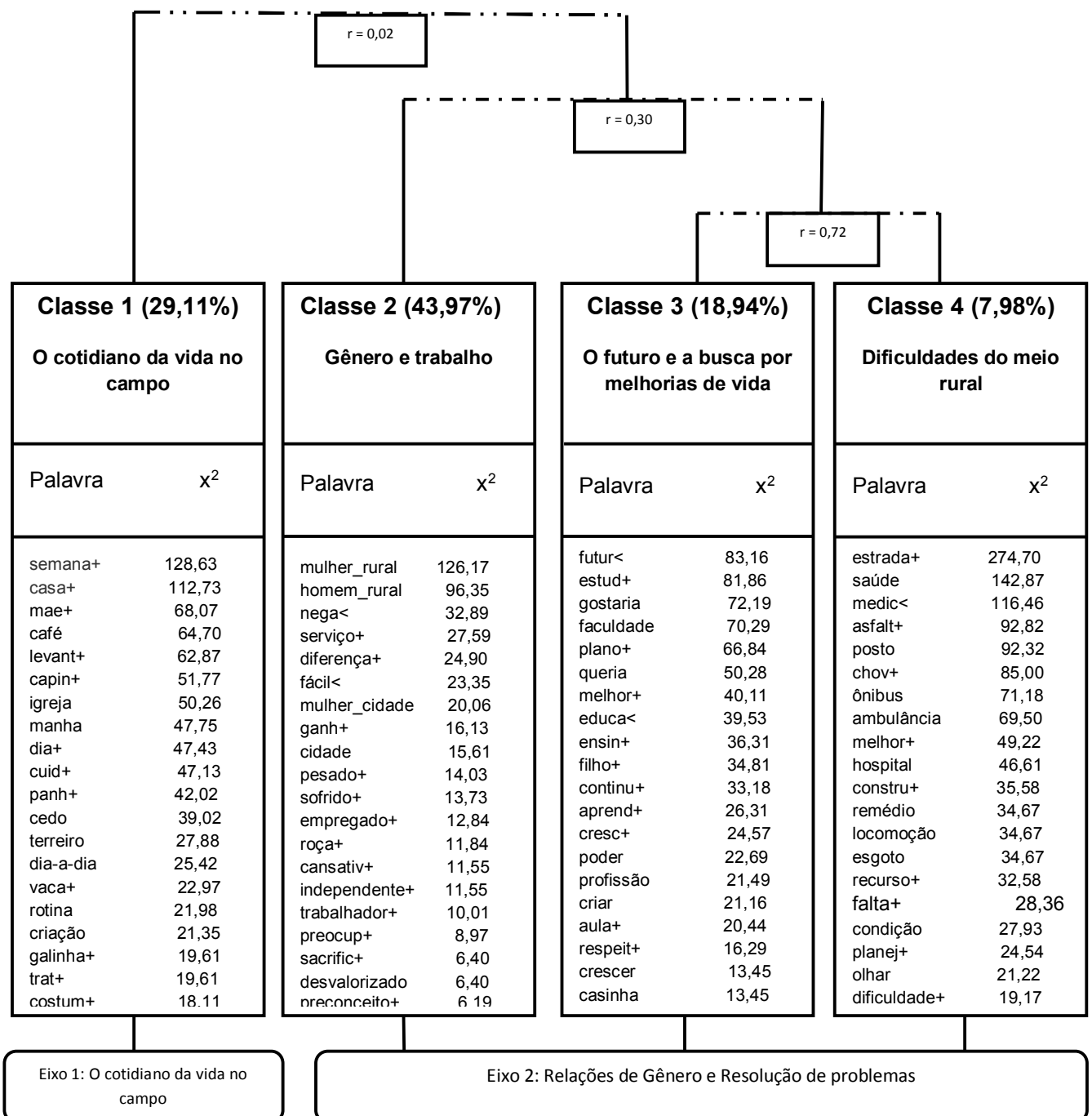


Figura 1. Dendrograma do *corpus* lexical das narrativas dos jovens rurais – Análise Hierárquica Descendente¹⁶

Eixo 1: O Cotidiano da vida no campo

O eixo 1 é composto pela classe 1, denominada *O cotidiano da vida no campo*, e teve 372 UCE's analisadas (29,11%). Tal classe contém elementos descritores da rotina no meio rural, sendo as palavras com maior qui-quadrado: *semana* ($x^2=128,63$), *casa* ($x^2= 112,73$), *mãe* ($x^2= 68,07$) e *café* ($x^2=64,70$).

O cotidiano da vida no campo é apresentado como algo tão costumeiro que o significado da vida parece situar-se entre capinar a roça de café e a criação dos animais: o *dia-a-dia* ($x^2 = 25,42$) na roça começa *cedo* ($x^2 = 39,02$), *diariamente* ($x^2 = 47,43$) ou *semanalmente* ($x^2 = 128,63$), é sempre a mesma *rotina* ($x^2 = 21,98$). Ainda de *manhã* ($x^2 = 47,75$) ao *levantar* ($x^2 = 62,87$), o *costume* ($x^2 = 18,11$) é *capinar* ($x^2 = 51,77$), *apanhar* ($x^2 = 42,02$) o *café* ($x^2 = 64,70$) e secá-lo no *terreiro* ($x^2 = 27,88$), bem como *cuidar* ($x^2 = 47,13$), ou *tratar* ($x^2 = 19,61$), das *criações* ($x^2 = 21,35$), especialmente *vacas* ($x^2= 22,97$) e *galinhas* ($x^2= 19,61$), enquanto a *mãe* ($x^2= 68,07$) trabalha em *casa* ($x^2 = 112,73$).

É possível observar que as atividades realizadas durante a semana se relacionam quase estritamente com o mundo do trabalho, sendo recorrente o discurso de acordar cedo e chegar tarde, após realizar as tarefas na lavoura, como pode ser percebido pela seguinte UCE:

de segunda a sexta, trabalho, segunda a sábado, eu trabalho, dia de sábado também. E, eu acordo faltando umas quinze pras seis... aí vou pro trabalho, chego em casa umas seis horas da noite. Aí, fico com minha família, e, final de

¹⁶ A análise do ALCESTE considera apenas a distribuição das *palavras com sentido* (como verbos, substantivos, adjetivos e advérbios), em suas formas reduzidas, isto é, sem as desinências gramaticais e/ou alguns sufixos. Exemplo: na forma reduzida analisada *filh+*, podem estar representadas as palavras *filho, filha, filhos, filhas, filhinho*, etc.

semana, eu sempre vou pra casa da minha mãe almoçar e volto pra casa de novo. (x²: 58; homem rural)

Os participantes descrevem o cotidiano de trabalho apresentando a dureza do trabalho no campo, ora nas lavouras de café, ora na criação dos animais.

A gente levanta, eu levanto geralmente às quatro e meia da manhã e trabalho o dia todo mexendo com criação, capinando, na lavoura mesmo. Final de semana é, geralmente, quase as mesmas coisas. (x²: 29; mulher rural)

No que se refere aos finais de semana, relatam a participação na igreja e o costume de ficar em casa junto à família, sem muitos programas de lazer.

à tarde, eu volto a tirar leite de novo. Aí, à noite, fico em casa mesmo. Final de semana é mais em casa, na igreja, de vez em quando tem alguma festinha... eu vou mais a esposa e só. (x²: 59; homem rural)

A divisão do trabalho apresenta-se fortemente relacionada ao gênero, uma vez que ao homem se apresenta o lugar público do trabalho na lavoura, marcando o patriarcado e o lugar de provedor, enquanto a mulher está associada ao labor doméstico, ou seja, ao universo privado. As UCE's a seguir, referentes às mulheres rurais, apresentam a rotina associada aos cuidados domésticos, ao preparo das refeições e ao cuidado com os filhos:

A outra nunca trabalhou em lugar nenhum, só mesmo em casa, aí, ela levantava muito cedo, fazia almoço e levava para roça. Quando dava meio dia, tinha que fazer o café e levar... dava três horas, era a janta, à tarde era outro café, ainda tinha aquele monte de filho pra estar olhando. (x²: 34; mulher rural)

eu trabalho bastante. Bem, eu levanto cedo, faço as marmitas, levo pra roça. Aí, de tarde, venho embora, cuido da casa e do meu filho. (x²: 34; mulher rural)

Eixo 2: Relações de Gênero e Resolução de Problemas

O eixo 2 é composto pelas classes 2, 3 e 4, descritas a seguir, e se refere às relações de gênero no meio rural estabelecidas pela divisão de trabalho, assim como às

dificuldades enfrentadas, às perspectivas de futuro e de melhoria de vida dos camponeses espírito-santenses.

A classe 2, *Gênero e trabalho*, teve 562 UCE's analisadas (43,97 %), o que a torna uma classe relevante, uma vez que concentra a maior quantidade de UCE's. As palavras representativas da classe com maior qui-quadrado são *mulher rural* ($x^2=126,17$), *homem rural* ($x^2=96,35$), *negativo* ($x^2=32,89$) e *serviço* ($x^2=27,59$).

O campo é representado como lugar de dificuldades e de dureza, mas estas seriam marcas tipicamente masculinas. O *homem rural* ($x^2=96,35$) estaria preparado para essa vida de *trabalhador* ($x^2=10,01$) na *roça* ($x^2=11,84$), cujo *serviço* ($x^2=27,59$), naturalmente *pesado* ($x^2=14,03$), *sofrido* ($x^2=13,73$), de *sacrifícios* ($x^2=6,40$), *cansativo* ($x^2=11,55$) e *preocupante* ($x^2=8,97$), é ainda *desvalorizado* ($x^2=6,40$) e repleto de *preconceitos* ($x^2=6,19$). Tem que ser ressaltado, no entanto, que o homem rural não realiza esse processo de negação do seu trabalho sem motivação, mas, pelo contrário, o faz como medida de proteção de sua identidade, buscando agregar *status* positivo a esta.

Essa estratégia identitária o protege, promovendo a autovalorização de seu grupo ante o homem da cidade, pois a representação social de *homem rural*, que parece mostrar-se com os dados, é daquele que suporta o sofrimento. O *homem rural* considera o trabalho na roça mais *independente* ($x^2 = 11,55$), mais livre. Por sua vez, o trabalho como *empregado* ($x^2 = 12,84$), de quem vive na *cidade* ($x^2 = 15,61$), até pode ser mais bem remunerado, com *ganhos* ($x^2 = 16,13$) financeiros, mas, segundo os respondentes, seria um aprisionamento.

Processo idêntico ocorre no que se refere à comparação com as *mulheres rurais* ($x^2 = 15,61$), vistas pelos homens rurais como realizando um trabalho mais *fácil* ($x^2 = 15,61$). O homem rural acaba, então, autovalorizando seu grupo, associando-o ao seu trabalho “mais sofrido” e “mais pesado” do que o do homem da cidade e do que o

trabalho feminino. É necessário ressaltar, no entanto, que os adjetivos em questão são negativos em relação às atividades laborais executadas; todavia, pode tratar-se de uma estratégia de autovalorização por ser relacionado como categoria comparativa ao trabalho urbano e feminino, à ideia de que o homem rural enfrenta as tortuosidades de seu labor com a força necessária.

A classe 2 tem como assunto principal, portanto, as diferenças e semelhanças entre o homem e a mulher do campo, e, assim como a classe 1, o mundo do trabalho se revela como espaço comum entre os gêneros, como pode ser observado na UCE:

ah, o homem do campo também... eu acho que é a mesma coisa que a mulher rural, né. Tem seu dinheiro, trabalha. Acho que é bom a pessoa trabalhar, ter seu dinheiro. Eu acho assim. (x²: 14; mulher rural)

Porque na roça um ajuda o outro, né, mas o trabalho na roça pra mulher é ruim por causa do esforço, é um serviço pesado. (x²: 15; homem rural)

A divisão do trabalho é explicada também por meio do fator biológico, em que a mulher suportaria trabalhos leves e os homens trabalhos mais pesados. Desta forma, as oportunidades de emprego também seriam diferentes:

A única diferença que tem é que o marido, o homem rural, trabalha mais que a mulher rural né, porque ele é mais forte. (x²: 13; mulher rural)

Os participantes do sexo masculino reconhecem maior facilidade em encontrar emprego no meio rural:

trabalhar pra conseguir lutar também pra ganhar dinheiro. Bom, porque a gente consegue mais trabalho, né. Pro homem rural, é mais fácil de arrumar umas coisas, mais trabalho. Os serviços mais pesados, né, vem pros homens. Aí, os mais leves ficam pra mulher rural. E, por exemplo, carregar um café, o homem tem que carregar, a mulher não carrega. (x²: 14; homem rural)

Como podemos perceber por estas UCE's, o trabalho no setor agrícola é colocado como algo tipicamente masculino. A mulher tem sua rotina associada ao suporte do trabalho masculino, evidência perceptível quando analisamos conjuntamente

as classes apresentadas, em que a mulher reconhece seu labor coadjuvante ao do homem:

Nos dias da semana é rotina normal, dona de casa, limpo a casa, cuidado dos filhos, faço comida, cuidado de marido, cuidado da minha mãe, normal a rotina... igual a toda família. (x^2 : 27; mulher rural)

Outro fator percebido como favorável à permanência masculina no rural seria a maneira como o homem do campo se percebe no meio urbano. Como se observa na UCE a seguir, o homem rural prefere ser dono de seu próprio trabalho no campo do que obedecer a ordens como empregado, na cidade:

porque, tipo assim, na roça a gente trabalha pra gente, você não trabalha pros outros, você não é empregado de ninguém. Na cidade, não. Na cidade, você é empregado. E então, você tem que obedecer às ordens do patrão, né. Na roça, não. Na roça, você é o patrão... então você decide. (x^2 : 13; homem rural)

Ainda no segundo eixo, contendo 242 UCE's analisadas (18,94 %), a classe 3 denominada *O futuro e a busca de melhorias de vida* tem como palavras representativas com maior qui-quadrado: *futuro* ($x^2 = 83,16$), *estudo* ($x^2=81,86$), *gostaria* ($x^2=72,19$) e *faculdade* ($x^2=70,29$).

A classe 3 apresenta as questões relativas ao *futuro* ($x^2 = 83,16$) e a ruralidade parece se construir a partir de um discurso de abdicação dos estudos. O caminho de *crescimento* ($x^2 = 13,45$), desenvolvimento, está intimamente relacionado à ideia de *educação* ($x^2 = 39,53$), de realizar *estudos* ($x^2 = 81,86$) *universitários* ($x^2 = 70,29$), o que permitiria a aquisição de uma *profissão* ($x^2 = 21,49$) melhor e de uma vida *melhor* ($x^2 = 40,11$).

A mulher do campo, por causa da maternidade precoce, não vê possibilidade de dar continuidade aos estudos, e, por sua vez, abdica desse direito em favor dos *filhos* ($x^2 = 34,81$). Em muitos casos, os pais rurais abdicam de seus próprios sonhos na expectativa de que seus filhos tenham uma vida melhor que a deles. Para esses pais, o futuro melhor já seria suficiente em uma *casinha* ($x^2 = 13,45$) mais bem montada.

Como se pode observar nas UCE's, a seguir, a classe expressa a ideia da educação como fator relacionado a melhorias de vida:

pra ela, como se diz, ter a vida dela, mas assim, com suor, com trabalho, entendeu? Eu queria que ela estudasse e seguisse a profissão que ela quisesse. Eu também incentivaria ele a estudar. Porque o estudo é o caminho mais, como se diz, é o caminho mais certo que tem. (x²: 13; mulher rural)

Percebe-se a preocupação dos pais para que os filhos possuam uma vida melhor, por meio dos estudos, e longe do contexto rural:

então eu quero pra minha filha isso: eu quero que ela aprenda, estude e aprenda, e, se Deus quiser, seguir uma faculdade. Ah, se eu tivesse um filho homem, também não queria que ele ficasse aqui, não. Gostaria que ele estudasse. (x²: 18; mulher rural)

E como a maternidade e paternidade possibilitam que o ideário de futuro seja transferido do casal para os filhos, a autorrealização se torna algo a ser possível pela educação dos filhos. Ou seja, a ideia de dar as condições que eles (pais) não tiveram, para que os filhos se realizem:

depois que a gente é mãe, a gente passa a pensar mais no filho. Então, assim, e poder trabalhar pra eu poder fazer uma poupança pra ele, pra gente poder dar uma educação melhor pra ele, pra ele ter um futuro melhor. (x²: 19; mulher rural)

O discurso do estudo também parece ter um viés de gênero, pois, uma vez que a mulher não encontra tantas oportunidades de emprego no meio rural, é mais incentivada a prosseguir com os estudos, como pode ser observado na UCE a seguir:

eu queria, uma filha, eu daria mais ainda pra ela talvez mais força pra ela estudar e tentar sair também. (x²: 13; homem rural)

A classe 4 denominada de *Dificuldades do meio rural*, por sua vez, teve 102 UCE's analisadas (7,98%) e expressa um conteúdo mais específico, relacionado às demandas do meio rural, isto é, dimensões desse contexto que necessitam ser

melhoradas. As palavras representativas da classe com maior qui-quadrado são *estrada* ($x^2 = 274,70$), *saúde* ($x^2 = 142,87$), *médico* ($x^2 = 116,46$) e *asfalto* ($x^2 = 92,82$).

A classe 4 apresenta a necessidade de que *olhem* ($x^2 = 21,22$) as *dificuldades* ($x^2 = 19,17$) e as *condições* ($x^2 = 27,93$) precárias dos espaços rurais, onde *falta* ($x^2 = 28,36$) de tudo, mas em especial, *planejamento* ($x^2 = 24,54$). As áreas mais afetadas quanto à ausência de *recursos* ($x^2 = 32,58$), segundo os participantes, são: a *saúde* ($x^2 = 142,87$) e a *locomoção* ($x^2 = 34,67$). A falta de *médicos* ($x^2 = 116,46$), *hospital* ($x^2 = 46,61$), *posto* ($x^2 = 92,32$) de saúde, *ambulância* ($x^2 = 69,50$), *remédios* ($x^2 = 34,67$) são apontados, assim como as *estradas* ($x^2 = 274,70$) não *asfaltadas* ($x^2 = 92,82$) e em péssimas condições de uso, em especial quando em situação de *chuva* ($x^2 = 85,00$). O sujeito campesino deseja melhores condições de vida, assim como todo sujeito, independentemente do lugar em que este esteja; todavia, a invisibilidade diante de questões básicas coloca em risco a permanência das famílias no campo.

É preciso chamar atenção para a força de relação da palavra *estrada*, que atingiu o maior qui-quadrado de toda a análise. As dificuldades relacionadas às vias públicas utilizadas (estradas de chão) são bem recorrentes, pois, além de aparecerem palavras com alto qui-quadrado, como *estrada*, *asfalto*, *chove*, *locomoção*, também se pode observar com clareza tal demanda no conteúdo das UCE's:

Aí, falta isso, fazer as estradas, botar luz, tudo. Porque aqui quando chove é muito difícil, entendeu? Aí, o ônibus é difícil pra vir aqui. (x^2 : 58; mulher rural)

O certo aqui é que tinha que melhorar um pouquinho, asfaltar, botar iluminação, entendeu? Ter um médico direto aqui no posto, eles reformaram o posto ali, a quadra. Aí melhorar é isso daí. Porque quando chove entendeu, o ônibus não pode levar os alunos pra Piúma, mas a gente também não pode sair. (x^2 : 56; homem rural)

Além dos problemas nas estradas, pode-se constatar muitas outras demandas nos discursos presentes nesta classe, principalmente no que se refere aos recursos relacionados à saúde e transporte:

Saúde e meio de transporte. A estrada, um ônibus que tinha que ter aqui e não tem. Um pronto socorro que funciona só dia de quarta, não funciona durante a semana toda, um médico certo que não tem. (χ^2 : 30; homem rural)

Precisa melhorar praticamente tudo: estrada, leite não tem preço, café não tem preço. E valorizar o povo da roça, né. Só isso. E a locomoção também, estradas muito ruins. Pra você ver, começou a fazer esse asfalto aqui e já parou, pararam. (χ^2 : 46; homem rural)

Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

A AFC permitiu realizar uma análise complementar à realizada pela CHD. Na Figura 2, a seguir, é possível observar o plano fatorial com as projeções das variáveis consideradas neste estudo.

Considerou-se como variável relevante à análise das narrativas (1) o sexo dos participantes, (2) o território, isto é, a classificação do município em que foi realizada a entrevista segundo a localização (norte ou sul no estado do Espírito Santo), e (3) a RM do município: RM<100 (razão de masculinidade menor que 100) refere-se aos municípios com predominância de mulheres nas áreas rurais do ES (Mantenópolis e Piúma), e RM>100 (razão de masculinidade maior que 100), município com predominância de homens em território rural (Boa Esperança e São José do Calçado).

A Tabela 1, a seguir, apresenta a relação entre as classes e as variáveis.

Tabela 1. *Relação entre as classes e as variáveis*¹⁷

Classes	Sexo	Território	Município/RM
Classe 1: O cotidiano da vida no campo			RM<100
Classe 2: Gênero e trabalho	Masculino	Norte do ES	RM>100
Classe 3: O futuro e a busca por melhorias de vida	Feminino		RM>100
Classe 4: Dificuldades do meio rural		Sul do ES	RM<100

Como pode ser observado na Tabela 1, a classe 1, denominada *O cotidiano da vida no campo*, está mais relacionada aos municípios com RM menor que 100 (mais

¹⁷ *sexo*: sexo dos participantes; *território*: classificação do município em que foi realizada a entrevista segundo a localização norte ou sul no estado do Espírito Santo; *município/RM*: RM<100 (razão de masculinidade menor que 100) refere-se aos municípios com predominância de mulheres nas áreas rurais do ES; e RM>100 (razão de masculinidade maior que 100), município com predominância de homens em território rural.

feminizados). Já a classe 2, *Gênero e trabalho*, é mais característica entre as narrativas dos sujeitos do sexo masculino, do Norte do ES e dos municípios com RM maior que 100 (mais masculinizados). Por sua vez, a classe 3, nomeada *O futuro e a busca por melhorias de vida*, está associada ao sexo feminino e aos municípios com RM >100. A classe 4, *Dificuldades do meio rural*, está relacionada ao Sul do ES e aos municípios com RM menor que 100.

A análise fatorial de correspondência permitiu a organização dos dados segundo os eixos apresentados na Figura 2: o eixo horizontal pautado pela concepção de *Mundo do trabalho* e o eixo vertical possível pelas dicotomias provenientes das diferenças entre os discursos de homens e mulheres rurais, e, por isso, denominado de *Dinâmicas de gênero*.

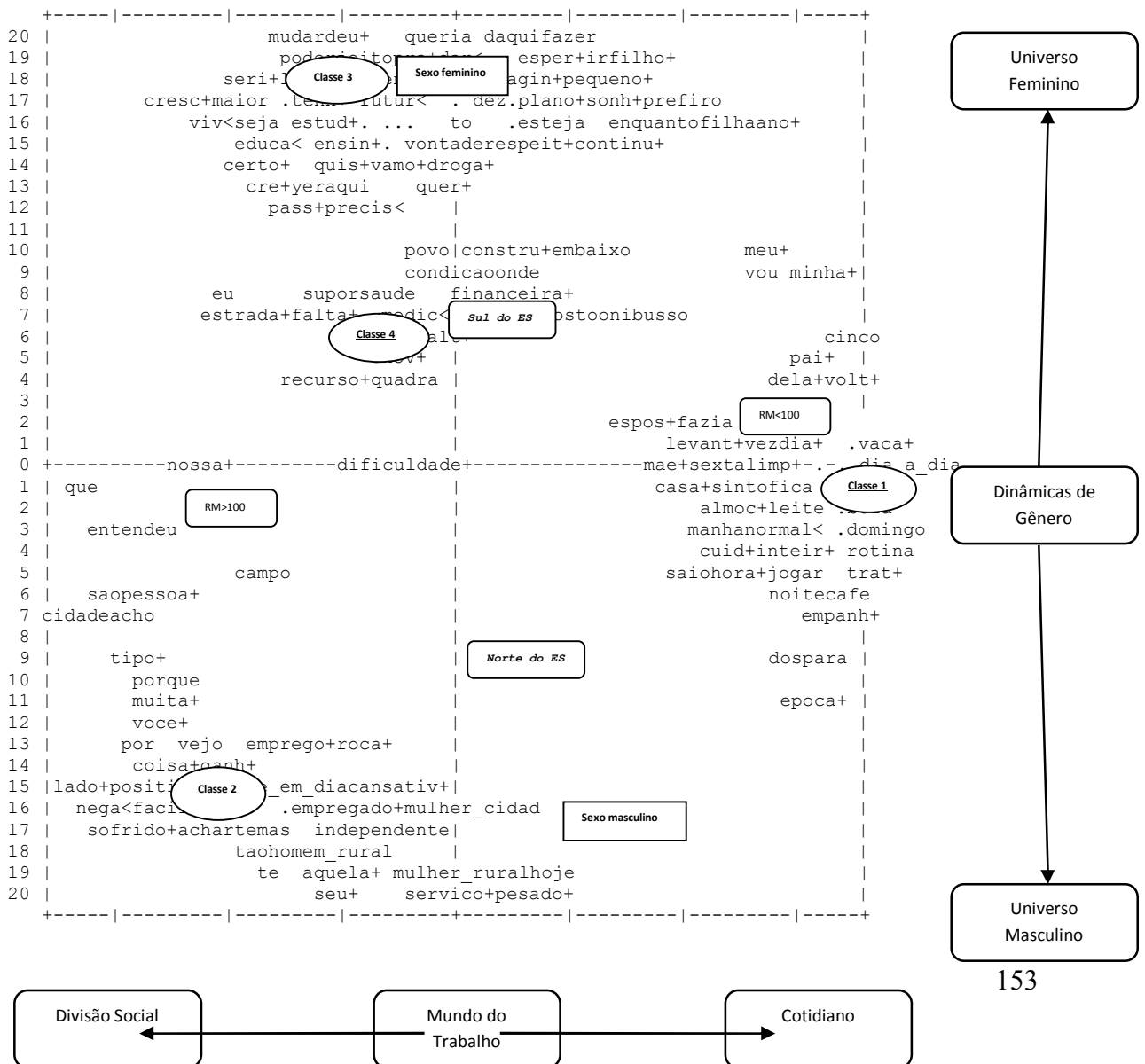


Figura 2. Plano fatorial referente ao *corpus* lexical das entrevistas dos jovens rurais casados – Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

O Fator 1, eixo horizontal, evidencia as contraposições existentes entre o cotidiano vivido no espaço rural, suas configurações ou modos de organização pelo trabalho, assim como os diferentes papéis e funções sociais possíveis por essa realidade. Deste modo, parece ser evidente em ambos os polos do eixo a realidade laboral nos espaços rurais. Percebe-se que o discurso sobre o cotidiano (mais à direita no plano fatorial), assim como os elementos que organizam esse contexto, já apresentado na análise hierárquica descendente (Eixo 1 – Classe 1), estão alinhados de modo a evidenciar que esse discurso sobre a rotina rural não é característico de um sexo ou região específica, mas se apresenta como basilar ao contexto rural.

O cotidiano é organizado pelo trabalho, em que homens e mulheres acordam cedo e começam a lida na roça, cada um com suas obrigações específicas: ao homem, a lavoura e a criação de animais; e às mulheres, o suporte das refeições, o cuidado com a casa e com os filhos. As dificuldades sentidas na zona rural, apresentadas pela classe 4, refletem maior proximidade com o cotidiano, o que evidencia que as precariedades de locomoção e transporte, saúde e educação, são sentidas no dia-a-dia da lida e da vivência rural.

No outro polo do eixo sobre *O mundo do trabalho* (mais à esquerda no plano fatorial), percebe-se o modo como são organizadas as dinâmicas identitárias do trabalho, uma vez que a classe 2 é a mais característica deste polo. Neste contexto está presente a representação do trabalho rural, marcada pela ideia de ser algo *duro e penoso*, assim como a divisão social do trabalho, justificada pelas antinomias do *trabalho masculino vs. trabalho feminino* e pelo *trabalho rural vs. trabalho urbano*. O trabalho rural é apresentado como sinônimo do trabalho masculino, e seria um trabalho *pesado*,

enquanto tanto o trabalho feminino no campo quanto o trabalho urbano são apresentados como *mais leves*.

O Fator 2, eixo vertical, por sua vez, apresenta outro modelo de organização psicossocial: fica evidente que as preocupações de homens e mulheres rurais são diferentes. O eixo foi denominado de *Dinâmica de gênero*, pois mostra que a apropriação do discurso do trabalho (classe 2) é algo próprio dos homens (parte inferior do plano fatorial), enquanto as mulheres (parte superior do plano fatorial) estão mais próximas do discurso sobre o futuro e sobre as dificuldades (classes 3 e 4). Esta dinâmica reforça a perspectiva de que o homem assume sobre si a responsabilidade de provedor e concentra seus esforços em trazer o elemento do trabalho como central para sua constituição identitária; enquanto as mulheres rurais, no universo privado e vinculadas aos trabalhos domésticos e à maternidade, assumem o discurso das dificuldades que são enfrentadas pela comunidade e das preocupações com a vida no futuro da família.

DISCUSSÃO

Tendo em vista o objetivo de analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre jovens camponeses, considera-se que o espaço rural parece confundir-se com a ideia de mundo do trabalho e com as clivagens que dão sentido à divisão social desse trabalho.

Considerando que a chave de interpretação dos dados deste estudo encampa a Teoria da Identidade Social (Deschamps & Moliner, 2009; Tajfel, 1978; 1983) e a Teoria das Representações Sociais (Doise, 1989; Moscovici, 1978; 2003) e suas relações, torna-se imprescindível partirmos das concepções psicossociais do objeto desse estudo.

Tanto a ruralidade quanto as relações de gênero, e mesmo as relações que se constituem no universo do trabalho, são, desse modo, entendidas como elementos psicossociais e, portanto, social e historicamente construídos. A ruralidade não se traduz, nesta perspectiva, como mero espaço ou território, mas como princípio organizador da constituição do sujeito camponês e de sua identidade social (Bonomo, Souza, Melotti & Palmonari, 2013).

As relações de gênero também são compreendidas como uma construção psicossocial, própria dos mais diferentes contextos (Butler, 2008; Haraway, 2009; Mélo, 2012; Nader, 2001; Strey, 2003), o que permite afirmar que não podem ser reduzidas ao fator biológico ou à constituição como variável meramente estatística, mas, pelo contrário, se tornam potentes atribuições para as construções das representações sociais e da identidade social camponesas.

A autocompreensão, ou, segundo Deschamps e Moliner (2009), a *representação identitária*, dos que vivem no espaço rural se apresenta como algo altamente associado às rotinas laborais (Alves, 2009). A ação de trabalhar na roça, deste modo, acaba por refletir a representação social de *ruralidade* para os jovens desse contexto, evidenciando como sendo mais fortemente ancorados os elementos associados às dificuldades próprias desse trabalho e desse viver no campo.

O discurso emergido da classe 1, que se apresenta como a descrição da rotina rural, se constitui como ancoragem primordial da representação social do objeto *ruralidade* para esses jovens. Segundo a análise fatorial de correspondência, tal representação não é característica de nenhum sexo, o que revela que ambos os sexos articulam representações sociais semelhantes acerca do fenômeno.

O lugar do trabalho “duro” e “árido” apresenta-se como componente que caracteriza a rotina, e assim compõe as construções do autoconceito dos jovens rurais,

que é ainda acompanhada da evidente divisão social das tarefas entre os sexos, e da antinomia entre os trabalhos rural e urbano. Nos meios citadinos, aos poucos a marca de gênero vem se tornando periférica no mundo laboral, ou seja, mais homens vêm exercendo funções antes definidas como estritamente femininas, e mais mulheres executam trabalhos antes masculinos; todavia, essa realidade está muito longe de ser entendida como da ordem da igualdade (Brumer, 2004; Chies, 2010; Guimarães, 2004). Estas mudanças estão sendo construídas paulatinamente, mesmo que a fronteira entre o trabalho masculino e o trabalho feminino ainda seja bastante clara.

Não se compreende que as relações sociais sejam definidas unicamente pelo componente do trabalho; todavia, se torna crível a potência da divisão social do trabalho na composição das relações sociais (Saffioti, 2013). Os dados apresentados na classe 2 denotam a centralidade das diferenças entre gênero no campo, e como essas diferenças também são marcadas pela categoria trabalho. As mulheres e os homens entrevistados apontam que a dureza do trabalho rural acaba por afastar as mulheres das atividades agrícolas, já que é recorrente que estas fiquem no ambiente doméstico dando suporte ao labor masculino. Trata-se de um lugar de subordinação a que são submetidas as mulheres rurais, algo que Brumer (2004, p. 225) discute, quando afirma:

Procurou-se mostrar que, devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar - evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra -, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens.

A classe 2 se apresenta com a maior quantidade de conteúdos (UCE's) e, mesmo trazendo alguns discursos que falam da igualdade entre homens e mulheres, é

majoritário o discurso de divisão entre os gêneros. Os que falam de igualdade acabam por defender que esta divisão tende a diminuir ao longo do tempo, pois afirmam que a mulher está tendo seus direitos reconhecidos; todavia, são poucos os que têm esse posicionamento, o que denota a rigidez do discurso majoritário. Segundo a AFC, este ideário é associado, principalmente, aos sujeitos do sexo masculino e aos municípios mais masculinizados.

Não se trata de uma divisão social das tarefas e responsabilidades que possa ser resumida apenas pelo sistema de produção ou pela economia familiar, mas a lógica do gênero como marca da diferenciação da tipologia de afazeres possui estreita relação com o poder que regulará os papéis sociais, seja na família ou ainda na sociedade local (Bonomo, 2010; Durham, 2004; Panzutti, 2006).

À luz da Teoria da Identidade Social, esse fenômeno tende a ficar mais claro. Compreende-se a identidade, segundo Tajfel (1983), como sendo a parcela de autoconceituação do sujeito que deriva da pertença a um determinado grupo social. A identidade social possuiria três dimensões, segundo Tajfel (1983): 1) o reconhecimento do pertencimento ao grupo (componente cognitivo); 2) as emoções direcionadas para o próprio grupo e para os demais grupos sociais (componente emocional); 3) e as conotações valorativas, positivas ou negativas, provenientes da pertença ao grupo (componente avaliativo).

De acordo com Bonomo (2010, p. 25), que entende que a “identidade rural se constitui por meio de um processo de antinomias provocadas no contexto de comparação social campo-cidade”, os dados deste estudo tendem a apresentar que as antinomias rurais desta comparação social derivam de outras como a que torna a *mulher rural* um grupo também antinômico em relação ao *homem rural*.

Compreende-se que as comparações intergrupais importantes para a avaliação da identidade social tendem a exercer pressões para a diferenciação intergrupai, fazendo com que a autoavaliação seja positiva (Turner, 1999); que as identificações tendam a ser comparativas e relacionais (Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009; Tajfel & Turner, 1979; Vala, 1997), e que essas comparações sociais conduzam à estratégia de proteção endogrupal e negação dos valores exogrupal (Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009; Tajfel & Turner, 1979).

Tendo isso em vista, torna-se compreensível a estratégia do *homem rural*, que para se positivar frente ao grupo social *homem urbano*, reinterpreta as características negativas do seu trabalho, apontadas pelas referências às dificuldades e dureza de sua vida como trabalhador. A antinomia entre o trabalho rural e o urbano fica clara pela ideia de que o sujeito na cidade tem um salário maior, entretanto, faz dele um prisioneiro. Trata-se do fenômeno que Tajfel (1983) identificou como fuga de desvalorização grupal, e que Vala e Monteiro (2013, p. 529) assim descreveram: “reinterpretar as características inferiores do seu grupo, de modo que não apareçam como inferiores, mas antes adquiram uma distintividade positivamente valorizada em relação ao grupo de estatuto superior”.

Este quadro de *criatividade social* vem acompanhada de outra estratégia, interessante à análise da questão de gênero: quando da existência de um estado comparativo entre grupos, evita-se falar das características de um exogrupo superior, preferindo estrategicamente o estabelecimento de comparações com exogrupos com os quais se pode estabelecer distinções favoráveis e assim positivas (Tajfel & Turner, 1979). A *mulher rural*, também agricultora, passa a ser entendida como exogrupo, uma vez que o trabalho difícil do homem agrícola não pode ser equiparado ao das mulheres, que passa a ser visto como inferior, com a finalidade de aumentar o *status* positivo do

trabalho masculino. Desta forma, compreende-se, no âmbito da competição social, a função de estereotipia exogrupal por diferenciação recair sobre a afirmação do patriarcado rural (Castells, 1999).

No tocante a uma das funções dos estereótipos sociais, a função de diferenciação, Tajfel (1983, p.174) assim a define:

uma diferenciação positiva do grupo próprio em relação a certos grupos-dos-outros, numa altura em que existe a percepção de que uma tal diferenciação se está a tornar-se insegura e falsa; ou quando ela não é positiva e existe uma percepção de que há condições sociais que permitem a possibilidade duma mudança na situação.

Nesta perspectiva é mais fácil ao *homem rural*, para manter-se com *status* positivo, diante da competição com o *homem da cidade*, manter a tradição do patriarcado e machismo como proteção da positividade de sua identidade já tão inferiorizada (Caliari, 2002; Linhares, 2004).

O conceito de patriarcado adotado neste estudo está de acordo com Saffioti (2013), que considera as relações de dominação masculina, em especial possíveis pela divisão sexual do trabalho, na esfera civil e não restritas ao universo privado, configurando-se como um tipo hierárquico, de base material, corporificado, e que representa uma estrutura de poder, tanto ideológica quanto de violência.

A estratégia do homem rural, quanto à construção das diferenças de gênero, poderia ser simbolizada do seguinte modo, segundo os dados apresentados pelas UCE's de predominância masculina: - *Minha dignidade é afetada por diversos preconceitos. Meu trabalho é muito árduo e eu acabo por me tornar um sujeito simbolico e materialmente inferiorizado quando em comparação social com o homem da cidade. Para ser melhor que o homem da cidade, uso a estratégia de considerar positivo tudo*

de difícil no meu trabalho. Meu trabalho é mais duro, mais pesado, e isso me faz mais macho, ou seja, sou melhor que o homem da cidade que trabalha leve e é aprisionado ao patrão e ao salário. Só que a minha esposa, que trabalha no meu lado de sol a sol não pode ser valorizada por mim no quesito trabalho, uma vez que se uma mulher faz o mesmo trabalho que eu faço, o meu trabalho não é tão de macho assim. Melhor criar uma estereotipia de gênero por diferenciação da minha mulher e assumir a estratégia tradicional do patriarcado para que o status do meu grupo masculino seja valorizado.

O homem rural acaba por colocar, deste modo, o homem da cidade e a mulher rural em um mesmo patamar de significação laboral, tanto que compreende que para a mulher seria mais fácil o desenraizamento rural. A classe 3 parece dar mais sentido à sequência desta narrativa, uma vez que ao se referir à ideia de futuro melhor, fica claro pelas UCE's, que este é entendido como apenas possível pela educação, pelos estudos universitários, que possibilitaria, por sua vez, alcançar uma profissão melhor remunerada e assim uma vida com mais qualidade. O casal abdica dessa possibilidade, graças às dificuldades cotidianas em favor dos filhos, e assim argumentam que se os filhos conseguirem sucesso pelos estudos, a felicidade já estaria alcançada.

A classe 3, segundo a AFC, é característica do sexo feminino, que parece sentir mais as abdições próprias da vida nos espaços rurais. Outra variável também associada a esta classe é a das cidades mais masculinizadas, ou seja, que sofreram a redução do número de mulheres rurais. As mulheres circundadas por mais homens rurais, e pelo discurso de cisão de gênero exposto pela classe 2, tenderiam a assumir com maior intensidade as lamúrias da vida cotidiana, as abdições pelo desejo de estudar e as expectativas de melhorias na vida privada do campo (classe 3).

A estratégia da mulher rural, quanto à lógica que lhe é imposta na construção de sua identidade social, poderia ser simbolizada do seguinte modo, segundo os dados

apresentados pelas UCE's de predominância feminina: - *Meu trabalho é tão árduo quanto o do homem na roça. Tenho que fazer tantas abdições quanto ele, além de dar todo o suporte ao seu trabalho assumindo integralmente a casa, o preparo da comida, e a educação dos filhos. Muitas vezes me coloco ao seu lado na lida na agricultura e na criação dos animais. No tocante à sua lógica machista, reconheço a estereotipia de gênero, uma vez que as crenças que circundam sobre o que pensam ser minha fragilidade são socialmente difíceis de superar. Espero ter uma vida melhor, um futuro melhor, tenho sonhos e desejos de prosperidade e superação das tantas dificuldades do meio rural. Quero uma casa arrumada e que meus filhos tenham um futuro digno por meio dos estudos. Para tudo isso, luto e trabalho.*

Muito falta às famílias rurais, algo que não pode ser apenas resumido no desejo pela educação expressado na classe 3. Enquanto a classe 3 apresenta o que seriam os desejos orientados para o universo da vida rural privada, a classe 4 tende a se constituir como o lugar da vida rural pública, ou seja, as dificuldades e as necessidades do campo como um todo. A análise fatorial de correspondência associa à classe 4 os municípios feminizados, dado que permite a compreensão de que as mulheres sentem mais essas dificuldades narradas em contextos de reduzida masculinização.

Não parece admissível apontar que o discurso que marca as questões de gênero seja algo apenas da região norte do estado do Espírito Santo, ou que as dificuldades rurais sejam características marcadamente presentes no Sul do Estado, visto que as questões de gênero e as dificuldades da vida no campo parecem estar dispersas no mapa do país, o que permite inferir que as categorias Norte e Sul do ES revelem apenas a predominância desses discursos nos sujeitos estudados.

Em síntese, os seguintes aspectos parecem ser centrais na conclusão deste estudo: 1) A autodefinição que os sujeitos rurais emitem sobre si mesmos, importante à

construção da identidade social, se orienta pela ideia de trabalho árduo e sofrido; 2) Homens e mulheres rurais experimentam a realidade rural de modos distintos; 3) A herança do patriarcado (dominação masculina) abarca um processo de proteção endogrupal do projeto de masculinização do trabalho rural, que dignifica o homem rural como superior em relação ao homem citadino e à própria mulher rural; 4) Homens e mulheres rurais compreendem a educação como necessária à construção de um futuro melhor, mas as condições de vida promovem a abdicação dos estudos em favor dos filhos; e 5) São muitas as dificuldades do meio rural, mas acentuam-se as relacionadas à saúde e à locomoção.

O contexto adverso para a juventude rural consta também nos dados do *Brasil sem Miséria* de 2010, em que 16 milhões de habitantes da população em condição de extrema pobreza, cerca de quatro milhões estão no campo (Menezes, Stropasolas, & Barcellos, 2014). No entanto, apesar de todas as dificuldades, existem jovens rurais que optam por permanecer no campo e constituir família, como é o caso dos participantes deste estudo. Deste modo, é urgente a reformulação de políticas públicas de fixação dos jovens ao campo, devendo ser pensadas estruturas que signifiquem a vida no campo para além do trabalho rural. Por exemplo, devem ser pensadas políticas que permitam condições de vida menos árduas e que aliviem a rotina campesina, tornando mais atrativa as condições de existência no campo. Saúde, locomoção, igualdade de oportunidades, educação, assim como a gestão de espaços para o lazer, lugares para o exercício da comunidade, são necessidades que tornarão possível o enraizamento dessas famílias que desejam fixar-se no modo de vida rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, R. J. A. (2009). *Lazer e Ruralidades: as práticas e representações sociais de lazer no meio rural de Presidente Bernardes-MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa.
- Bonomo, M. (2010). *Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias*. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Bonomo, M., & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Bonomo, M., Souza, L., Melotti, G., & Palmonari, A. (2013). Princípios organizadores das representações de rural e cidade. *Sociedade e Estado*, 28(1), 91-118.
- Breakwell, G.M. (1993). Integrating paradigms, methodological implications. In G. M. Breakwell, & D. V. Canter (Eds.), *Empirical Approaches to Social Representations* (pp. 180-201). London: Clarendon Press-Oxford.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 205-227.
- Butler, J. (2008). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós.
- Caliari, R. O. (2002). *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA.
- Camargo, B. V. (2005). Alceste: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. da

Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

Castells, M (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Chies, P.V. (2010). Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 507-528.

Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.

Doise, W. (1989). *Livelli di spiegazione in psicologia sociale*. Milano: Giuffrè editore.

Durham, E. R. (2004). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

Guimarães, N. A. (2004). Gênero e trabalho. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 145-146.

Haraway, D. (2009). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano* (2ª ed., pp. 33-118). Belo Horizonte: Autêntica.

Linhares, A. A. C. (2004). Linguagem e identidade cultural caipira no município de Mossâmedes: por uma nova concepção acerca da linguagem caipira. *Revista da UFG*, 7(1). Retirado de www.proec.ufg.br em 05 de novembro de 2014.

Méllo, R. P. (2012). Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 197-207.

Menandro, M. C. S. (2004). *Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e*

1996/2002). Tese de doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Menezes, M. A., Stropasolas, V. L., & Barcellos, S. B. (2014). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: NEAD/MDA.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.

Nader, M. B. (2001). *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: Edufes.

Nascimento, A., & Menandro, P. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72- 88.

Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural: eminência oculta*. Campinas: Alínea.

Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular.

Strey, M. N. (2003). Gênero. In M. G. C. Jacques et al. (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea* (8ª Ed), (pp.181-198) Petrópolis: Vozes.

Tajfel, H. (1978). Interindividual behaviour and intergroup behaviour. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups - studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 27-60). London: European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.

Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of inter-group conflict. In W. G. Austin e S.Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Books-Cole.

- Turner, J. C. (1999). Some current issues in research on social identity and self? Categorization theories. In N. Ellemers, R. Spears, & B. Doosje (Eds.), *Social identity* (pp. 6-34). Oxford, UK: Blackwell.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7-29.
- Vala, J., & Monteiro, M. B. (2013). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DISCUSSÃO GERAL

A presente Dissertação de Mestrado teve como objetivo geral investigar o fenômeno da *identidade social* no contexto sociocultural rural, a partir da análise dos processos identitários e representacionais vinculados às categorias sócio-territoriais ruralidade/urbanidade e de gênero masculinidade/feminilidade, entre homens e mulheres de segmento juvenil de áreas rurais do estado do Espírito Santo. Por intermédio do alerta de Albuquerque (2002) e de Bonomo (2010), sobre a não consolidação da ruralidade como objeto de estudo para a Psicologia, buscou-se, de maneira integrativa e por meio de uma metodologia descritivo-exploratória, investigar nuances desse fenômeno por meio do desenvolvimento dos quatro estudos apresentados.

Compreendendo que o contexto citadino, na atualidade, fora hierarquicamente construído como superior em relação ao rural (Endlich, 2006; Lefebvre, 1975; Williams, 1990), e que desse modo, o rural acabou por tornar-se alvo de estereótipos, considera-se como necessário que sejam analisados de modo contundente como essa parcela da população encara seus desafios para permanência no campo. Vários estudos têm diagnosticado o processo de masculinização das áreas rurais e o seu correlato fenômeno de êxodo rural seletivo de mulheres em direção às cidades (Anjos & Caldas, 2005; Brumer, 1996; Magalhães, 2009; Panzutti 2006). Quando o processo é o contrário, ou seja, o de feminização do campo, percebe-se que o setor de produção agrícola indicaria maior inserção das mulheres nos contextos rurais (Deere, 2006, Rodrigo, 1986). Todavia, no contexto espírito-santense, as particularidades evidenciam marcas de gênero, ou seja, polaridades que devem ser levadas em consideração, como as representações sociais marcadamente masculinas relacionadas ao labor campesino, que, no entanto, têm sofrido mudanças pela apropriação feminina emancipatória das jovens mulheres estudantes de escolas família agrícola.

A perspectiva de gênero adotada nos estudos segue a lógica psicossocial, em que as relações de gênero fazem parte de determinado contexto histórico e são construídas socialmente (Amâncio, 2005; Butler, 2008; Haraway, 2009; Mélo, 2012; Nader, 2001; Strey, 2003). Os jovens rurais e sua permanência no campo, ora fragilizada pela busca de melhores condições de vida (Deggerone, Laroque & Barden, 2014), ora fortalecida pelo lastro identitário do contexto campesino (Menezes, 2009), também foram levados em consideração.

Como teorias que permitissem a melhor elucidação do fenômeno, foram utilizadas as Teoria da Identidade Social (TIS), como proposta por Tajfel (1981, 1983), e a Teoria das Representações Sociais (TRS), como apresentada por Moscovici (1978, 2003) e colaboradores, em especial, pela perspectiva societal de Doise (Almeida, 2009; Doise, 1989, 2002).

Nesta perspectiva, e por intermédio destes pressupostos, que se construíram os estudos que a seguir são apresentados:

Estudo 1: Gênero e juventude rural: um estudo demográfico no estado do Espírito Santo – Considerou-se relevante realizar um mapeamento censitário da maneira como está distribuída, no estado do Espírito Santo, a razão de masculinidade do campo, a partir de dados do Datasus referentes aos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 para população com idades entre 15 e 24 anos. Os resultados apontaram que as mudanças no meio rural refletem relações de gênero em constante tensão e transformação, assim como estão relacionadas às relações de trabalho as categorias homem-mulher. São mais masculinizados os espaços demográficos relacionados ao agronegócio, enquanto são mais feminizadas as regiões organizadas a partir da agricultura familiar. Tais dados denotam que, para a constituição demográfica do campo, gênero e divisão social do trabalho estão dialogicamente vinculados.

Estudo 2: Processos identitários entre jovens rurais do Espírito Santo – Em seguida, julgou-se necessário analisar os processos identitários vinculados à categoria social juventude rural, entre jovens rurais do estado do Espírito Santo com idades entre 15 e 24 anos, a partir da comparação campo-cidade e da avaliação de projeto de vida e futuro. Percebeu-se que os resultados apontaram para a constante busca pela ressignificação da identidade de jovem rural, tantas vezes, apagada pelos muitos estereótipos disseminados pela ideia de desvalorização da sociabilidade camponesa. Ser jovem rural, para os jovens rurais, acaba por se constituir por um conjunto diversificado de significados que se materializam como sinônimo de conquista e superação das adversidades, busca de políticas públicas que garantam igualdade de direitos, melhores condições de trabalho e de reconhecimento social.

Estudo 3: Ruralidade e gênero: um estudo a partir do paradigma das três fases da Teoria das Representações Sociais – Em um terceiro momento, investigou-se as representações sociais de mulher rural e homem rural entre jovens rurais, estudantes de escolas rurais do estado do Espírito Santo. Ficou evidenciado pela análise dos processos de ancoragem três eixos de significados segundo os princípios organizadores das representações sociais: 1) A dissolução do gênero em favor da categoria rural; 2) A territorialização dos princípios organizadores como estratégia para as diferenças de posicionamento grupais; e 3) A comparação campo-cidade como dinâmica motriz às definições exgrupais mais do que as questões relativas ao gênero. Esses resultados evidenciam que as questões relativas ao gênero são importantes para a construção das representações sociais relativas à identidade social rural, mas que, no entanto, ficam esmaecidas quando das marcas da própria ruralidade, da comparação social campo-cidade, e mesmo da territorialidade, para o entendimento dos princípios organizadores das representações sociais da identidade social rural.

Estudo 4: Relações de gênero e enraizamento de jovens camponeses no espaço rural: uma análise aplicada ao contexto espírito-santense – E por fim, buscou-se analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho entre jovens camponeses que constituíram núcleos familiares em áreas rurais do estado do Espírito Santo com maiores índices de masculinização (Boa Esperança e São José do Calçado) e de feminização (Mantenópolis e Piúma) do campo. Os resultados mais centrais possibilitaram perceber que: 1) A autodefinição que os sujeitos rurais emitem sobre si mesmos, importante à construção da identidade social, se orienta pela ideia de trabalho árduo e sofrido; 2) Homens e mulheres rurais experimentam a realidade rural de modos distintos; 3) A herança do patriarcado (dominação masculina) abarca um processo de proteção endogrupal do projeto de masculinização do trabalho rural, que dignifica o homem rural como superior em relação ao homem citadino e à própria mulher rural; 4) Homens e mulheres rurais compreendem a educação como necessária à construção de um futuro melhor, mas as condições de vida promovem a abdicção dos estudos em favor dos filhos; e 5) São muitas as dificuldades no campo, acentuando-se as questões relacionadas aos estereótipos negativos atribuídos ao ser rural.

Numa perspectiva integrativa e para fins de discussão geral dos estudos realizados, percebemos que as representações e os processos identitários organizaram e fundamentaram o posicionamento dos indivíduos (Moscovici, 2003; Tajfel, 1983). Neste sentido, as análises dão base para o fomento de discussões a respeito do preconceito gerado a partir dos processos de categorização e comparação social. No entanto, compreende-se que o estudo da sociabilidade camponesa envolvendo as questões de gênero é uma tarefa complexa e que demanda recursos teórico-metodológicos diversos, a fim de se garantir a qualidade das análises. Tendo isso em vista, faz-se necessária a estruturação de novos estudos que abordem o ser rural,

buscando, avançar nas análises a respeito de tais objetos. Este é um ponto importante a ser destacado, já que a Psicologia como ciência não tem se orientado a discutir as questões do homem do campo.

Alguns questionamentos parecem ser nevrálgicos na análise integrativa dos estudos:

I) Como os estereótipos direcionados aos sujeitos rurais contribuem para a dinâmica identitária a partir de representações sociais que são assumidas pelos camponeses ora como realidade, ora como algo a ser combatido (estudos 2 e 4)?

II) Qual o funcionamento e o porquê da centralidade da categoria *trabalho rural* dentro da constituição da identidade social desse grupo (estudos 2, 3 e 4)?

III) Se a cristalização do conceito de gênero dissolve-se pela proteção endogrupal, sendo menos acionada pelos sujeitos (em termos de comparação social) do que categorias como a própria ruralidade e o território (estudo 3), mesmo vivenciando experiências de dominação patriarcal em um contexto polarizador dos gêneros (estudo 4), por que as mulheres permanecem no campo (estudo 1)?

IV) Se o campo se constitui como espaço tão *sofrido* e *árido* por que existem sujeitos que optam em empreender suas vidas nesta dinâmica existencial tão *difícil* (estudos 1, 2, 3 e 4)?

Esses questionamentos obviamente não serão aqui respondidos em sua totalidade, entretanto, percebemos a existência de elementos que nos direcionam a um caminho a ser melhor trabalhado.

(I) Compreende-se o estereótipo como um componente inerente ao processo de categorização (Allport, 1954), que acaba por permitir que os sujeitos procedam a um processo adaptativo ao meio. Dentre as funções dos estereótipos propostas por Allport (1954), dentro da estrutura social, parece ser a de justificação a mais poderosa, uma vez

que o sujeito torna objetivas informações que não são racionais, ou ainda, cria um modelo de compreensão de mundo que justifica posições de crença, muitas vezes, preconceituosas. Tajfel (1969), a partir dessa perspectiva, compreende três processos importantes à concepção da estereotipia: a *acentuação perceptiva* (a assimilação intracategorial ou o exagero nas semelhanças entre membros da mesma categoria, e, a diferenciação intercategorial ou o exagero nas diferenças entre membros de categorias diferentes); a *assimilação de valores* (a inferência de um valor à categoria estereotipada); e a *procura de coerência* (que seria a busca de se salvaguardar as distorções cognitivas com a finalidade de se manter a coerência na diferenciação exogrupal).

Esses elementos da fundamentação da estereotipia estão consolidados nas representações sociais da ruralidade. A dinâmica identitária pautada pela dinâmica cidade-rural acentua os princípios endogrupal e exogrupal adjacentes da Teoria da Identidade Social de Tajfel (1981, 1983), como já diagnosticado por Bonomo (2010). O que se percebe é que as marcas negativas das estereotipias da ruralidade são importantes no processo de constituição identitária, uma vez que são reveladas mesmo não havendo coletas de dados direcionadas para o exogrupo urbano. O sujeito rural, deste modo, *acentua sua percepção* sobre um pretense lugar de subalternidade do rural, marcando a necessidade de alteração de grupo e saída do campo, ou ainda, *acentuando sua percepção* sobre os problemas do meio campesino. Assume-se a partir daí, valores negativos sobre si mesmo, como que misturando/assimilando o espaço rural à própria constituição do sujeito; e em seguida buscando *justificar as distorções cognitivas* numa pretensa justificação que lhe assegure coerência.

É nos sujeitos mais integrados ao ambiente rural, como os muito adaptados ou que possuem verdadeira identificação intragrupal rural, como pode ser percebido na

maioria das falas dos jovens formados nas escolas família agrícola, é que a coerência das distorções cognitivas é rompida, a valoração negativa é vertida em positiva e o que é acentuado no campo da percepção são as qualidades do espaço rural. O estereótipo é rompido como falácia, e o que se partilha é a percepção, os valores e a coerência positiva da identidade rural. Muito tem a ser feito para que o ser rural destitua os estereótipos, e para que isto aconteça, são necessárias ações como o fortalecimento dos espaços educacionais rurais, bem como o vigor de políticas que minimizem as mazelas campestinas.

(II) Todos os sujeitos pesquisados revelaram nos estudos (2, 3 e 4) a centralidade da categoria trabalho dentro da constituição da representação social de sua identidade social. Tratam-se de descrições que revelam como o trabalho na roça é importante traço, seja no processo de objetivação, seja no de ancoragem, para a construção da endogrupalidade rural. O manuseio da terra se constitui elemento primordial para definir o sujeito do campo; deste modo, mesmo quando o trabalho é tido como *árduo e pesado*, aquilo que seria tido como negativo, do ponto de vista avaliativo, é vertido em virtude, e positivado. Conjuntamente com Tajfel (1981; 1983), compreende-se que a identidade social possui elementos cognitivos, valorativos e afetivos e é nisto tudo que está situado o empreendimento laboral do campo: ele é compreendido cognitivamente como *árduo e pesado*, o que implicaria uma relação direta com a valoração negativa, todavia por se constituir elemento central para a constituição do grupo, a avaliação negativa é vertida em positiva acentuando as virtudes do campo, e enlaçando afetivamente os sujeitos à terra. A categoria *trabalho rural* é central, portanto, como elemento definidor da identidade social rural por conseguir nutrir o sujeito campestino de valores e afetos positivos, mesmo diante da realidade *dura* a que está condicionado.

(III) Essa mesma dinâmica identitária é percebida quando das relações de gênero. São apresentados elementos representacionais bastante claros com relação ao contexto inóspito do campo para as mulheres, o que colocaria em questão a sua permanência no campo. É possível perceber relações de dominação masculina, a pouca frequência ou inexistência de condições de lazer feminino, e o patriarcalismo como traço, todavia, essas mulheres permanecem no campo, e tal permanência se dá pelo viés da afetividade. Com a finalidade de proteger a endogrupalidade, os traços inóspitos das diferenças de gênero são abrandados com o objetivo de proteger o rural. Cognitivamente, sabe-se das dificuldades e dos problemas de submissão da mulher do campo, mas aquilo que teria valor negativo, mais uma vez é vertido em positivo, como virtude. O que mantém a mulher no campo são, portanto, os laços familiares e comunitários estabelecidos, característicos da sociabilidade rural. Não se trata de uma visão romântica, até mesmo porque existem muitas lutas emancipatórias das mulheres camponesas em prol de sua valorização, em especial em contextos de agricultura familiar, mas o que sobressai como aspecto identitário é a força das mulheres que lutam por permanecer no campo.

(IV) A juventude rural encontra-se em um contexto de paradoxo, sendo central a seguinte questão: como manter um status positivo sendo que o grupo pertencente é percebido de maneira extremamente negativa? Tal questionamento tem a seguinte resposta: por meio do processo de *mudança social*, o sujeito busca ressignificar tais aspectos negativos: o *árido*, o *sofrido*, o *difícil* se constituem como objetos de luta. O camponês quer melhorar de vida, quer terra, ou melhor, propriedade produtiva. O camponês quer melhores condições de trabalho, saúde, educação, transporte e estrada para escoar a produção e sair do isolamento, quer comunicação. Nos estudos

desenvolvidos, ficam claras a necessidade e a busca por *mudança social*, não pela saída do campo (minoria dos sujeitos), mas pelas melhorias necessárias no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se deste modo o fenômeno da *identidade social* no contexto rural, entre homens e mulheres jovens, a partir das categorias sócio-territoriais e de gênero: encontrou-se que o campo é um contexto vivo e as relações de gênero, assim como as relações com o próprio trabalho são centrais. O homem do campo é marcadamente um vitorioso, pois constrói sua identidade a partir da luta. Todavia, mais vitoriosa é a mulher do campo, a quem esta dissertação dedica sua conclusão, pois são as mulheres do campo aquelas que forjam suas armas pelo sofrimento, pela busca de um lugar emancipatório e de liberdade.

Compreendendo a relevância do tema estudado, destacamos a importância da realização de novas investigações que extrapolem o contexto das escolas rurais, já que esse espaço constitui-se como lugar privilegiado de empoderamento do ser rural, o que não é realidade em outras configurações camponesas. Apontamos ainda a necessidade de novos estudos que abordem a mobilidade social e as relações de gênero, fortalecendo reflexões referentes à construção da identidade camponesa no contexto contemporâneo de hegemonia urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J. C. (1994). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J. C. Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: PUF.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(01), 37-42.
- Albuquerque, F. J. B., Coelho, J. A. P. M., & Vasconcelos, T. C. (2004). As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 81-88.
- Albuquerque, F. J. B., Lôbo, A. L., & Raymundo, J. S. (1999). Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2), 503-519.
- Albuquerque, F. J. B., & Pimentel, C. E. (2004). Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 175-182.
- Aleixo, A. C. V. (2004). A imagem literária de um sertão chamado Brasil. *Revista da UFG*, 7(01). Retirado de www.proec.ufg.br em 05 de novembro de 2014.
- Alexandre, J. D. (2003). *Ciganos, Senhores e Galhardós: Um estudo sobre percepções e avaliações intra e intergrupais na infância*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Portugal.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Massachusetts: Adisson-Wesley.
- Almeida, A. M. O. (2005). A pesquisa em Representações Sociais: Proposições Teórico-metodológicas. In M. F. Santos, & L. M. Almeida (Orgs.), *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais* (116-160). Alagoas: UFAL/ UFPE.

- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 713-737.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2009). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. *Múltiplas Leituras*, 1(1), 18-43.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2005). Reflections on science as a gendered endeavour: changes and continuities. *Social Science Information*, 44, 65-83.
- Amâncio, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – O caso português em perspectiva. In K. Wall & L. Amâncio (Org.), *Família e género em Portugal e na Europa: Atitudes sociais dos portugueses* (pp.181-210). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amâncio, L., & Oliveira, J. M. (2006). Men as individuals, women as a sexed category. Implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, 16, 35-43.
- Anjos, F. S., & Caldas, N. V. (2005). O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, 26(1), 661-694.
- Apostolidis, T. (2006). Representations sociales et triangulation: une application en psychologie sociale de la sante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 211-226.
- Arendt, H. (1999). *Reflexões sobre política e revolução—Um comentário*. Crises da república, 171-201.
- Aristóteles. (1998). *Política*. Lisboa: Vega.

- Assis, S. G., Avanci, J. Q., Silva, C. M., Malaquias, J. V., Santos, N. C., & Oliveira, R. V. (2003). A representação social do ser adolescente: um passo decisivo na promoção da saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, 8(3), 669-679.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Batista, R. R. (2014). *Brasileiros imigrantes na Europa: das representações sociais aos processos identitários*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Batista, R. R., Ciscon-Evangelista, M. R., & Tesche, B. (2011). Brasileiros na Alemanha: um estudo da identidade social de imigrantes através de fóruns *online*. *Brazilian Cultural Studies*, 2, 70-85.
- Beauvoir, S. D. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Becker, H. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bonomo, M. (2010). *Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias*. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Bonomo, M., & Souza, L. (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 31(2), 402-418.
- Bonomo, M., Souza, L., Melotti, G., & Palmonari, A. (2013). Princípios organizadores das representações de rural e cidade. *Sociedade e Estado*, 28(1), 91-118.
- Bonomo, M., Souza, L., Menandro, M. C. S., & Trindade, Z. A. (2011). Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 676-689.

- Bonomo, M., Trindade, Z. A., Souza, L., & Coutinho, S. M. S. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1), 153-181.
- Bourdieu, P. (2002). A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura (Gouveia, A. J., Trad.). In Nogueira, M. A. & Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação* (pp. 39-64). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brewer, M. B. (1979). In-group bias in the minimal intergroup situation: A cognitive-motivational analysis. *Psychological bulletin*, 86(2), 307.
- Brown, R. (2000). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Brumer, A. (1996). Mulher e desenvolvimento rural. In C. Presvelou, F. R. Almeida, & J. A. Almeida (Orgs.), *Mulher, família e desenvolvimento rural* (pp. 39-59). Santa Maria: Ed. da UFSM.
- Brumer, A. (2003). Os rumos do mundo rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas. *Sociologias*, 10, 14-25.
- Butler, J. (2008). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós.
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*, Tese de Doutorado, Braga, Universidade do Minho.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 183-214). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras.

- Cabecinhas, R., & Lázaro, A. (1997). Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo numa Organização Universitária. *Cadernos do Noroeste*, 10(1), 411-426.
- Caliari, R. O. (2002). *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA.
- Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira (Ed.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-540). João Pessoa: UFPB.
- Candido, A. (1971). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformaçãodos seus meios de vida* (2ª ed). São Paulo: Duas Cidades.
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, 603-630.
- Castells, M. (1999). A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. *São Paulo: Paz e Terra*, 2, 24.
- Chiavegatto-Filho, A. D. P., Laurenti, R. (2012). O sexo masculino vulnerável: razão de masculinidade entre os óbitos fetais brasileiros. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(4), 720-728.
- Clémence, A., Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1994). Prises de position et principes organisateurs de représentations sociales. Em C. Guimelli (Org.), *Texte de base em sciences sociales. Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 73 – 84). Paris: Delachaux et Niestlé.

- Costa, M. G. S. G., Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(2), 145-154.
- Costa, C., & Froehlich, J. M. (2014). Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, 9(17), 27-54.
- Costa-Rauber, C. (2010). *Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: análise a partir dos sistemas agrários*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Coutinho, S. M. S., & Menandro, P. R. M. (2010). Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: "Que seja terno enquanto dure". *Psicologia Clínica*, 22(2), 83-106.
- Cramer, L. (2002). *Representações sociais sobre a ação empreendedora*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- Da Silva, S. É. D., Camargo, B. V., & Padilha, M. I. (2011). A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(5), 947-951.
- DATASUS. (2000). Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Retirado de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ldb2000/fqa02.htm> em 25 de junho de 2015.
- Deere, C. D. (2006). La feminización de la agricultura? Asalariadas, campesinas y reestructuración económica en la América Latina Rural. In: *VII Congreso ALASRU*. (4) 77-136. México.

- Deggerone, Z. A., Laroque, L. F., & Barden, J. E. (2014). Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. *Boletim Goiano de Geografia*, 34(2), 367-379.
- Delgado, A. C. C., & Müller, F. (2005). Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. *Cadernos de pesquisa*, 35(125), 161-179.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Assertividade, Sistema de Crenças e Identidade Social. *Psicologia em Revista*, 9(13), 125-136.
- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- De-Souza, E., Baldwin, J. R., & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 485-496.
- Devreux, A. M. (2011). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Cadernos de Crítica Feminista*, 4(5), 6-28.
- Diniz, G. R. S., & Pondaag, M. C. M. (2006). A face oculta da violência contra a mulher; o silêncio como estratégia de sobrevivência. Em A. M. O. Almeida; M. F. S. Santos; G. R. S. Diniz & Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais* (pp. 233-259). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Doise, W. (1989). *Livelli di spiegazione in psicologia sociale*. Milano: Giuffrè editore.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses des données*, Grenoble: PUG.
- Durkheim, E. (1893, 1977). *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença.

- Endlich, A. M. (2006). Perspectivas sobre o urbano e o rural. In M. E. B. Sposito, & A. M. Whitacker (Orgs.), *Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural* (pp. 11-32). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- FAO. (2002). *The feminization of agriculture*. Retirado de <http://www.fao.org/Gender/en/agrib2-e.htm> em 28 de junho de 2015.
- FAO. (2004). *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Retirado de <http://www.fao.org/docrep/006/y4940e/y4940e07.htm> em 28 de junho de 2015.
- FAO. (2013). *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Retirado de <https://www.fao.org.br/nB13pasm.asp> em 20 de setembro de 2015.
- FAO/RLC (Oficina Regional de la FAO para América Latina). (2002). *Mujeres rurales y seguridad alimentaria: Situación actual y perspectivas*. Santiago de Chile: Servicio de Género y Desarrollo, Dirección de Género y Población.
- Fausto, B. (2009). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Fialho, M. A. V. (2005). Agricultura familiar, produção orgânica e novos rurais: um estudo de caso no sul do Brasil. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 109-126). Rio de Janeiro: DP&A.
- Fiuza, A. L. C., Pinto, N. M. A.; Galinari, T. N., & Barros, V. A. M. Difusão de tecnologia e sexismo nas Ciências Agrárias. *Cienc. Rural*, 39(9), 2614-2620.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Foucault, M. (1984). O que é iluminismo? Em E. Carlos Henrique. *Michel Foucault: Dossier*. Rio: Taurus.
- Froehlich, J. M., Rauber, C. C., Carpes, R. H., & Toebe, M. (2011). Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Ciência Rural*, 41(9), 1674-1680.

- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2011). Gênero. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 503-557). Brasília: Technopolitik.
- Galinkin, A. L., & Santos, C., & Zauli-Fellows, A. (2010). Estudos de gênero na psicologia social. In Galinkin, A. L., & Santos, C. (Orgs.), *Gênero e psicologia social: interfaces*. Brasília: Technopolitik.
- Gilly, M. (1989). Les représentations sociales dans le champ éducatif. In. Jodelet, D. *Les représentations sociales: un domaine en expansion*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Goffman, E. (2002). *L'arrangement des sexes*. La dispute.
- Goffman, E. (2011). A representação do eu na vida cotidiana. In *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes.
- Goffman, E. (2012). Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. *Petrópolis: Vozes*.
- Gomes, A. A., & Rozemberg, B. (2000). Condições de vida e saúde mental na zona rural de Nova Friburgo - RJ. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(4), 16-29.
- Haraway, D. (2009). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In T. Tadeu (Org.), *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano* (2ª ed., pp. 33-118). Belo Horizonte: Autêntica.
- Hobsbawm, E. J. (2010). *A Era das Revoluções – 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hyde, J.S. (2003). The use of meta-analysis in understanding the effects of child sexual abuse. In J. Bancroft (Ed.) *Sexual development in childhood* (pp. 82 – 91). Indiana: Indiana University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Recuperado em 25 de maio de 2014, de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

IPEA, Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada. *Atlas de Desenvolvimento Humano*.

IPEA: Brasília, 2014.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Johnson, A. G. (1997). *The Gender Knot – Unraveling our Patriarchal Legacy*.

Filadélfia, Temple University Press.

Lamy, M. G., Liu, J. H., & Ward, C. (2011). “Integrating paradigms, methodological implications”: using history to embody Breakwell’s (1993) theoretical links between Social Identity Theory and Social Representations Theory. *Papers on Social Representations*, 20, (15), 1-15.

Lamoureux, D. (2010). Femeninos singulares y femeninos plurales. In *Nación, diversidad y género: perspectivas críticas* (pp. 41-63). Anthropos.

Laurenti, R., Mello-Jorge, M. H. P., Lebrão, M. L., Gotlieb, S. L. D. (2005). *Estatística de Saúde*. São Paulo: EPU.

Lebart, L., Morineau, A., Bécue, M., & Haeusler, L. (1994). *SPAD-T - Manuel de l'utilisateur*. Saint-Mondé, France: Cisia - Centre International de statistique et d'informatique appliquées.

Lefebvre, H. (1975). *De lo rural a lo urbano*. Barcelo: Península.

Lerner, G. (1990). *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica.

LeVine, R. A., & Campbell, D. T. (1972). Ethnocentrism: Theories of conflict, ethnic attitudes, and group behavior.

Lima, D.M. (1999). A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos do NAEA (Brasil)*, 2(2), 5-32.

- Lima, L. P., & Silva, A. P. S. (2015). A relação entre a Educação Infantil e as famílias do campo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), 475-483.
- Linhares, A. A. C. (2004). Linguagem e identidade cultural caipira no município de Mossâmedes: por uma nova concepção acerca da linguagem caipira. *Revista da UFG*, 7(1). Retirado de www.proec.ufg.br em 05 de novembro de 2014.
- Lisboa, T. K. (2003). Gênero, classe e etnia—trajetórias de vida de mulheres migrantes. *Revista Katálysis*, 6(2), 251-252.
- Lobato, M. (1961). *Urupês* (11ª Ed). Obras completas, São Paulo: Brasiliense.
- Lowe, R. D. (2012). Temporality and identity: the role of time in the representation of social identities at political demonstrations. *Papers on Social Representations*, 21(14), 1-14.
- Machado, L. B., Raposo, M. M. P., Lima-e-Silva, M. T., Castro, T. R. A. (2016). Ser professor: elementos consensuais das representações sociais de docentes em início de carreira. *Série-Estudos*, 21(41), 1-14.
- Maia, L. S. L. (1997). *Les représentations des mathématiques et de leur enseignement: exemple des pourcentages*. Tese de Doutorado. Presses Universitaires du Septentrion, Lille.
- Magalhães, R. S. (2009). A ‘masculinização’ da produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(1), 275-299.
- Mead, M. (1962). *Male and female: a study of the sexes in a changing world*. Pelican books.
- Méllo, R. P. (2012). Corpos, heteronormatividade e performances híbridias. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 197-207.
- Menandro, M. C. S. (2004). *Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e*

1996/2002). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Menezes, I. G. (2009). Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, 3(1), 24-38.

Menezes, M. A., Stropasolas, V. L., & Barcellos, S. B. (2014). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: NEAD/MDA.

Minayo, M. C. S. (2005). Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis, & E. R. Souza (Orgs.), *Avaliação por triangulação de método - abordagem de programas sociais* (pp. 19-52). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Miranda, F. A. N., Andrade, O. G., Furegato, A. R. F., & Rodrigues, R. A. P. (2015). Representação social da sexualidade entre idosos institucionalizados. *Journal of Health Sciences*, 7(1), 17-34.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public. Étude sur a représentation sociale de la psychanalyse*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Moscovici, S. (1990). *A máquina de fazer deuses*. RJ: Imago Editora.

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. (4ª Ed) (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ. Vozes.

Nader, M. B. (2001). *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: Edufes.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.

- Oakley, A. (1998). Science, Gender, and Women's Liberation: an argument against postmodernism. *Women's Studies International Forum*, 21(2), 133-146.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T. & Marques, S. C. (2005) Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. Em: M. S. S. Menin e A. M. Shimizu (Orgs.). *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp.157-200). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural: eminência oculta*. Campinas: Alínea.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato sexual*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, C., Camino, L., & Da Costa, J. B. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1). 16-25.
- Pfefferkorn, R. (2012). *Genre et rapports sociaux de sexe*. Paris: Page deux.
- Pizzinato, A., Hamann, C., Machado, R. O., & Strey, M. N. (2015). Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 247-255.
- Raposo, J. V., & Freitas, C. A. (1999). Avaliação da auto-estima em jovens transmontanos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 16(3), 32-46.
- Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 54-65.
- Ribeiro, A. S. M. (2000). *Macho, adulto, branco, sempre no comando?* Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UNB.
- Rioja, L. A. C. (2009). *La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social*. Barcelona: Fundación Social La Caixa.

- Riot-Sarcey, M. (2014). *Le réel de l'utopie: essai sur le politique au XIXe siècle*. Albin Michel.
- Rocha, G. O. R., & Amoras, I. C. R. (2015). O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia. *Terra Livre, 1*(26), 143-164.
- Rodrigo, I. (1986). Feminização da agricultura. *Análise Social, 22* (92-93), 643-652.
- Rodrigues, T. F. (2010). Dinâmicas migratórias e riscos de segurança: A velha Europa. *Relações Internacionais, 26*, 113-129.
- Rubini, M. (2003). Henry Tajfel: dai processi di categorizzazione al pregiudizio sociale. In A. Palmonari, & N. Cavazza (Orgs.), *Ricerche e protagonisti della psicologia sociale* (pp. 187-223). Bologna/Italia: Il Mulino.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Saffioti, H. I. B. (2015). Primórdios do conceito de gênero. *cadernos pagu, (12)*, 157-163.
- Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: Tecendo relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas, 15*(2), 437-443.
- Salvaro, G. I. J., Estevam, D. O., & Felipe, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão, 34*(2), 390-405.
- Salvaro, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S.. (2013). "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade, 25*(1), 79-89.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014). Percepção de justiça, discriminação e sexismo. *Psicologia, 28*(1), 63-76.

- Saquetto, D. (2013). *As artimanhas do sagrado: sujeitos religiosos e a construção de Representações Sociais importantes à formação identitária*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Scopinho, R. A. (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 84-94.
- Scott, R. P., & Cordeiro, R. (2013). Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. In G. Venturi, & T. Godinho (Orgs.), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado – uma década de mudanças na opinião pública* (pp. 129 -139). São Paulo: Edições Sesc SP.
- Silva, C. B. C., & Schneider, S. (2010). Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In P. Scott, R. Cordeiro & M. Menezes (Org.), *Gênero e Geração em Contextos Rurais* (pp. 183-207). Florianópolis/SC: Ed. Mulheres.
- Silva, J. B., & Silva, A. P. S. (2013). Vivências de crianças no ambiente rural: aproximações e distanciamentos na educação infantil. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 45(3), 349-360.
- Silveira, K. A., Enumo, S. R. F., & Batista, E. P. (2014). Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 457-465.
- Silvestro, M. L. et. al. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Santa Catarina: Ministério do Desenvolvimento Agrário. EPAGRI/NEAD.
- Soares, M. M., Silva, L. O. L. e, Chequer, M. A. A., Rodrigues, S. M., & Dias, C. A. (2014). Comportamentos supersticiosos e práticas comportamentais inadequadas

- no tratamento da hipertensão arterial sistêmica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 524-537.
- Souza, E. R. (2005). Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 59-70.
- Souza, L. G. S. (2012). *Profissionais de saúde da família e representações sociais do alcoolismo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Strey, M. N. (2003). Gênero. In M. G. C. Jacques et al. (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea* (8ª Ed), (pp.181-198) Petrópolis: Vozes.
- Tajfel, H. (1969). Social and cultural factors in perception. In G. Lindzey e E. Aronson (eds.): *The handbook of social Psychology*. Mass: Addison-Wesley.
- Tajfel, H. (1978). Interindividual behaviour and intergroup behaviour. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups - studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 27-60). London: European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Trindade, Z. A., Nascimento, A. R. A., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2006). Resistência e mudança: representações sociais de homens e mulheres ideais. *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*, 187-213.
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A.

- Trindade. *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 101-122). Brasília: Technopolitik.
- Trindade, Z. A., & Souza, L. G. S. (2009). Gênero e escola: reflexões sobre representações sociais e práticas sociais. *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus.
- Vala, J. (1997). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., & Lima, M. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação, cultural e racismo. *Análise Social*, 37(162), 181-207.
- Venturi, G., & Godinho, T. (Orgs.). (2013). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Vergara, S. C. (2006). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vianna, C. P. (2001). O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, 17(18), 81-103.
- Whitaker, D. C. A., & Onofre, S. A. (2006). Representações sociais em formação sobre os vestibulares dos estudantes de um cursinho comunitário na zona rural. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(1), 45-55.
- Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.

Apêndices

APÊNDICE A

Referências bibliográficas referentes aos artigos encontrados durante revisão de produção científica

1. Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.
2. Albuquerque, F. J. B., Coelho, J. A. P. M., & Vasconcelos, T. C. (2004). As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 81-88.
3. Albuquerque, F. J. B., Lôbo, A. L., & Raymundo, J. S. (1999). Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2), 503-519.
4. Albuquerque, F. J. B., Martins, C. R., & Neves, M. T. S. (2008). Bem-estar subjetivo emocional e coping em adultos de baixa renda de ambientes urbano e rural. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(4), 509-516.
5. Albuquerque, F. J. B., & Pimentel, C. E. (2004). Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 175-182.
6. Alvaides, N. K., & Scopinho, R. A. (2013). De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 288-297.
7. Alves, C. F., & Siqueira, A. C. (2013). Os direitos da criança e do adolescente na percepção de adolescentes dos contextos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 460-473.
8. Alves, C. F., & Siqueira, A. C. (2014). Perspectiva de adolescentes sobre seus direitos e deveres. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 583-593.
9. Baptista, M. N., & Borges, A. (2005). Suicídio: aspectos epidemiológicos em Limeira e adjacências no período de 1998 a 2002. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(4), 425-431.
10. Bonomo, M., & Souza, L. (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 31(2), 402-418.
11. Bonomo, M., Souza, L., Melotti, G., & Palmonari, A. (2013). Princípios organizadores das representações de rural e cidade. *Sociedade e Estado*, 28(1), 91-118.
12. Bonomo, M., Souza, L., Menandro, M. C. S., & Trindade, Z. A. (2011). Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 676-689.
13. Bonomo, M., Trindade, Z. A., Souza, L., & Coutinho, S. M. S. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1), 153-181.
14. Coelho, J. A. P. M., Albuquerque, F. J. B., Martins, C. R., D'Albuquerque, H. B., & Neves, M. T. S. (2008). Coping em jovens frente à expectativa de inserção ocupacional e indicadores de depressão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 527-534.
15. Costa, A. B., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2015). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(2), 163-172.
16. Costa, M. G. S. G., Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(2), 145-154.

17. Costa, M. G. S. G., Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2015). Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 13-28.
18. Delgado, C. A. T., Portilla, M. I. M., & Tascón, E. G. L. (2011). Construcción y validación de un cuestionario para identificación de factores asociados al desempeño escolar (FADE). *Acta Colombiana de Psicología*, 14(2), 57-67.
19. Diniz, A. M., & Amado, N.. (2014). Procedures for successful data collection through psychological tests in the elderly. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(3), 491-497.
20. Espinosa, A., Ferrándiz, J., Cueto, R. M., & Pain, O. (2013). Social identity and emotional climate in a rural community of Peru: an empirical study. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 321-330.
21. Fernandes, J. C. L. (1992). Agentes de saúde em comunidades urbanas. *Cadernos de Saúde Pública*, 8(2), 134-139.
22. Flores-Mendoza, C. E., & Nascimento, E. (2007). Condição cognitiva de crianças de zona rural. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(1), 13-22.
23. Furlani, D. D., & Bomfim, Z. A. C.. (2010). Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 50-59.
24. Gomes, A. A., & Rozemberg, B. (2000). Condições de vida e saúde mental na zona rural de Nova Friburgo - RJ. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(4), 16-29.
25. Jiménez, E. A. A., Ballabriga, M. C. J., Martín, A. B., Canals, J., Viñas, F., & Doménech-Llaberia, E. (2012). Prevalencia de la sintomatología del Síndrome de Asperger y variables asociadas en preescolares españoles. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 44(2), 67-74.
26. Landini, F. P. (2010). La dinámica de los saberes locales y el proceso de localización del saber científico: aportes desde un estudio de caso. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 7(65), 19-40.
27. Landini, F. P. (2012). Expectativas de los agentes de desarrollo rural argentinos sobre la Psicología y sobre la inserción profesional de los psicólogos en el ámbito de la extensión rural. *Interdisciplinaria*. 29(2), 1668-7027.
28. Landini, F. P. (2013). Representación de los extensionistas rurales argentinos sobre los pequeños productores. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 298-310.
29. Landini, F. P., Benítez, M., & Murtagh, S. (2010). Revisión de los trabajos realizados por la psicología sobre pequeños productores agropecuarios. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología*, 17, 221-229.
30. Landini, F. P., Long, N. E., Leeuwis, C., & Murtagh, S. (2014). Theoretical Guidelines for a Psychology of Rural Development. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 11(74), 125-147.
31. Lima, L. P., & Silva, A. P. S. (2015). A relação entre a Educação Infantil e as famílias do campo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), 475-483.
32. Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 51-59.
33. Maridaki-Kassotaki, K. (2000). Understanding fatherhood in Greece: father's involvement in child care. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 213-219.
34. Martins, P. O., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 555-568.
35. Mourão, A. R. T., & Cavalcante, S. (2006). O processo de construção do lugar e

- da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11(2), 143-151.
36. Moyano-Díaz, E., Cornejo, F. A., & Gallardo, I. (2011). Creencias y conductas ambientales, liberalismo económico y felicidad. *Acta Colombiana de Psicología*, 14(2), 69-77.
 37. Neto, M. L. R., Rocha, V. M., & Silva, L. B. (2005). A Depressão Pós-Parto em Vozes que Interpretam. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 6(1), 109-115.
 38. Noriega, J. A. V. (2000). Metodo y teoría en la evaluación de desayunos escolares. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5(1), 33-48.
 39. Oubrayrie-Roussel, N., & Safont-Mottay, C. (2001). Conduites a risques et devalorisation de soi: etude de la consommation de toxiques (tabac, alcool, et drogue) chez les adolescents scholarises. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2(1), 59-75.
 40. Pérez-Salinas, B., Espinosa, A., & Beramendi, M. (2014). Metas de Bienestar y Valores en una Comunidad Rural Andina de Puno-Perú. *Revista Colombiana de Psicología*, 23(1), 149-161.
 41. Pérez, J. M. J., & Ruiz-C., M. I. (2013). Metas y prácticas de socialización de madres del área rural Cundiboyacense. *Psicología desde el Caribe*, 30(2), 276-308.
 42. Pessoa, Y. S. R. Q., & Alchieri, J. C. (2014). Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 330-343.
 43. Pizzinato, A., Hamann, C., Machado, R. O., & Strey, M. N. (2015). Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 247-255.
 44. Portugal, A. M., & Alberto, I. M. (2013). Caracterização da comunicação entre progenitores e filhos em idade escolar: estudo com uma amostra portuguesa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 381-391.
 45. Prado, O., Mábel, M. M. C., & Tapia, S. L. Z. (2015). Del campo a la periferia de la ciudad, la omnipresente sombra de la violencia. Campesinos desplazados forzados en Colombia caminan de la mano del eterno retorno a la violencia: vulneración y potencia de vida. *Psicologia USP*, 26(2), 161-168.
 46. Ramírez, N. H., Díaz, C. A. G., Maldonado, A. V., Rodríguez, M. P. C., Liliam, H. O. N., Juárez, F., & Baños, A. J. P. (2014). Afectaciones psicológicas de niños y adolescentes expuestos al conflicto armado en una zona rural de Colombia. *Acta Colombiana de Psicología*, 17(1), 79-89.
 47. Raposo, J. V., & Freitas, C. A. (1999). Avaliação da auto-estima em jovens transmontanos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 16(3), 32-46.
 48. Redondo, J., Ingles, C. J., & García-Fernández, J. M. (2014). Conducta prosocial y autoatribuciones académicas en Educación Secundaria Obligatoria. *Anal. Psicol.* 30(2), 482-489.
 49. Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 54-65.
 50. Rivera, M., Velázquez, T., & Morote, R. (2014). Participación y fortalecimiento comunitario en un contexto post-terremoto en Chíncha, Perú. *Psicoperspectivas*, 13(2), 144-155.
 51. Roberti, J. & Mussi, G. (2014). El desarrollo rural y las contribuciones de la Psicología: un estado de la cuestión. *Mundo agrar*. 2014, 15(28).
 52. Rosa, L. A., & Silva, A. P. S.. (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 47-57.

53. Ruela, S. F., & Moura, M. L. S. (2007). Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 315-324.
54. Salgado, N. I. (2004). La interaccion prelingüística: primeras coordinaciones de acciones consensuales. *Estudios pedagógicos (Valdivia)*, (30), 61-74.
55. Salvaro, G. I. J., Estevam, D. O., & Felipe, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 390-405.
56. Salvaro, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89.
57. Santos, G. L., & Chaves, A. M. (2010). Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14(2), 281-290.
58. Santos, A. K., & Dias, A. M. (2010). Comportamentos lúdicos entre crianças do nordeste do Brasil: categorização de brincadeiras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 585-594.
59. Scopinho, R. A. (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 84-94.
60. Silva, A. S. (2010). O caminho da terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema - SP - desde uma ótica psicopolítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 137-149.
61. Silva, M. S., & Barros, V. A. (2014). Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 440-448.
62. Silva, J. B., & Silva, A. P. S. (2013). Vivências de crianças no ambiente rural: aproximações e distanciamentos na educação infantil. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 45(3), 349-360.
63. Silveira, K. A., Enumo, S. R. F., & Batista, E. P. (2014). Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 457-465.
64. Soares, M. M., Silva, L. O. L. e, Chequer, M. A. A., Rodrigues, S. M., & Dias, C. A. (2014). Comportamentos supersticiosos e práticas comportamentais inadequadas no tratamento da hipertensão arterial sistêmica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 524-537.
65. Spring, U. O. (2013). Dual vulnerability among female household heads. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(2), 19-30.
66. Turra, H., Garrido, S., Pérez, C., Llanquino, G., & Merino, M. E. (2014). el rol del espacio recreado en la construcción discursiva de identidad de adolescentes mapuches de Temuco y Santiago. *Alpha (Osorno)*, 38, 155-172.
67. Vasquez, G. C. F.. (2009). A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 856-867.
68. Zuchiwschi, E., & Fantini, A. C. (2015). Intenção comportamental de agricultores do Oeste de Santa Catarina para a conservação de florestas nativas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 20(1), 61-71.

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 2 e Estudo 3)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)
(Em 2 vias, firmado por cada participante e pelo responsável)

Eu, _____, tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “Gênero e Identidade entre homens e mulheres camponeses do estado do Espírito Santo”, recebi da pesquisadora Paola Zanotti Epifanio, responsável pela pesquisa, sob orientação da Professora Dra Mariana Bonomo, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo tem como objetivo investigar as representações sociais de mulher rural e homem rural entre jovens rurais, com idades entre 15 e 24 anos, de municípios do estado do Espírito Santo.
- Que os resultados desta pesquisa gerarão benefícios, tais como: 1) A ampliação do conhecimento referente à temática ruralidade e gênero, visto que este é um tema pouco explorado em pesquisas em Psicologia e com crescentes demandas de investigação; 2) Proporcionar embasamento teórico para a criação de políticas públicas mais eficazes e condizentes com a realidade do modo de vida camponês; 3) Expandir a discussão acerca da temática ruralidade a partir da ciência psicológica.
- Que a participação nesse estudo não prevê nenhum risco para mim, porém se for constatado algum risco ou dano à minha pessoa, minha participação será encerrada e a pesquisadora me dará apoio psicológico e o que mais for necessário para a recuperação do meu bem-estar.
- Que esse estudo começará em dezembro de 2014 e terminará em janeiro de 2016.
- Que eu participarei da etapa de coleta de dados, através de questionário.
- Que o estudo será feito a partir de questionário estruturado, contendo questões abertas e fechadas. A aplicação dos questionários será realizada nas escolas rurais, pela pesquisadora responsável, e o instrumento será aplicado de maneira coletiva, isto é, no contexto da sala de aula, sendo que cada participante responderá ao questionário individualmente.
- Que serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando dele e poderei retirar esse consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa e que a divulgação dessas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas, com o objetivo de gerar novos conhecimentos para a capacitação de profissionais e que, nesta divulgação, a minha identificação não será possível.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa

Universidade Federal do Espírito Santo, Depto de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-210, Vitória – ES
Telefones para contato: 4009-2505 (institucional) e 988130349 (Paola Zanotti)
Divulgação dos resultados: zanottiepifanio@gmail.com

_____	_____
Assinatura do voluntário	Paola Zanotti Epifanio

APÊNDICE C

Termo de Autorização (Estudo 2 e Estudo 3)



Termo de Autorização

(Em 2 vias, firmado por cada participante e pelo responsável)

Eu, _____, CPF/RG: _____ responsável legal por _____ que foi convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “Gênero e Identidade entre homens e mulheres camponeses do estado do Espírito Santo”, recebi da pesquisadora Paola Zanotti Epifanio, responsável pela pesquisa, sob orientação da Professora Dra Mariana Bonomo, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo tem como objetivo investigar as representações sociais de mulher rural e homem rural entre jovens rurais, com idades entre 15 e 24 anos, de municípios do estado do Espírito Santo.
- Que os resultados desta pesquisa gerarão benefícios, tais como: 1) A ampliação do conhecimento referente à temática ruralidade e gênero, visto que este é um tema pouco explorado em pesquisas em Psicologia e com crescentes demandas de investigação; 2) Proporcionar embasamento teórico para a criação de políticas públicas mais eficazes e condizentes com a realidade do modo de vida camponês; 3) Expandir a discussão acerca da temática ruralidade a partir da ciência psicológica.
- Que a participação nesse estudo não prevê nenhum risco para mim, porém se for constatado algum risco ou dano à minha pessoa, minha participação será encerrada e a pesquisadora me dará apoio psicológico e o que mais for necessário para a recuperação do meu bem-estar.
- Que esse estudo começará em dezembro de 2014 e terminará em janeiro de 2016.
- Que eu participarei da etapa de coleta de dados, através de questionário.
- Que o estudo será feito a partir de questionário estruturado, contendo questões abertas e fechadas. A aplicação dos questionários será realizada nas escolas rurais, pela pesquisadora responsável, e o instrumento será aplicado de maneira coletiva, isto é, no contexto da sala de aula, sendo que cada participante responderá ao questionário individualmente.
- Que serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando dele e poderei retirar esse consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa e que a divulgação dessas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas, com o objetivo de gerar novos conhecimentos para a capacitação de profissionais e que, nesta divulgação, a minha identificação não será possível.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa

Universidade Federal do Espírito Santo, Depto de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-210, Vitória – ES

Telefones para contato: 4009-2505 (institucional) e 988130349 (Paola Zanotti)

Divulgação dos resultados: zanottiepifanio@gmail.com

_____	_____
Assinatura do (a) responsável	Paola Zanotti Epifanio

APÊNDICE D

Nº

Data: __/__/__

Questionário (Estudo 2 e 3)

Nome da Escola:

Ensino:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Questionário

Prezado (a) respondente, este questionário é uma contribuição para pesquisa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. É importante ressaltar que, nesta pesquisa, não existem respostas certas ou erradas. Interessa-nos a sua opinião sobre o assunto. Agradecemos a sua participação e contamos com a sua ajuda para que possamos realizar o estudo.

1) O que você pensa, sente ou imagina quando eu falo mulher rural? (Escreva as cinco palavras, frases ou expressões que lhe vêm à cabeça).

1.

2.

3.

4.

5.

Por que você acha que a mulher rural é assim?

2) O que você pensa, sente ou imagina quando eu falo homem rural? (Escreva as cinco palavras, frases ou expressões que lhe vêm à cabeça).

1.

2.

3.

4.

5.

Por que você acha que o homem rural é assim?

3) O que você pensa, sente ou imagina quando eu falo mulher da cidade? (Escreva as cinco palavras, frases ou expressões que lhe vêm à cabeça).

1.

2.

3.

4.

5.

Por que você acha que o a mulher da cidade é assim?

4) O que você pensa, sente ou imagina quando eu falo homem da cidade? (Escreva as cinco palavras, frases ou expressões que lhe vêm à cabeça).

1.

2.

3.

4.

5.

Por que você acha que o homem da cidade é assim?

5) O que você acha que é mais positivo na vida da mulher que mora no meio rural?

1.

2.

3.

6) O que você acha que é mais negativo na vida da mulher que mora no meio rural?

1. _____

2. _____

3. _____

7) O que você acha que é mais positivo na vida do homem que mora no meio rural?

1. _____

2. _____

3. _____

8) O que você acha que é mais negativo na vida do homem que mora no meio rural?

1. _____

2. _____

3. _____

9) Na sua opinião, na roça as oportunidades são iguais para homens e mulheres? ()-Sim ()-Não
Por quê?

Pensando na sua vivência no campo como jovem rural, gostaríamos que você respondesse às questões abaixo:

10) Para você, o que é ser jovem rural?

11) Como você se sente vivendo na roça?

Por que você se sente assim?

12) Como é a sua vida no meio rural?

13) Descreva suas atividades cotidianas:

	Durante a semana (segunda a sexta)	Finais de semana
Pela manhã		
Pela tarde		
À noite		

14) O que você faz para se divertir (atividades de lazer)?

Na minha comunidade:

Em outras comunidades rurais:

No centro da minha cidade:

Em outras cidades (outros municípios):

15) No meio rural, na sua opinião, há diferenças entre homens e mulheres em termos de lazer?

()-Sim ()-Não

Por quê?

16) Como você imagina a sua vida daqui a dez anos?

Por que você acha que a sua vida será assim?

17) Quais as suas metas personais para o futuro?

18) Quais as suas metas profissionais para o futuro?

19) Você já pensou em viver na cidade?

()-Sim ()-Não

Por quê?

20) Em sua opinião, quais seriam as principais diferenças entre a vida do jovem no campo e na cidade?

21) Você pretende continuar morando na zona rural?

()-Sim ()-Não

Por quê?

22). O que te faria ir pra cidade, pra viver lá?

23) O que te faria permanecer no campo, vivendo na roça?

24) Por que você acha que algumas pessoas preferem viver na cidade e abandonam o campo?

25) Quais seriam as vantagens de viver na cidade?

26) Quais seriam as desvantagens de viver na cidade?

27) Quais seriam as vantagens de viver no campo?

28) Quais seriam as desvantagens de viver no campo?

Dados sócio-demográficos

Se você está no ensino médio, cursou o ensino fundamental em escola rural? ()-Sim ()-Não

Idade: _____ Sexo: M-() F-() Estado Civil: Solteiro-() Casado-()

Religião: ()-Afro-brasileira ()-Católica ()-Espírita ()-Evangélica ()-Nenhuma Outra: _____

A qual grupo você pertence: ()-Negro ()-Branco ()-Pardo ()-Indígena ()-Amarelo

Número de membros na família: _____ Renda mensal média da família:

Sua família vive de quê? ()-Agricultura ()-Pecuária ()-Pequena indústria

()-

Outro: _____

Você vive em: ()-Comunidade rural ()-Núcleo urbano ()-Comunidade de assentamento rural ()-Aldeia indígena ()-Comunidade quilombola ()-Outros:

Em qual município você mora:

Sua família possui terra: ()-Sim ()-Não

Situação de trabalho na sua família: ()-Trabalha na própria terra

()-Trabalha como meeiro

()-Trabalha como diarista

()-Assalariado

Participa de cooperativa? ()-Sim ()-Não

Participa do Sindicato rural? ()-Sim ()-Não

Gostaria de comentar mais alguma coisa sobre a realidade do jovem rural?

Muito obrigada por sua participação!

APÊNDICE E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 4)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)
(Em 2 vias, firmado por cada participante e pelo responsável)

Eu, _____, tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “Gênero e Identidade entre homens e mulheres camponeses do estado do Espírito Santo”, recebi da pesquisadora Paola Zanotti Epifanio, responsável pela pesquisa, sob orientação da Professora Dra Mariana Bonomo, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo tem como objetivo analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho de jovens camponeses no espaço rural, com idades entre 15 e 29 anos, casados, e provenientes de áreas rurais do estado do Espírito Santo com maiores índices de masculinização e feminização do campo.
- Que os resultados desta pesquisa gerarão benefícios, tais como: 1) A ampliação do conhecimento referente à temática ruralidade e gênero, visto que este é um tema pouco explorado em pesquisas em Psicologia e com crescentes demandas de investigação; 2) Proporcionar embasamento teórico para a criação de políticas públicas mais eficazes e condizentes com a realidade do modo de vida camponês; 3) Expandir a discussão acerca da temática ruralidade a partir da ciência psicológica.
- Que a participação nesse estudo não prevê nenhum risco para mim, porém se for constatado algum risco ou dano à minha pessoa, minha participação será encerrada e a pesquisadora me dará apoio psicológico e o que mais for necessário para a recuperação do meu bem-estar.
- Que esse estudo começará em dezembro de 2014 e terminará em janeiro de 2016.
- Que eu participarei da etapa de coleta de dados, através da entrevista.
- Que o estudo será feito a partir de entrevistas baseadas em um roteiro estruturado, realizadas individualmente com cada participante, sendo a minha entrevista gravada com minha autorização a partir do final da leitura deste termo.
- Que serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando dele e poderei retirar esse consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa e que a divulgação dessas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas, com o objetivo de gerar novos conhecimentos para a capacitação de profissionais e que, nesta divulgação, a minha identificação não será possível.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa

Universidade Federal do Espírito Santo, Depto de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-210, Vitória – ES
Telefones para contato: 4009-2505 (institucional) e 988130349 (Paola Zanotti)
Divulgação dos resultados: zanottiepifanio@gmail.com

_____	_____
Assinatura do voluntário	Paola Zanotti Epifanio

APÊNDICE F

Termo de Autorização (Estudo 4)



Termo de Autorização

(Em 2 vias, firmado por cada participante e pelo responsável)

Eu, _____, CPF/RG: _____ responsável legal por _____ que foi convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “Gênero e Identidade entre homens e mulheres camponeses do estado do Espírito Santo”, recebi da pesquisadora Paola Zanotti Epifanio, responsável pela pesquisa, sob orientação da Professora Dra Mariana Bonomo, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo tem como objetivo analisar as relações de gênero e a dinâmica do mundo do trabalho de jovens camponeses no espaço rural, com idades entre 15 e 29 anos, casados, e provenientes de áreas rurais do estado do Espírito Santo com maiores índices de masculinização e feminização do campo.
- Que os resultados desta pesquisa gerarão benefícios, tais como: 1) A ampliação do conhecimento referente à temática ruralidade e gênero, visto que este é um tema pouco explorado em pesquisas em Psicologia e com crescentes demandas de investigação; 2) Proporcionar embasamento teórico para a criação de políticas públicas mais eficazes e condizentes com a realidade do modo de vida camponês; 3) Expandir a discussão acerca da temática ruralidade a partir da ciência psicológica.
- Que a participação nesse estudo não prevê nenhum risco para mim, porém se for constatado algum risco ou dano à minha pessoa, minha participação será encerrada e a pesquisadora me dará apoio psicológico e o que mais for necessário para a recuperação do meu bem-estar.
- Que esse estudo começará em dezembro de 2014 e terminará em janeiro de 2016.
- Que eu participarei da etapa de coleta de dados, através da entrevista.
- Que o estudo será feito a partir de entrevistas baseadas em um roteiro estruturado, realizadas individualmente com cada participante, sendo a minha entrevista gravada com minha autorização a partir do final da leitura deste termo.
- Que serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando dele e poderei retirar esse consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa e que a divulgação dessas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas, com o objetivo de gerar novos conhecimentos para a capacitação de profissionais e que, nesta divulgação, a minha identificação não será possível.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa

Universidade Federal do Espírito Santo, Depto de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-210, Vitória – ES

Telefones para contato: 4009-2505 (institucional) e 988130349 (Paola Zanotti)

Divulgação dos resultados: zanottiepifanio@gmail.com

_____	_____
Assinatura do (a) responsável	Paola Zanotti Epifanio

APÊNDICE G

Roteiro de entrevista semiestruturado (Estudo 4)

- 1) Gostaria de saber um pouco sobre a vida de vocês aqui na roça; como é a sua vida aqui?
- 2) Como você se sente vivendo aqui no meio rural?
- 3) Explica pra mim como é sua rotina aqui na roça? Como é seu dia a dia? (Explorar as atividades, o que faz durante os dias da semana e final de semana. Instigar o sujeito a falar sobre o dia a dia).
- 4) Como é a vida da mulher aqui na roça? (quando o respondente for homem, começar pela questão referente ao seu gênero)
 - Pra você, como é ser uma mulher da roça?
 - Como era a vida da sua mãe e avó(s)? Mudou alguma coisa considerando a vivência que você tem hoje no campo?
- 5) Como é a vida do homem aqui na roça?
 - Pra você, como é ser um homem da roça?
 - Como era a vida de seu pai e avô(s)? Mudou alguma coisa considerando a vivência que você tem hoje no campo?
- 6) Tem diferença entre a vida do homem e da mulher aqui na roça? Por que você acha que é assim?
- 7) O que é positivo em ser uma mulher do campo?
- 8) O que é negativo em ser uma mulher do campo?
- 9) O que é positivo em ser um homem do campo?
- 10) O que é negativo em ser um homem do campo?
- 11) O que é ensinado às meninas e aos meninos quando crianças para viverem no campo/na roça?
- 12) Você vê diferenças entre criação/educação dada ao menino e a criação/educação dada à menina aqui no campo?
 - Se sim, quais? Por que é assim?
 - Você tem filhos? (se não tiver filhos, hipotetizar)
 - Como gostaria que sua filha fosse criada?
 - Como gostaria que seu filho fosse criado?
- 13) Você já vivenciou alguma situação que não gostou por ser considerado um/a homem/mulher do meio rural? (preconceito)
 - Se sim, em qual situação?
 - Como reagiu?
 - Como se sentiu?
- 14) [*Pergunta para os participantes de municípios com maior índice de mulheres no campo*]
 - Na zona rural de seu município tem mais mulheres do que homens no campo. Por que você acha que isso está acontecendo?
 - [*Pergunta para os participantes de municípios com maior índice de homens no campo*]
 - Na zona rural de seu município tem mais homens do que mulheres no campo. Por que você acha que isso está acontecendo?
- 15) Você vê diferenças entre sua vida aqui na roça e a vida do/a homem/mulher que vive na cidade?
 - Se sim, quais?
 - Por que você acha que essas diferenças existem?
- 16) Você já pensou, em algum momento da sua vida, em viver na cidade?
 - Por quê? (Se já pensou em viver na cidade, explorar as motivações para o êxodo).
- 17) Hoje, seu projeto de vida é permanecer aqui no campo? Me fala um pouco sobre seus planos.
- 18) Onde gostaria que seus filhos vivessem? (se não tiver filhos, hipotetizar).
- 19) Como você imagina que será sua vida daqui a dez anos? (Explorar o conteúdo apresentado).
- 20) O que precisa melhorar aqui no campo?

APÊNDICE H

Ficha de identificação dos participantes das entrevistas (Estudo 4)

Data: __/__/__ Município: _____ Comunidade: _____ Participante:

- 1) Idade: _____ 2) Sexo: M () F ()
- 3) Tempo de casado/a: _____
- Possui filhos? ()-Sim ()-Não Se sim, quantos? _____
- Município em que nasceu: _____ Área rural? ()-Sim ()-Não
- 4) Nível de escolaridade: _____
- 5) Religião: ()-Afro-brasileira ()-Católica ()-Espírita ()-Evangélica ()-Nenhuma
Outra: _____
- 6) Com qual grupo você se identifica: ()-Negro ()-Branco ()-Pardo ()-Indígena
()-Amarelo
- 7) Número de membros na família: _____
- 8) Renda mensal média da família: _____
- 9) Sua família vive de quê? ()-Agricultura ()-Pecuária ()-Pequena indústria
()- Outro _____
- 10) Você vive em: _____
- 11) Em qual município você mora: _____
- 12) Sua família possui terra: ()-Sim ()-Não
- 13) Situação de trabalho na sua família: ()-Trabalha na própria terra
()-Trabalha como meeiro
()-Trabalha como diarista
()-Assalariado
- 14) Participa de cooperativa? ()-Sim ()-Não
- 15) Participa do Sindicato rural? ()-Sim ()-Não
-